

UNESCO BRASIL

NOVOS MARCOS DE AÇÃO

direitos humanos

meio ambiente



comunicação

educação

para todos

cultura



*combate à
pobreza*



*preservação
do patrimônio*

ciência

*sociedade da
informação*

tolerância



UNESCO **BRASIL**

NOVOS MARCOS DE AÇÃO



UNESCO Brasil: novos marcos de ação

Brasília : UNESCO, 2001.

152p.

1. Organização Internacional 2. UNESCO

CDD 327



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.

70070-914 - Brasília - DF - Brasil

Tel.: (55 61) 321-3525

Fax: (55 61) 322-4261

E-mail: UHBRZ@unesco.org

"Em todo o mundo, as sociedades continuam a ser ameaçadas pela pobreza, pela violência, pela intolerância, pelo conflito armado, pela ignorância, pelo aquecimento da Terra, pelo abuso do uso de drogas e pelo crime, fatores que afetam adversamente a qualidade das nossas vidas. No início deste novo século, a nossa maior prioridade deve ser a erradicação da pobreza, da ignorância e da violência, que adquirem novas dimensões e novos significados em um mundo caracterizado pela globalização. Para fomentar seu mandato, a UNESCO decidiu criar três eixos de ação:

a) desenvolver princípios e normas universais com base em valores comuns, para assim enfrentar os desafios em educação, ciência, cultura, comunicação e na proteção dos bens públicos comuns;

b) a promoção do pluralismo através do reconhecimento e do fortalecimento da diversidade e dos direitos humanos; e

c) a promoção da participação em "sociedades de conhecimento", através da capacitação e do conhecimento compartilhado."

Koïchiro Matsuura

Diretor Geral da UNESCO

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
O Grande Desafio Brasileiro	9
Compromissos da UNESCO com a Redução da Pobreza e a Universalização da Cidadania.....	25
Estratégias de Parcerias, de Descentralização e de Apoio a Inovações.....	35
Projetos, Ações e Parcerias de Cooperação Técnica.....	45
▪ Educação e Saúde	45
▪ Cultura.....	64
▪ Ciências e Meio Ambiente.....	68
▪ Desenvolvimento Social e Pesquisa.....	76
▪ Projetos Transdisciplinares.....	89
▪ Direitos Humanos.....	92
▪ Comunicação e Informação.....	96
▪ Ações Descentralizadas	99
Divulgação e Documentação	107
A UNESCO e os Desafios que Persistem.....	113
Especialistas da UNESCO	117
Anexo I – Edições UNESCO.....	125
Anexo II – Cátedras UNESCO	143
Anexo III – Escolas Associadas	145
Lista de Siglas.....	149

APRESENTAÇÃO

Ao apresentar o UNESCO Brasil III, faço-o com a convicção de que a atuação da Organização no Brasil nos últimos 5 anos apresenta um saldo amplamente positivo, sobretudo no que diz respeito à cooperação compartilhada e à participação em projetos que contribuíram para que idéias e propostas fundamentais para o desenvolvimento humano fossem incorporadas às políticas públicas, como também nas agendas sociais de instituições privadas e da sociedade civil.

A estratégia adotada de somar ideais e ações ancorada em profunda crença no potencial inovador de pessoas e instituições brasileiras pertencentes tanto ao setor público quanto ao privado e à sociedade civil em geral, foi decisiva para que hoje se possa lançar a 3ª edição do UNESCO Brasil onde se podem ver inúmeros exemplos de ações que apontam em direção à construção de cenários sociais pautados por princípios e valores que ajudam a combater a pobreza.

O UNESCO Brasil III, eu o dedico aos nossos parceiros. Eles souberam compreender o alcance social dos ideais que a UNESCO representa em nome dos 188 Estados-membros. Ideais que, como mostram alguns exemplos inseridos neste documento, não são utópicos, mas, ao contrário, podem ser alcançados em uma condição de vontade política e de consenso coletivo e solidário.

O Brasil de hoje, pela consciência de uma sociedade crescentemente vigilante e ciente do poder da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, se credencia cada vez mais a ser uma Nação em permanente compromisso e luta em prol de uma cidadania ativa para todos os brasileiros. O direito de todos à educação, à cultura, ao conhecimento científico e à informação está sendo progressivamente internalizado pelos diversos segmentos da sociedade, o que ajuda a tornar irreversível a busca permanente por maior igualdade e justiça social.

Se as dificuldades são muitas, parecendo por vezes intransponíveis, os progressos que estão sendo alcançados em áreas e setores importantes como educação para todos, saúde coletiva e direitos humanos, fortalecem o País para enfrentar as condições adversas da pobreza. A UNESCO ao rever recentemente suas estratégias e dar prioridade à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais como novos marcos de ação sinalizou para a importância de ampliar e democratizar o capital cultural e social dos países que, como sabemos, tem efeitos diretos na redução das injustiças sociais.

Por outro lado, importa ressaltar que todo processo de mudanças enfrenta diver-

tos tipos de obstáculos. Por isso mesmo, as incertezas e impasses de nosso tempo precisam ser discutidos e debatidos com o objetivo de obter consensos de rumos e de alternativas de ações. Além disso, é preciso ousar, pois sem um pouco de ousadia não será possível atingir o âmago das questões mais substantivas.

Por último quero expressar meu agradecimento ao corpo técnico e administrativo da UNESCO Brasil, que não tem poupado esforços para ampliar e qualificar a relevância social e cultural da Organização, sem o que teria sido impossível atingirmos a atual condição. Estou seguro de que estamos preparados para novos desafios.

Jorge Werthein
Diretor da UNESCO no Brasil

O GRANDE DESAFIO BRASILEIRO

Um novo país

Não são novidades as profundas dificuldades por que historicamente tem passado o Brasil, sobretudo no plano social. A concentração de renda, estrutural, está de tal forma imbricada no país que constitui quase que parte integrante e indissociável dele. Mas este capítulo inicial, de breve apresentação da visão da UNESCO Brasil sobre o Estado-Membro onde essa Representação local atua, não se limita às dificuldades que o país enfrenta. Revela algo mais: um país em intensa transformação. De forma e em proporção variáveis caso a caso, o fato é que o Brasil também está reagindo a muitos de seus antigos problemas, como demonstra, por exemplo, o avanço obtido nos últimos anos em matéria de educação e saúde para todos. O cenário, em que ressalta uma sociedade cada vez mais democrática e participativa, encoraja o trabalho da UNESCO Brasil. E faz crer que as próximas gerações têm chances de encontrar um país mais justo que o atual.

Ainda sob o estigma da desigualdade

Fundado a partir de um modelo de exploração predatório, escravocrata e latifundiário, o Brasil adentra o sexto século desde a conquista pelos portugueses sem conseguir se desenraizar dessa herança cujas seqüelas se foram cristalizando, ao longo dos 500 anos iniciais, sob a forma de um profundo desnível entre as camadas da sociedade. O desenvolvimento material que o posiciona entre as economias de maior envergadura no mundo não encontrou paralelo na justiça social e na universalização da cidadania, mesmo admitindo que os progressos se tenham intensificado nos últimos anos e que a mentalidade democrática se consolida dia a dia.

Essa continua a ser a marca mais consistente deste país, uma quase unanimidade entre os que o conhecem: a mancha da extrema desigualdade. Um novo país, porém, está nascendo, com acentuados e inegáveis avanços também na área social, embora os efeitos imediatos na disparidade de renda ainda não sejam substancialmente sentidos.

Na atuação da UNESCO Brasil, cada vez menos o problema da injustiça social constitui mero pano de fundo. Em sentido contrário, firma-se como objeto fundamental das ações. Com isso, a representação UNESCO integra-se no desafio nacional de reduzir

o ancestral fosso socioeconômico, que constitui, com suas ramificações, o grande entrave do país.

O Brasil detém o oitavo maior Produto Nacional Bruto (PNB)¹ do mundo. O PNB per capita anual, de US\$ 7.037², coloca-o entre os 50 países mais bem posicionados. Porém, quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que, em linhas gerais, combina a longevidade saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente – ocupa posto bastante inferior: a 69ª posição do ranking mundial. (O IDH de valor 0,750 coloca o país na faixa considerada de médio desenvolvimento humano, que vai de 0,500 e 0,799.)

Um dos recordistas mundiais em má distribuição de renda, o Brasil tem quase um terço da população em condição de pobreza, precisamente 32,7%, segundo dados de 1998³. Em estado de indigência, vivem 13,9% dos brasileiros⁴.

Mas esses números, num passado recente, foram ainda mais dramáticos. Os pobres em 1990 eram 43,8%, e os indigentes, 21,3%⁵. Em oito anos, 9,5 milhões de pessoas foram resgatadas da pobreza absoluta.

Aos 20% mais pobres da população cabe uma parcela de 2,6% de rendimento ou consumo, ao passo que os 20% mais ricos detêm 63%, ou seja, 24 vezes mais⁶.

O abismo da renda naturalmente se reflete nos indicativos das condições de vida. Quase um quinto da população – 17% – não tem acesso a água potável⁷ e 30% encontram-se desprovidos de saneamento básico⁸.

As doenças decorrentes da falta de saneamento são responsáveis por cerca de 65% do total das internações nos hospitais públicos e conveniados do país. Estima-se que cada R\$ 4 investidos em saneamento significam uma economia de R\$ 10 em internações hospitalares.

Fonte: Web site do Ministério do Meio Ambiente

Recentes fatos de alento e de esperança

Gradualmente o país vem mostrando indicadores sociais mais positivos, e o recente desenvolvimento na área educacional (aspecto detalhado no bloco seguinte) e em outros setores levam a crer que os prognósticos para as próximas décadas podem ser de diminuição das desigualdades.

Na década de 90, delineou-se um Brasil com mais escolaridade (aumento médio de 1,2 ano na faixa etária de 15 a 24 anos), famílias menores e taxa de mortalidade infantil mais baixa.

.....
1. Entre os 162 países incluídos no Relatório do Desenvolvimento Humano 2001, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2001, PNUD. Ano base: 1999

2. Idem. (GDP per capita PPP)

3. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD)- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

4. Idem

5. Idem

6. Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2001, PNUD.

7. Idem.

8. Idem.

Conquistas expressivas rumo à redução da desigualdade social foram a estabilização econômica a partir 1994 e a drástica redução da taxa de inflação, antes chegando à casa dos 40% mensais, para menos de 10% anuais. O chamado "imposto" inflacionário que incidia sobre os mais pobres se viu minimizado, e uma grande parcela da população adquiriu maior capacidade de consumo. Entre 1990 e 1998, de acordo com dados oficiais, 13 milhões de pessoas ultrapassaram a chamada linha da pobreza⁹.

Os gastos sociais federais vêm aumentando. Eram de R\$ 515,20 per capita em 1993 e passaram a R\$ 710,70 em 1998¹⁰.

Nos últimos cinco anos, 373 mil famílias foram assentadas no programa de reforma agrária, tendo sido comprados ou desapropriados pelo governo 13,2 milhões de hectares¹¹. E as terras indígenas demarcadas já somam 76 milhões de hectares¹².

A mortalidade infantil decresceu na última década, passando de 47,8 bebês em grupos de mil nascidos vivos, em 1990, para 36,1 em 1998¹³.

A esperança de vida do brasileiro ao nascer está em ascensão. Chegou a 68,4 anos em 1999. Era de menos de 60 anos na primeira metade da década de 70.

A escalada da longevidade só não foi maior por causa da violência. Entre 1984 e 1994, passou de 51,6% para 57% o percentual de óbitos por causas externas, o que inclui acidentes de transporte, homicídios e suicídios.

Já a expectativa de sobrevivência dos adultos, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coloca o Brasil muito próximo dos países desenvolvidos. Estima-se que hoje um brasileiro de 40 anos tenha esperança de viver mais 33,8 anos em média, e quem tem 60 anos possa viver mais 17,7 anos. Nos países desenvolvidos, a partir dos 60 anos, o homem em geral tem mais 18 anos de vida, e a mulher, mais 22.

O programa de combate à AIDS é apontado como um dos melhores do mundo pelas Nações Unidas (Unaid). O país fornece gratuitamente às pessoas infectadas com o HIV os medicamentos que retardam o avanço do vírus, o que custou aos cofres públicos R\$ 487 milhões em 1999.

Em diversos casos, a abrangência das campanhas de vacinação brasileiras está dentro dos melhores padrões internacionais. Por exemplo, contra a tuberculose, a taxa de imunização das crianças de até um ano é de 99% e, contra o sarampo, de 96%¹⁴. Em 1994, o Brasil, depois de sucessivas e bem-sucedidas campanhas de imunização de larga amplitude, recebeu da Organização Pan-Americana de Saúde o certificado de erradicação da poliomielite.

Em contrapartida, o reaparecimento na última década do século de doenças há muito erradicadas, como o cólera e a dengue, assustou a população e as autoridades.

Em síntese, desde os anos 70, verificou-se um grande salto, no país como um todo, no aspecto desenvolvimento humano. Em 1970, nenhuma unidade da federação

9. Fonte: Relatório Brasil – Copenhague + 5, Presidência da República

10. Idem

11. Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

12. Fonte: Fundação Nacional do Índio (Funai), com base em dados do IBGE

13. Fonte: IBGE e Ministério da Saúde

14. Fonte: IBGE

15. Idem. Período base: 1995-98

apresenta índices situados na faixa considerada de alto desenvolvimento, e 19 constavam da lista de IDH baixo¹⁶. Em 1996, dez estados e o Distrito Federal já haviam alcançado elevado índice de desenvolvimento humano, e nenhuma unidade da federação estava no grupo de baixo desenvolvimento. Em 1970, 93% da população vivia em municípios carentes. O percentual praticamente caiu pela metade até 1991: 47%¹⁷.

Salto na educação

A taxa de analfabetismo, herança de décadas e ainda muito alta – uma das mais elevadas da América Latina – está em declínio. Caiu de 20,1% da população com mais de 15 anos (ou 19,2 milhões de pessoas), em 1991, para 13,3% (ou 15 milhões de pessoas) em 1999¹⁸. Na faixa etária de 15 a 19 anos, no mesmo período, o corte se deu pela metade, passando de 12% para 6% de analfabetos¹⁹. Também houve forte redução no número de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola: de 18,2% em 1992, para 4% em 1999²⁰. Ou seja, pelo que indicam as previsões estatísticas, o país caminha rumo à universalização da educação fundamental.

A tendência é o analfabetismo tornar-se em breve mal praticamente restrito às velhas gerações. Em janeiro de 2001, foi lançado o Plano Nacional de Educação, que prevê a erradicação do problema num prazo de dez anos e a alfabetização de dez milhões de jovens e adultos nos próximos cinco anos.

A alta taxa de analfabetismo funcional (pessoas com menos de quatro anos de estudo) continua alarmante, mas também nela foi verificada uma redução expressiva nos últimos anos, de 36,9% para 29,4%²¹.

Entre 1989 e 1998, foi registrado crescimento de 30% nas matrículas iniciais do ensino fundamental²². Um fator determinante no aumento da cobertura escolar, que chegou a 49% na redes municipais do Nordeste somente entre 1997 e 1998²³, foi a criação, em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef)²⁴. O fundo foi responsável pelo aumento da remuneração dos professores nas regiões mais carentes, onde os salários eram geralmente aviltantes. Também alterou os mecanismos de financiamento da educação fundamental, criando uma correspondência entre a repartição dos recursos e o número de alunos matriculados em cada município, o que tornou o sistema mais equânime.

Os programas Bolsa-Escola, implantados inicialmente em numerosas cidades brasileiras e hoje generalizado para todo o país, tem representado outro consistente impulso para a universalização da educação básica no Brasil. A Bolsa-Escola, uma iniciativa

16. Fonte: Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros, PNUD, IPEA, IBGE, Fundação João Pinheiro, Brasília, 1998

17. Idem

18. Fonte: Ministério da Educação (MEC), com base em dados do IBGE

19. Fonte: Relatório Brasil - Copenhague + 5, Presidência da República

20. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (INEP)

21. Fonte: IBGE

22. Fonte: MEC/INEP

23. Fonte: MEC

24. UNESCO 2000 Prize in the category of Education.

avaliada e aprovada pela UNESCO, consiste na remuneração, em valores variáveis, das famílias que mantenham seus filhos na escola.

No ensino médio, o número de concluintes também tem aumentado a um percentual de 15% ao ano²⁵, em que as estatísticas oficiais identificam o início do processo de universalização, como preceitua a Constituição. O ensino médio foi, aliás, o nível que obteve a maior taxa de expansão na segunda metade dos anos 90, de 81,6% de 1994 a 2000²⁶. Esse é um fato bastante expressivo também do ponto de vista das implicações políticas, já que no Brasil os jovens têm direito ao voto a partir dos 16 anos. O país conta com nada menos que 7,5 milhões de estudantes secundaristas²⁷.

E, entre 1994 e 1998, as matrículas do ensino superior também tiveram um incremento, de 8% ao ano, crescimento impulsionado basicamente pela abertura de novos cursos e vagas em instituições privadas.

Mas hoje, mesmo com um crescimento de 43,1% no número de alunos, apenas 8% da população de 18 a 24 anos está matriculada no ensino superior. O Plano Nacional de Educação estabelece que a oferta de vagas na graduação deverá atingir pelo menos 30% desse contingente populacional em dez anos.

Uma outra forma de expressar a revolução da expansão do ensino pela qual o Brasil tem passado é dizer o seguinte: o ritmo do aumento dos índices de escolarização na década de 90 chegou a ser quatro vezes mais veloz do que nos anos 80. Em geral, obteve-se na última década o que só se alcançava em três. Além disso, mais de 1/3 da população brasileira encontra-se envolvida em algum tipo de educação formal e não-formal, o que por si só, expressa a valorização do fator educacional pela sociedade brasileira.

Desigualdades regionais na educação se agravam

"A despeito da melhoria dos indicadores educacionais verificada na última década, vem-se aprofundando o grau de desigualdade regional e interestadual, especialmente em relação aos indicadores de transição, eficiência e efetividade do sistema." A conclusão, de estudo feito em 1999, é do principal órgão responsável pelas estatísticas educacionais do país, vinculado ao Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais³¹.

A distância relativa entre os indicadores das regiões Sul e Sudeste, as mais ricas, e as regiões Norte e Nordeste, as mais pobres, vem aumentando, sendo que a região Centro-Oeste detém uma posição intermediária. Isso vale tanto para os aspectos ligados à qualidade do ensino, quanto para os concernentes aos índices de analfabetismo, repetência, distorção idade/série, tempo médio de conclusão, taxas de escolarização líquida. Em boa parte dos indicadores, o Nordeste, não obstante o fato de nessa região os esforços e os avanços serem comparativamente mais expressivos na expansão da cobertura escolar, hoje não se encontra sequer na

25. Fonte: MEC

26. Idem

27. Fonte: Censo Escolar 2000/MEC

28. Fonte: MEC/INEP

29. Fonte: MEC

30. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

31. Maria Helena Guimarães de Castro, em "As Desigualdades Regionais no Sistema Educacional Brasileiro", texto apresentado no seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil, realizado pelo IPEA no Rio de Janeiro em agosto de 1999

mesma condição que o Sul há uma década, em especial nos quesitos qualitativos.

O índice de analfabetismo no Nordeste era de 45,5% em 1980. Recuou sensivelmente, chegando a 28,7% em 1996. Mas, no mesmo período, a diferença em comparação com a região Sudeste aumentou.

O número de analfabetos, que era 2,7 vezes maior no Nordeste que no Sudeste em 1980, passou a ser 3,3 vezes maior em 1996. E menor 3,3 vezes é o salário pago a um professor nordestino, em média, que o que recebe um professor do Sul.

Também no aspecto racial as desigualdades no Brasil são inegáveis. A comparação dos níveis de escolaridade é apenas uma forma de medi-la, mas não deixa de ilustrar muito bem a situação: apesar de o analfabetismo ter caído para todos os grupos, ainda é muito mais elevado para negros e pardos (20%) do que para brancos (8,3%)³². Houve aumento geral no número de anos de estudo da população de 1992 a 1999. Mas, na comparação por cor ou raça, resta ainda uma diferença de mais de dois anos, em média, entre negros (4,5 anos) e brancos (6,7)³³. Entre 1992 e 1999, o aumento de um ano de estudo correspondeu a uma elevação de 1,2 salário no rendimento de brancos e de apenas meio salário no de pretos e pardos³⁴.

O grande desafio das disparidades regionais

Enormes desigualdades regionais, como as do campo educacional, são também registradas nos mais diversos setores da vida nacional. Esse é um aspecto essencial a ser levado em conta na apreensão da realidade brasileira e um dos maiores desafios do país. Os números nacionais, como não poderiam deixar de fazer, aludem a uma média da situação brasileira. Um retrato mais fiel depende sempre de particularizar cada microcosmo – o que aqui fugiria do objetivo.

País em que o primeiro e o terceiro mundo coexistem, o Brasil apresenta uma rica heterogeneidade nas mais variadas formas – não só do ponto de vista social – no extenso território dividido em 5.507 municípios de 26 estados, além do Distrito Federal.

Notadamente a metade sul, mais rica, destaca-se do norte, mais pobre; sem contar que o campo, onde os índices de desenvolvimento humano em geral são bem mais precários, apresenta realidades completamente díspares das da cidade.

Com base em dados de 1996, nota-se que os estados das regiões Sul e Sudeste detêm índice de desenvolvimento humano alto (IDH igual ou superior a 0,8). Todos os demais estados da federação, incluídos os do Nordeste e excetuados dois do Norte (Rondônia e Roraima) e um no Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul), situam-se na faixa de IDH médio³⁵. Há uma sensível diferença entre o IDH do Piauí, o mais baixo da federação, de 0,534³⁶, e o mais alto, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul (ambos com 0,869)³⁷.

Na comparação entre os municípios, ficam ainda mais evidentes as profundas disparidades regionais. Segundo o relatório *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores*

32. Fonte: IBGE, dados referentes a 1999.

33. Idem

34. Idem

35. Fonte: *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros*, PNUD, IPEA, IBGE, Fundação João Pinheiro, Brasília, 1998. Ano base: 1996

36. Idem

37. Ibidem

Brasileiros³⁸, de 1998, "70% das carências estão concentradas em 25% dos municípios brasileiros". Contudo: "no outro extremo da distribuição de condições de vida, na região Nordeste, seguida pela Norte, cerca de 100% dos municípios são carentes praticamente em todas as dimensões".

De acordo com estudos referentes ao início da década passada, existe um verdadeiro abismo entre o melhor IDH municipal do país, de Feliz, no Rio Grande do Sul – 0,834, índice compatível com os países da Europa Ocidental, e o último, de São José da Tapera, em Alagoas – 0,265, muito perto dos piores índices da África Subsaariana³⁹.

Nos estados de maior desenvolvimento humano, a mortalidade infantil chega a ser mais de três vezes mais baixa que em outros de menor IDH. Exemplos: no Rio Grande do Sul, a taxa é 19,4 por mil, em Santa Catarina, de 23,1 por mil, e em São Paulo, de 24,1. No extremo oposto, Pernambuco, Paraíba e Alagoas têm índices, respectivamente, de 61,8 por mil, 64,6 por mil e 71,9 por mil⁴⁰.

Cresce o investimento, ainda pequeno, em cultura

A produção cultural brasileira movimentou em 1997 cerca de R\$ 6,5 bilhões, ou o correspondente a aproximadamente 1% do Produto Interno Bruto⁴¹. Mesmo comparado a outros países da América Latina, o percentual é baixo: no Chile fica em 2,5%, na Costa Rica, em 2,7% e no México, em 6%⁴². Outros países americanos, como o Canadá, chegam a aplicar em cultura, proporcionalmente ao PIB, seis vezes mais que o Brasil.

O volume de papel consumido na produção cultural por habitante é mais de dez vezes menor que nos Estados Unidos⁴³. O número de livros publicados entre 1994 e 1996 para cada grupo de cem mil habitantes (13) é cinco vezes menor que no Canadá (65) e mais de duas vezes menor que na Argentina (27) e no Uruguai (28)⁴⁴. Em países como a Holanda e a Finlândia, são publicados, proporcionalmente, 20 vezes mais livros que no Brasil. A quantidade de jornais diários do país, proporcional à população, fica cinco vezes aquém da dos Estados Unidos.

De 5.506 municípios brasileiros avaliados em estudo recente, a esmagadora maioria, 4.455 deles, não tem sequer uma sala de cinema⁴⁵. Mais: 82% não dispõem de museus, 84,5% não têm teatros, 65% estão desprovidos de livrarias ou lojas de discos e cerca de 20% não contam com bibliotecas públicas.

Em 1994, a atividade cultural empregava 510 mil brasileiros⁴⁷. O gasto médio anual do Estado, incluídas as esferas municipal, estadual e federal, no decênio 1985-1995 foi de R\$ 725 milhões⁴⁸.

Não obstante as estatísticas culturais pouco animadoras, também nessa área tem

38. PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação João Pinheiro

39. Fontes: CD-ROM Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ano base: 1991) e Relatório do Desenvolvimento Humano 2001, PNUD (ano base: 1999)

40. Fonte: Relatório A Situação da Infância Brasileira 2001, Unicef

41. Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP)

42. Fonte: World Culture Report, UNESCO, 2000

43. Na comparação de dados do World Culture Report, UNESCO, 2001

44. Fonte: World Culture Report, UNESCO, 2000

45. Fonte IBGE, dados referentes a 1999

46. Idem

47. Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP)

48. Idem. Valores atualizados de 1996

haverido reação positiva no país. O investimento privado recebeu grande reforço nos últimos anos, atraído pelas facilidades fiscais oferecidas por legislações de incentivo, entre as quais se destacam as leis federais Rouanet e do Audiovisual.

De 1990 a 1997, o número de empresas que aplicam recursos em cultura quase que triplicou, crescendo nada menos que 297%⁴⁹. Isso permitiu, por exemplo que, na década de 90, o universo cultural brasileiro fosse marcado pela chamada "retomada" do cinema brasileiro. Após uma fase de extrema privação de meios, a produção ressurgiu em volume e qualidade, e a cinematografia nacional teve, a propósito, por três ocasiões, filmes indicados ao Oscar.

Os brasileiros, todavia, não são grandes freqüentadores de cinema. A taxa por pessoa é de menos de um bilhete por ano: 0,8 para ser exato⁵⁰. Em Cuba são 2,2 idas ao cinema por ano por habitante e, nos Estados Unidos, 5,4.

O Brasil conta com número expressivo de bens incluídos na Lista do Patrimônio Mundial: nove pelo valor cultural e três no Patrimônio Natural. Como comparação, Espanha e Itália, os países com o maior número de bens, têm 31 cada um, na soma das duas categorias.

Aumento dos recursos para ciência e tecnologia

A produção científica no Brasil tem crescido aceleradamente. De 1981 a 1998, registrou-se um aumento de 365%, acima da média mundial, de 104%⁵¹.

O país forma atualmente cinco mil doutores por ano, número equivalente ao obtido por países como China, Itália e Canadá. Eram 14.308 doutores em 1995. Cinco anos mais tarde, o número chegou a 27.662⁵².

As instituições de pesquisa passaram de 99, em 1993, para 224, em 2000; e o número de pesquisadores, de 21.541 para 48.781 no mesmo período⁵³.

Recentemente foi criado o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa, conhecido como Fundo Verde-Amarelo, que prevê a cobrança de uma taxa de 10% sobre os pagamentos externos de royalties por uso de tecnologia estrangeira. Já em 2001, R\$ 240 milhões devem ser arrecadados pelo fundo, que trouxe novo ânimo aos meios científicos.

Além disso, após um período de investimentos em trajetória descendente, a comunidade científica brasileira foi agraciada em 2001 com mais verbas públicas que as de costume. A proposta orçamentária do Ministério da Ciência e Tecnologia teve uma elevação de 62% frente a 2000. Somente para a área de pesquisa, o orçamento ministerial passou de R\$ 1,087 bilhão em 2000 para R\$ 1,757 bilhão este ano⁵⁴. Os temas prioritários para os próximos três anos, que juntos devem consumir metade dos recursos, são Sociedade da Informação, Biotecnologia e Recursos Genéticos, Sistemas Locais de Inovação, Clima, Meteorologia e Hidrologia, além de Inovação para a Competitividade.

49. Ibidem

50. Fonte: World Culture Report, UNESCO, 2000. Período base: 1994-1998

51. Idem

52. Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

53. Idem

54. Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia

O aumento do investimento público em ciência e tecnologia em 2001 rompe a tendência dos últimos anos. Os recursos aplicados pelo Governo Federal vinham caindo progressivamente. De R\$ 3,079 bilhões em 1995, chegaram a R\$ 2,393 bilhões em 1999⁵⁵.

Grande progresso nas telecomunicações

O Brasil passa, especialmente, por duas formidáveis revoluções de seu perfil tecnológico. Ambas dizem respeito à explosão de serviços de telecomunicação: a primeira está ligada à Internet, e a segunda, à expansão da rede de telefonia. Na verdade, não se trata de fenômeno peculiar brasileiro. O país apenas acompanha a tendência mundial, mas só o fato de estar acompanhando – e não ficar para trás – merece nota.

A 10ª posição no ranking de países com mais pessoas ligadas à rede mundial de computadores o coloca à frente de nações desenvolvidas, como a França, em 11o lugar⁵⁶. Em dezembro de 1999, já eram 6,79 milhões de brasileiros conectados⁵⁷. Em 2001, estima-se que a Internet tenha 14 milhões de usuários no país.

O Brasil ocupa a terceira posição em número de hosts nas Américas (13ª no mundo), atrás de Estados Unidos e Canadá. Cabe ao país quase metade – 44% – do comércio eletrônico realizado na América Latina. Cerca de dois mil novos pedidos de registro de nomes de domínio são solicitados a cada mês⁵⁸.

A Internet vem promovendo uma desburocratização do acesso aos serviços públicos no país como jamais visto. O exemplo mais marcante é o da declaração virtual de Imposto de Renda. Em 1997, 5,8% das declarações do imposto foram entregues pela rede. Apenas dois anos depois, a proporção já havia saltado para 62% do total⁵⁹.

O programa Sociedade da Informação, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, prevê colocar o país em condições de operar a Internet com todos os requisitos técnicos já existentes nos países mais avançados, tanto no que diz respeito à velocidade de transmissão de dados, quanto a novos serviços e aplicações, com investimentos previstos da ordem de US\$ 1,5 bilhão em quatro anos⁶⁰.

Outras iniciativas de vulto para dotar as escolas públicas de acesso à rede mundial de computadores e no desenvolvimento da infra-estrutura para a educação a distância têm sido levadas adiante.

O setor de telecomunicações foi o que mais cresceu nos últimos dez anos. Com a privatização dos serviços telefônicos, deu-se um enorme salto na quantidade de terminais: o número de telefones fixos praticamente dobrou em quatro anos, passando de 16,5 milhões para 38,3 milhões⁶¹.

Mais impressionante foi a expansão dos telefones celulares. Eram 2,7 milhões de

55. Fonte: Balanços Gerais da União. Elaboração: Ministério da Ciência e Tecnologia. Em valores atualizados.

56. Fonte: NUA Internet Surveys (Dados de Dez/99), citado no trabalho "A Evolução da Internet no Brasil", do Ministério da Ciência e Tecnologia

57. Idem

58. Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia

59. Declarações de pessoas físicas e jurídicas e imposto territorial rural. Fonte: Receita Federal, citado no trabalho "A Evolução da Internet no Brasil", do Ministério da Ciência e Tecnologia

60. Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia

61. Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

1994. Em 2000 chegaram a mais de 23,2 milhões⁶². Com o advento dos celulares pré-pagos, verificou-se grande popularização dos serviços, inclusive abarcando os consumidores de baixa renda.

Projeção da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) prevê que o Brasil terá em 2005 mais de 116 milhões de acessos telefônicos. Isso representa mais de dez vezes o número que existia em 1990: 10,3 milhões.

Em ritmo menos intenso, o número de computadores pessoais também tem crescido sem cessar. De 1995 ao biênio 1997/98, houve aumento de 120%⁶³. Mesmo assim, também tomando por base o período 1997/98, verifica-se um descompasso gritante em comparação com os países mais informatizados. Enquanto o Brasil tinha 263 computadores pessoais para cada dez mil habitantes, a Espanha contava com 1.221, ou 4,6 vezes mais⁶⁴.

Quadro de relativa estabilidade econômica

Depois do impacto da brusca desvalorização cambial ocorrida em janeiro de 1999, quando a moeda nacional, o real, perdeu em poucos dias 40% de seu valor frente ao dólar americano, a economia brasileira recobrou em 2000 o crescimento, combinando aumento de produção, menores taxas de juros e inflação controlada. Os prognósticos para os próximos anos, de modo geral, são positivos, resguardada a influência negativa de possíveis crises externas, turbulências conjunturais e deficiências estruturais que persistem, notadamente em função do elevado endividamento do Estado e da dependência de capitais externos.

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,9% no último ano⁶⁵. A taxa de juros básica caiu de 44,95% em março de 1999 para 15,75% em dezembro de 2000, sofrendo em seguida, alta para 19% em junho de 2001⁶⁶, para conter a pressão inflacionária decorrente dos reflexos do agravamento da crise econômica na Argentina e da alta do dólar americano.

Desde 1999, cresceram o nível de emprego e a produtividade da indústria. Assim como a produção agropecuária, com aumento da área plantada e da utilização de insumos.

A safra brasileira de grãos se amplia ano a ano. A expectativa é de que mais um recorde seja quebrado na colheita 2000/2001, com um total de 91,4 milhões de toneladas⁶⁷. Confirmada a previsão, o aumento em relação à colheita anterior (1999/2000) será de 10,18%.

O desemprego no país, ainda elevado e inquietante, recuou em 2000. Em março, atingia 8,059% da população com 15 anos ou mais⁶⁸. A taxa ficou em 6,2% em novembro do mesmo ano⁶⁹.

Outra realidade preocupante, a gigantesca dívida líquida do setor público brasileiro, que atinge metade do Produto Interno Bruto.

62. Idem

63. Fonte: World Culture Report, UNESCO, 2001

64. Idem

65. Dado preliminar. Referência: novembro 2000

66. Fonte: Banco Central do Brasil

67. Fonte: Ministério da Agricultura e do Abastecimento

68. Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

69. Idem

A perda da capacidade de investimento do Estado trouxe, entre outros, um sério reflexo na vida cotidiana dos brasileiros: o inverno de 2001 ganhou a marca do racionamento de energia elétrica, e três das cinco regiões do país vivem sob a ameaça de blecautes. A crise energética se deve não só à escassez de chuvas (com isso, os reservatórios das hidrelétricas encontram-se em níveis muito baixos) mas também à redução, a patamares aquém do necessário, dos investimentos em infra-estrutura no setor na última década.

Na segunda metade da década passada, o Brasil, por outro lado, se firmou como um dos países em desenvolvimento que mais atraem investimentos estrangeiros diretos. Tais aportes de capitais para investimento totalizaram US\$ 23 bilhões no período de janeiro a outubro de 2000⁷⁰.

A inflação de 2000 ficou em 5,97%,⁷¹ menor que no ano anterior, quando foi registrado aumento geral de preços de 8,94%⁷².

País entre os mais populosos do mundo, daí com potencial de expansão do mercado consumidor, e de grande projeção econômica, o Brasil vem conquistando espaço crescente na cena comercial globalizada e tem capacidade de galgar posições mais altas.

Recentemente, foi aprovada legislação federal, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, de grande impacto para construção de uma relação mais cidadã entre as autoridades e a população. Ela prevê penas, inclusive de reclusão, para os administradores que aplicarem mal recursos públicos.

As notícias, em geral, boas para a economia, porém, não asseguram necessariamente a melhoria do quadro social. Persiste o modelo econômico concentrador de renda. Em outros períodos no passado, o país já conseguiu aumentar a riqueza sem que garantisse ampla justiça social.

Como obstáculo ao desenvolvimento econômico, a própria desigualdade social, de que decorre, entre outros inconvenientes, o baixo nível de instrução da população. A exclusão social, como mostra o pensador Bernardo Kliksberg⁷³, é uma forte limitadora do crescimento econômico. Equidade influencia no aumento da poupança nacional, tem efeitos benéficos sobre as possibilidades de desenvolvimento tecnológico, cria condições favoráveis para o desenvolvimento do capital social. "Em seu conjunto, o quadro que se delinea demonstra que as sociedades que tendem a fortalecer a equidade e a melhorá-la têm melhores resultados econômicos, sociais e políticos a longo prazo"⁷⁴.

Juventude ameaçada pela violência

Um dos sintomas mais devastadores do quadro social brasileiro tem sido o aumento da violência, que tem alarmado a população. Como principal vítima, a juventude.

As taxas de homicídios e outras violências entre jovens no Brasil são 50 vezes superiores às de países como Noruega, Irlanda e Espanha. Das mortes de jovens brasileiros,

70. Fonte: Banco Central do Brasil

71. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IpcA), calculado pelo IBGE

72. Idem

73. Desigualdade na América Latina – O Debate Adiado, Brasília, UNESCO, 2000

74. KLIKSBURG, Bernardo, Desigualdade na América Latina – O Debate Adiado, Brasília, UNESCO / Cortez Editora, 2000

75. Fonte: WAISELFSZ, Jacobo, Mapa da Violência II – Os Jovens do Brasil, Brasília, UNESCO / Instituto Ayrton Senna / Ministério da Justiça, 2000

35,1% se devem a homicídios e outras violências. Nas regiões metropolitanas, quase metade dos óbitos juvenis resulta de causas violentas: 47,7% ⁷⁶.

Os homicídios correspondem a um terço (33,8%) das mortes de pessoas de 15 a 24 anos, no país ⁷⁷. Enquanto no conjunto das faixas etárias, a violência conjunta (homicídios, suicídios e acidentes de transporte) representa 8,7% da mortalidade, entre os jovens de 15 a 24 anos, a proporção sobe para 52,3% ⁷⁸.

Por outro lado, a taxa de suicídio entre os brasileiros dessa faixa de idade (5,9%) situa-se bem abaixo da de países com estatísticas de violência mais satisfatórias, como o Canadá (13,7%) e a Noruega (14,3%) ⁷⁹.

Entre 1989 e 1998, o número total de assassinatos registrados no país superou em muito o crescimento populacional. Houve um aumento de 45,5% nos homicídios, para 13,7% de crescimento da população ⁸⁰.

Infância ameaçada pela pobreza

O Brasil tem 23,1 milhões de crianças de zero a seis anos ⁸¹. Desse total, 39% pertencem a famílias com renda mensal de até meio salário mínimo ⁸² (o equivalente a R\$ 90 ⁸³). Na região Nordeste, 53,6% das famílias com crianças nessa faixa etária vivem com renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo ⁸⁴.

Apenas 16% dos domicílios com crianças e adolescentes de zero a 17 anos de idade contam com abastecimento de água adequado, e somente 51,2% dispõem de esgotamento sanitário satisfatório ⁸⁵. Entre as crianças e adolescentes brasileiros, 37,2% trabalham 40 horas ou mais por semana ⁸⁶.

Tolerância com a diferença, amadurecimento democrático, exuberância ambiental

Ressalta no país uma vasta miscelânea étnica e cultural, originária da junção da colonização portuguesa com as culturas e povos indígenas e negros africanos, somada à intensa imigração de outros povos europeus – além de, em especial, japoneses, árabes e judeus – sem que do contato em geral resultem conflitos de vulto. Pelo contrário, normalmente essas diferenças se harmonizam. Nisso o Brasil serve de exemplo para o mundo. Tal qualidade, a relativa tolerância com a diferença racial e cultural, vale como gerador de esperança de que uma sociedade assim conta com potencial intrínseco para também amenizar as diferenças de classe.

Entre os muitos outros fatores de otimismo e ânimo diante da situação brasileira,

76. Idem

77. Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / Datasus / Ministério da Saúde. Ano: 1998

78. Idem

79. Fonte: WASELFSZ, Jacobo, Mapa da Violência II – Os Jovens do Brasil, op. cit

80. Idem

81. Fonte: Relatório A Situação da Infância Brasileira 2001, Unicef

82. Idem. Ano base: 1999

83. Pelo valor do salário mínimo em abril de 2001 (R\$ 180,00)

84. Fonte: Relatório A Situação da Infância Brasileira 2001, Unicef, com base em estatísticas do IBGE

85. Idem. Ano base: 1999

86. Ibidem

apesar das incontestáveis dificuldades que o país atravessa, são a existência de ampla liberdade de imprensa, de ambiente de crescente participação social, de amadurecimento da democracia e de afirmação da cidadania.

E, como também observa Kliksberg, "o problema social não pode ser atribuído só ao Estado. Todos os setores da sociedade deveriam assumir responsabilidade e participar de sua solução"⁸⁷.

Amplia-se também no país a consciência de participação da sociedade civil. Mais e mais organizações não-governamentais adquirem poder de influência nos rumos da vida nacional. O voluntariado arregimenta número cada vez maior de pessoas. Estima-se que 20 milhões de brasileiros doem parte de seu tempo para contribuir para o bem alheio⁸⁸, a maior parte reunidos em torno de grupos religiosos.

Além da diversidade cultural e do amadurecimento da sociedade civil, são fartos os meios materiais de que dispõe o Brasil para resolver suas incongruências mais graves neste novo século, a começar pelas incomensuráveis riquezas naturais distribuídas na vastidão do território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados – quinze vezes maior que o da França – que faz do Brasil o quinto maior país do mundo.

Essas terras abrigam, em riquíssimos ecossistemas como a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal e o Cerrado, a maior biodiversidade do planeta, patrimônio de valor incalculável num momento histórico em que a biotecnologia adquire grande relevância estratégica. As potencialidades se estendem dos recursos genéticos aos recursos hídricos, passando por toda a gama possível de aproveitamento tecnológico, mineral, turístico etc. O Brasil abriga cerca de 20% das espécies de animais, plantas e microorganismos do planeta, muitos dos quais exclusivos dos ecossistemas nacionais. Um exemplo: em 1993, numa área de Mata Atlântica no sul do estado da Bahia, biólogos calcularam em 450 o número de diferentes espécies num único hectare. Em comparação, as florestas do nordeste dos Estados Unidos contam com apenas dez espécies por hectare⁸⁹.

A exploração predatória, entretanto, tem ameaçado esse patrimônio e conduzido a um intenso processo de extinção de espécies, situação que se vem acentuando nas últimas duas décadas com a expansão da população. O Brasil possui 208 espécies na lista oficial de animais ameaçados de extinção, sendo que dez novas serão adicionadas em breve, além das 107 espécies de plantas reconhecidas como flora ameaçada de extinção⁹⁰.

O país também concentra uma das maiores reservas de água doce do mundo, recurso essencial e de grande valor estratégico neste novo século. Mais que nunca, porém, faz-se necessária uma gestão adequada e sustentável dos recursos hídricos, que, mesmo em abundância na maior parte do país, encontram-se ameaçados pela poluição e a exploração desordenada.

87. Em América Latina: Uma Região de Risco – Pobreza, Desigualdade e Institucionalidade Social, Cadernos UNESCO Brasil, Brasília, UNESCO, 2000

88. De acordo com estudo da antropóloga Leilah Landim, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (Iser)

89. Fonte: Estado do Mundo 2001 – Relatório Anual do Worldwatch Institute

90. Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Cada vez mais "velho" e urbano

Os resultados preliminares do censo nacional realizado em 2000⁹¹ revelam que o Brasil está em franca transformação demográfica. Um país essencialmente urbano e em processo de envelhecimento da população aparece por trás dos números.

O Brasil está entre as nações mais populosas do mundo, com 169,5 milhões habitantes, 22,7 milhões a mais que há dez anos. A soma superou em três milhões as previsões oficiais.

As mulheres estão em maioria. Para cada grupo de cem pessoas do sexo feminino, há apenas 96,9 homens. São 2,6 milhões de mulheres a mais em todo o país. Elas são maioria nas zonas urbanas, ao passo que os homens predominam nas áreas rurais.

Nas cidades, vive 81,2% da população. Em 1991, eram 75,6%; ou seja, deu-se um aumento da concentração nas zonas urbanas de 5,6 pontos percentuais. No Sudeste, a região mais industrializada, é ainda maior a parcela de habitantes nas cidades: 90,5%, urbanização de país desenvolvido.

O êxodo rural, por sinal, tem-se dado em ritmo e dimensão muito superior à capacidade de resposta do Estado para os problemas decorrentes da urbanização acelerada. Como resultado, problemas com insegurança pública, desemprego e favelização se tornaram indissociáveis das metrópoles. E as 49 maiores cidades abrigam quase metade da população, cerca de 80 milhões de pessoas. As periferias das grandes cidades, além de carentes dos mais variados serviços, detêm índices alarmantes de violência, de até 150 homicídios por grupo de 100 mil habitantes.

A taxa de crescimento demográfico foi de 1,6% ano na década de 90, contra 1,9% nos anos 80. A queda na taxa de natalidade (fecundidade de 6,2 filhos por mulher nos anos 60 e de 2,5 filhos por mulher nos anos 90), associada à elevação da estimativa de vida, coloca o Brasil num rápido processo de envelhecimento da população. Em 1999, 8% da população já tinha mais de 60 anos. A previsão é de que essa proporção chegue a 12% em 2020.

Tradicionalmente uma sociedade de jovens, ainda que eles se estejam mantendo em proporção majoritária, é fato o envelhecimento da população, fenômeno ao qual se deve atentar, pois traz consigo uma substancial mudança de cenário para o decorrer do século.

O tamanho das famílias brasileiras, que na década de 80 era de 4,5 pessoas em média, chega ao fim dos anos 90 com apenas 3,4 pessoas⁹².

BRASIL EM POUCOS NÚMEROS:

População: 169.544.443

Índice de Desenvolvimento Humano: 0,747

Expectativa de vida ao nascer: 68,4 anos

Analfabetismo de adultos: 13,3%

Mortalidade Infantil: 36,1 para cada mil nascidos vivos

Pobreza: 32,7% da população

Indigência: 13,9% da população

Homicídio: causa de 52,3% das mortes de jovens de 15 a 24 anos

91. Dados do IBGE

92. Fonte: IBGE

Chaves da mudança

Soa paradoxal que um país farto em possibilidades, rico em recursos de toda natureza, venha historicamente relegando parte substancial da população à pobreza e à exclusão. Séculos de atraso na universalização da educação, de que decorre a baixa instrução média da população, assim como o déficit cultural e científico, estão na raiz de tamanha desigualdade social e regional, da concentração de renda aviltante que assola o país.

O capital educacional de uma pessoa, ou seja, a quantidade e a qualidade da educação recebida, é fator preponderante para lhe proporcionar meios de bem-estar. As desigualdades na educação, entendida no sentido mais amplo e holístico, geram desigualdade na saúde, afetam as possibilidades e condições de trabalho, o perfil socioeconômico. Nas palavras do diretor-geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, a educação é o bem comum número um. "Mas nós não podemos exatamente chamar de 'um bem comum' a menos e até que todos tenham acesso a ela."

Sem dúvida, a questão social, que compreende o grave quadro de desigualdades regionais, apresenta-se hoje como a mais urgente e central dentre as pendências nacionais. Estanca o crescimento econômico, agride os direitos humanos. "Obviamente, a pobreza não é um problema intrínseco à questão da violação dos direitos humanos. No entanto, ela provoca um tal esgarçamento das relações sociais que isto acaba levando, na maioria dos casos, a situações de desrespeito a esses direitos", escreve o especialista brasileiro Oscar Vilhena Vieira⁹³.

A desigualdade e a pobreza, estão, assim, ao contrário do que pode parecer de imediato, íntima e diretamente relacionadas aos campos de atuação e interesse da UNESCO. Na exclusão social encontra-se imbricada, além dos óbvios efeitos ligados à penúria na sobrevivência, toda sorte de incongruência nas condições de produção dos bens culturais, intelectuais e científicos e de acesso a eles, no perfil da educação e da comunicação, na preservação ambiental, no respeito aos direitos humanos, enfim, em todas as áreas afins da Organização.

Não há motivos para a resignação. A desigualdade não se submete a determinismos históricos e econômicos. Assim, o Brasil não está compelido a repetir neste novo século o quadro social do passado nem do presente. Mas, para superar o problema, um novo modelo de desenvolvimento que, ao contrário do atual, não seja concentrador de renda, faz-se necessário.

Esta apresentação mostrou um país em estado de ebulição, que passa por mudanças extraordinariamente rápidas enquanto convive com disparidades imensas e resistentes. Cabe à representação da UNESCO contribuir para que esse estado de metamorfose se oriente na direção da justiça social, popularização da ciência e da educação e cultura para todos.

92. Source: IBGE

93. Em Educação para a Cidadania - Ações Conjuntas da Escola e Comunidade, São Paulo, Cenpec, 1999.

COMPROMISSOS DA UNESCO COM A REDUÇÃO DA POBREZA E A UNIVERSALIZAÇÃO DA CIDADANIA

A nova ordem internacional: o contexto da agenda da UNESCO

Agência Especializada das Nações Unidas fundada em 1946 para garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, a UNESCO conta atualmente com 186 Estados-Membros, entre os quais, o Brasil.

A seguinte divisa marca a Constituição da agência: "se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas".

Sempre mantendo em vista esse objetivo supremo, a ação da UNESCO, hoje extrapola a designação contida em seu nome. E a instituição se vê envolvida num universo muito vasto de atividades, em diversos campos.

A **comunicação**, que não está agregada à sigla UNESCO, é uma das áreas em que a Organização desempenha importante papel, do intercâmbio de informações ao fornecimento de infra-estrutura comunicativa.

Além do mais, o termo **ciência** alude a uma verdadeira multiplicidade de campos de conhecimento pertencentes tanto às Ciências Naturais quanto às Ciências Humanas e Sociais.

As transformações que varreram o cenário internacional nos últimos anos do século XX trouxeram uma nova agenda ao debate público em todo o mundo. O fim das dicotomias que marcaram a ordem bipolar deixou um panorama desafiador para todas as instituições multilaterais que nasceram e evoluíram no clima vigente desde o fim da II Guerra Mundial, em 1945, e a implosão do império soviético, em 1989.

Esses foros globais deram vida ao que hoje conhecemos como Sistema das Nações Unidas, que durante meio século representou a única salvaguarda institucional à potencial ocorrência de uma hecatombe nuclear. Com o fim da ordem precedente, durante os últimos dez anos, todas as instituições do sistema foram revisando, gradualmente, os seus marcos de ação.

De tal sorte, as agências encarregadas de assuntos políticos, militares, econômicos, comerciais e financeiros estão avaliando seus objetivos e métodos no intuito de adequar a estrutura institucional a uma ordem internacional que, por enquanto, não tem formato definitivo.

Não poderia ser diferente com a UNESCO, que vem mobilizando o seu quadro de especialistas para adaptar-se a um mundo novo, e assim consagrar a sua vocação universalista nos campos da educação, da cultura, da ciência, dos direitos humanos e da comunicação.

Em meio às mudanças globais, a UNESCO de hoje mostra a sua especificidade mais do que nunca. Os seus princípios norteadores foram desenhados para trabalhar no médio e longo prazos, contribuindo para a gradual mudança de costumes e atitudes que, por vezes, encontram-se profundamente arraigadas nas sociedades nacionais.

Contrariamente a outras entidades do Sistema das Nações Unidas que devem reagir imediatamente a estímulos cotidianos, as iniciativas da Organização são ao mesmo tempo preventivas e universalistas. Em outras palavras, a maior força da UNESCO reside no fato de que suas ações nascem do consenso atingido em meio à diversidade radical de 186 países em todo o mundo.

Para atingir os seus objetivos, a UNESCO é hoje também um observatório internacional dedicado à cooperação intelectual e ética, aberto à sociedade civil, ao mundo artístico, científico e profissional. Em mais de meio século de vida, acumulou uma experiência e conhecimentos ímpares para um mundo em transformação.

Essas características singulares que consagram a UNESCO na família das Nações Unidas foram o foco central da reforma institucional ora em curso. A nova UNESCO encontra seus alicerces em dois princípios antigos que ganham novo brilho nos anos vindouros.

Em primeiro lugar, entende-se que a UNESCO é uma instituição global de referência e autoridade em seus campos de competência. Isso significa que ao mesmo tempo em que promove o debate necessário para que as inovações intelectuais ganhem espaço no mundo, deve garantir que o conhecimento produzido e acumulado sejam preservados como legados para toda a humanidade. A credibilidade intelectual, ética, estratégica e normativa é, portanto, um dos pilares de sua atuação no mundo.

Essa capacidade de aglutinação e preservação, por sua vez, é o insumo concreto de que a UNESCO dispõe para promover o entendimento entre as nações e reforçar a cooperação técnica internacional em todas as áreas do seu mandato.

O segundo pilar da ação da UNESCO é a preocupação constante com os problemas contemporâneos que o mundo enfrenta. Esse objetivo permanente é o guia da instituição para mobilizar os seus meios no intuito de oferecer soluções tecnicamente coerentes e intelectualmente válidas para a comunidade internacional.

A urgência do desenvolvimento humano nos quatro cantos do globo é um motor primordial da UNESCO no mundo de hoje. Por meio de enfoques inovadores, práticas de baixo custo e amplo alcance e um verdadeiro acervo de experiências reconhecidamente bem-sucedidas, a Organização encontra posição privilegiada para subsidiar mudanças de escala regional, nacional e global.

Em outras palavras, a UNESCO de hoje é foro mundial para que a comunidade internacional dê significado e consciência ao ambíguo processo de globalização. O fôlego institucional da Organização está direcionado à apropriação dos meios políticos, sociais, morais e tecnológicos do mundo contemporâneo para inverter a crescente brecha que divide o mundo entre ricos e pobres. O desenho de políticas, a pesquisa transdisciplinar, o intercâmbio de informações, a capacitação de indivíduos e comunidades, as parcerias com as comunidades acadêmico-científicas e os projetos de cooperação técnica são os meios para tamanha tarefa.

A perspectiva global da Organização Ihe permite entender o problema da pobreza no globo como um tema amplo e abrangente, não apenas como resultado de "focos" ou "núcleos" estanques. Sua presença institucional nos países membros, por outro lado, garante as bases para que as respostas sugeridas a processos globais tenham a marca do local, adaptando as propostas à realidade cotidiana daqueles que vivem na comunidade com necessidades, identidades, culturas e aspirações singulares.

Portanto, a UNESCO tem um desafio central para o século XXI, o desenvolvimento de mecanismos sustentáveis de universalização de opções aos excluídos.

Erradicação da pobreza e das desigualdades como novos marcos de ação

Durante os últimos anos do século XX, cresceu a consciência de que pobreza e desigualdade são problemas dificilmente dissociáveis. Por pobreza, entende-se o grau de escolha de cada indivíduo. A pobreza significa que as escolhas pessoais encontram-se tolhidas por constrangimentos de ordem econômica e social.

Reza o novo paradigma que o desenvolvimento não pode ser compreendido como a afluência econômica. E que a qualidade de vida humana depende de elementos não monetários nem mensuráveis do ponto de vista econométrico (como o PIB).

Esse enfoque amplo traz à tona dimensões não econômicas nem quantitativas, fato que abre espaço para respostas sociais eficazes que excedem o argumento simplista de que se combate a pobreza por meio de crescimento econômico. Ou seja, ao levar em conta aspectos não monetários da pobreza, é factível pensar em contribuições significativas que emanam de conhecimentos gerais, não mais reduzindo a preocupação aos cânones das teorias econômicas.

A pobreza é entendida como um fenômeno amplo que engloba a vulnerabilidade social, a exclusão social, a capacidade de vocalizar demandas, a discriminação, a ausência de dignidade, o empoderamento etc.

Pobreza refere-se à estrutura de bem-estar e de participação no cotidiano social, historicamente condicionada para cada sociedade. Ela é definida não só pelo nível de renda per capita mas também pelo grau de desigualdade na distribuição da renda. Reduzi-la depende diretamente de crescer economicamente enquanto se diminui a desigualdade. Não está apenas relacionada à falta de recursos.

Os meios

Há diversas formas por meio das quais a UNESCO pode contribuir para a erradicação da pobreza no mundo.

Desenvolver o capital social significa fortalecer a sociedade civil por meio de políticas que melhorem a confiança, que é erodida pela desigualdade. Também implica propiciar

o crescimento da associatividade e fazer a consciência cívica amadurecer.

O mecanismo institucional da UNESCO está adequando seu discurso, suas práticas, suas perspectivas e a alocação de recursos em torno de uma questão central: de que forma a educação, a cultura, a ciência e a comunicação podem ser instrumentalizadas para elevar os índices de desenvolvimento humano dos povos do mundo.

A Organização é um foro de troca de idéias sobre políticas e práticas internacionais exitosas na erradicação da pobreza. Realiza pesquisas sobre a natureza, o alcance e os impactos da pobreza nas diversas regiões do globo. Está em posição privilegiada para oferecer especificidade às variações geográficas, culturais e históricas da pobreza em seus países-membros.

Reconhecendo que a pobreza muda de características em função dessas três variáveis, a UNESCO posiciona-se de forma privilegiada no debate em comparação com outras instituições em que o tema é tratado de forma homogênea. Como laboratório de idéias e debate dos problemas contemporâneos.

A UNESCO utiliza sua capacidade de aglutinação de especialistas para reunir acadêmicos, políticos e personalidades que, por meio do debate, contribuem para consolidar um novo paradigma de desenvolvimento, não mais calcado no desenvolvimento econômico como única saída para a pobreza, valorizando elementos com forte carga regional e nacional, como os graus de segurança, vulnerabilidade, liberdade etc. Aglutina e dissemina informações, conhecimentos, soluções, projetos piloto etc, exercendo função catalisadora.

Por meio da cooperação técnica que presta aos países-membros, contribui com a geração de capacidades para que possam monitorar, avaliar e promover políticas públicas eficazes para a erradicação da pobreza. Como *standard-setter*, oferece guias, linhas e princípios nos campos das descobertas humanas contemporâneas.

Marcos para a política social no Brasil

O Brasil destaca-se notavelmente pela qualidade e penetração do debate político, acadêmico e intelectual sobre o combate à pobreza. Está há muito envolvido nisso diretamente, experimentando formas. O debate tem lugar privilegiado em institutos, universidades, fundações publicações etc, e o país conta com grande capital humano acumulado sobre os temas sociais.

Há anos a UNESCO oferece cooperação técnica na busca de soluções viáveis para os problemas do desenvolvimento humano no país. Todas as atividades da Representação estão marcadas pelo paradigma de desenvolvimento humano, na aposta de que se podem modificar as estatísticas em médio prazo. Essas atividades passam pela educação, pela democratização do acesso a novas tecnologias, pelas pesquisas com jovens.

Vale ressaltar que o Brasil não é um país pobre, mas injusto. Os elevados níveis de pobreza resultam, em grande parte, da intensa desigualdade na distribuição de renda e nas oportunidades de inclusão econômica e social.

As áreas de competência da UNESCO são críticas para o empoderamento: criam um ambiente facilitador para as pessoas participarem ativamente em seu desenvolvimento indi-

vidual e coletivo por meio da educação, do respeito aos direitos humanos, de políticas públicas atentas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento sustentável e ao acesso de informações para todos. Ou seja, a UNESCO pode colaborar com os instrumentos para empoderar as pessoas e criar um ambiente propício à redução das desigualdades.

A Conferência Geral da UNESCO, onde têm assento todos os Estados-Membros, aprova a cada dois anos o Projeto de Programa a ser seguido pela instituição no biênio subsequente. O atual Projeto de Programa foi aprovado, inclusive pelo Brasil, na 30ª Sessão da Conferência Geral, realizada em Paris em novembro de 1999.

Para o biênio 2000-2001, o foco das ações recaiu sobre o combate à exclusão, erradicação da pobreza, desenvolvimento humano, democracia e paz.

É prioridade a definição de estratégias globais para fazer frente aos problemas sociais mundiais, tendo em mente que elas somente serão eficazes se adaptadas aos problemas específicos dos países em que a UNESCO atua e suas populações. Os grupos de interesse especial para o biênio são a mulher, a juventude, os países africanos e os países menos desenvolvidos.

A seguir, os grandes objetivos estratégicos para as áreas mestras de atividade da UNESCO dentro do mandato da Organização. Esse mandato, a propósito, é perene e perpassa as prioridades previstas para o biênio 2000-2001.

Estratégia de Médio Prazo – 2002-2007

Para os próximos seis anos, a estratégia que deve guiar a Organização também enfoca firmemente o combate à pobreza. Sua eliminação tornou-se objetivo internacional primordial, com a noção de que ela representa a negação dos direitos humanos e a antítese do desenvolvimento.

A idéia geral é contribuir com os esforços que visem a humanizar a globalização: esse processo tem de apresentar uma feição humana e ser proveitoso para todos.

Outro ponto essencial da estratégia internacional da UNESCO para o período é a luta para preencher o fosso entre países ricos e em desenvolvimento no que diz respeito à informática e informatização, com acesso para todos às tecnologias da informação e da comunicação e a livre circulação de idéias.

Assim, dois temas transversais, de interesse de todos os programas da Organização, foram escolhidos:

- A eliminação da pobreza, em especial da extrema pobreza.
- A contribuição das tecnologias da informação e da comunicação para o desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura e para a construção de uma sociedade do saber.

A UNESCO também se empenhará em promover a educação como direito fundamental, em melhorar a qualidade da educação e a estimular a inovação assim como o compartilhamento de conhecimentos e práticas, sendo que a realização dos objetivos do Quadro de Ação de Dakar adquire prioridade absoluta. O Fórum de Dakar atribui atenção particular às necessidades educativas dos pobres e excluídos, à redução do analfabetismo dos adultos, ao desenvolvimento da proteção infância e da educação pré-escolar, à melhoria

da qualidade do ensino, à eliminação das diferenças educacionais entre os sexos e à mobilização dos recursos necessários.

As preocupações da Organização também irão na linha do desenvolvimento durável e de assegurar que as dimensões éticas do desenvolvimento científico e tecnológico em curso sejam plenamente consideradas.

Na área da cultura, o foco das ações vai recair sobre a promoção de instrumentos normativos; a proteção da diversidade cultural, com destaque para as repercussões da globalização sobre as questões de identidade e capacidade de interação dos grupos, além da revitalização do patrimônio cultural imaterial.

• EDUCAÇÃO

Será promovida como um direito fundamental, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A diversificação dos conteúdos e métodos e a promoção de valores universalmente compartilhados representam meios pelos quais sua qualidade há de ser melhorada. A experimentação, a inovação e a difusão, além do compartilhamento de informações e experiências bem-sucedidas, também devem ser promovidos.

• CIÊNCIAS

Serão promovidos princípios e normas éticas para guiar o desenvolvimento científico e tecnológico e as transformações sociais, com atenção para a segurança humana pela melhor gestão das mudanças ambientais e sociais. As capacidades científicas, técnicas e humanas para participar na emergente sociedade da informação devem ser fortalecidas.

• CULTURA

O desenvolvimento e implementação de instrumentos de estabelecimento de padrões (*standard-setting*) no domínio da cultura serão promovidos, assim como a proteção da diversidade cultural e o encorajamento do pluralismo e do diálogo entre as culturas e civilizações. Prevê-se também a busca do fortalecimento das relações entre cultura e desenvolvimento, por meio da construção de capacidades e do compartilhamento de conhecimentos.

• COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Serão promovidos a livre circulação de idéias, o acesso universal à informação, a expressão do pluralismo e da diversidade cultural nos meios de comunicação e nas redes mundiais de informação. Todos devem ter acesso às tecnologias de informação e comunicação, especialmente as de domínio público.

São estas as metas dentro dos grandes programas em execução:

- Educação para todos ao longo da vida

Toda a população, em especial as crianças, deve ter acesso à educação básica, a fim de que sejam mobilizados compromissos e parcerias. O ensino fundamental deve sofrer renovação e desenvolvimento; a educação da primeira infância e de crianças com necessidades especiais, promovida. Bem como favorecidas a alfabetização e a educação não-formal e/ou comunitária de jovens e adultos, com ampliação das possibilidades de educação aos excluídos. Os sistemas educacionais devem ser renovados, adaptados à era da informação, assim como o ensino médio requer maior diversificação. Será reforçada a cooperação entre universidades e incentivada a mobilidade acadêmica. Em ação interdisciplinar com as áreas de meio ambiente, população e desenvolvimento, a educação vai ter em vista um futuro sustentável.

- As ciências a serviço do desenvolvimento

Prevê o progresso, transferência e compartilhamento de conhecimentos científicos; a melhoria do ensino universitário em ciências básicas e em ciências da engenharia; a promoção da cooperação em matéria de pesquisa e formação em matemática, física e química; o fortalecimento das capacidades de pesquisa no domínio das ciências biológicas e das biotecnologias; a realização de parcerias interdisciplinares e desenvolvimento do acesso à informação científica; a promoção de enfoques integrados de meio ambiente e desenvolvimento; a busca da ética nas ciências e na criação de tecnologias; o fortalecimento das capacidades em ciências da terra; a redução da vulnerabilidade às catástrofes naturais; a cooperação em programas de pesquisa para melhorar o conhecimento sobre a função, os serviços e os valores dos ecossistemas; a valorização das reservas da biosfera como instrumentos para conciliar a conservação e o desenvolvimento; a valorização também dos recursos hídricos em meio ambiente vulnerável, com reforço das capacidades de gestão desses recursos.

Projetos Intersetoriais são desenvolvidos dentro desse programa, voltados para: o meio ambiente e desenvolvimento das regiões costeiras e das pequenas ilhas; o desenvolvimento humano para condições de vida sustentável no Pacífico; a redução das incertezas científicas sobre os processos costeiros e oceânicos; resposta às demandas das convenções e programas relacionados aos oceanos; a luta contra a pobreza e a gestão das transformações sociais e do meio ambiente nas cidades.

- Desenvolvimento cultural: patrimônio e criação

Antevê a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural; a salvaguarda e revitalização do patrimônio material e imaterial; a aplicação das normas e de ações preventivas para a proteção do patrimônio cultural; a restauração dos patrimônios afetados

pelos conflitos; a promoção da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural; a preparação dos jovens para a promoção e a preservação do patrimônio mundial; a promoção das culturas vivas, da criatividade, do artesanal e do design; a proteção da criatividade; a valorização da leitura e o acesso de todos a ela. Assim como a defesa da consolidação de uma sociedade da comunicação e da informação para todos; da livre circulação das idéias; da liberdade de expressão, de imprensa, democracia e paz.

- Por uma sociedade da comunicação e da informação para todos

Busca o engajamento dos meios de comunicação para a paz e a tolerância, pela participação social, além da luta contra a pobreza; a redução das distâncias em matéria de comunicação e informação; a radiodifusão pública e produção audiovisual endógena; o desenvolvimento da "infoestrutura", com estratégias integradas e metodologias em matéria de informação e informática, em que as bibliotecas e os arquivos sejam portas de acesso às rodovias da informação.

- Por uma cultura de paz

Projeto transdisciplinar, está voltado para o favorecimento da tomada de consciência e estabelecimento de relações de cooperação pela cultura de paz. Elabora planos e programas nacionais de educação para promover essa cultura, a fim de melhorar conteúdos e métodos de educação e de formação, também com vista à cultura de paz. Encoraja o diálogo intercultural. Promove o pluralismo cultural.

Além das áreas contempladas pela Projeto de Programa para o biênio 2000-2001, o mandato da UNESCO compõe-se também das declarações e planos de ações resultantes das grandes conferências mundiais e regionais convocadas pela Organização, bem como das resoluções tomadas por seus órgãos internos, como o Conselho Executivo e a Conferência Geral.

O Conselho Executivo da Organização destacou os seguinte Eixos Estratégicos para a atuação da UNESCO:

- Desenvolvimento de princípios e normas universais baseados em valores compartilhados

Essa tarefa responde à vocação ética da UNESCO e significa preservar a riqueza do mundo por meio de princípios, normas, padrões, valores compartilhados e, se necessário, mecanismos reguladores que permitam defender direitos universalmente reconhecidos (por exemplo, o direito à água, à energia, ao espaço atmosférico, às novas tecnologias, à cultura etc.).

Promoção do pluralismo mediante o reconhecimento e respeito da diversidade, em conjunto com a observância dos direitos humanos

A UNESCO deve combater o perigo da padronização e homogeneização cultural, defendendo a diversidade em todas suas formas: biológica, cultural, lingüística etc. Essa tarefa busca incentivar respostas locais a processos globais, levando em conta a diversidade de necessidades e aspirações, ambientes, estilos de vida, identidades e culturas.

· Promoção do empoderamento e da participação na sociedade do conhecimento

A UNESCO deve garantir, de forma prioritária, que mulheres e jovens possam participar ativamente do desenho e formação da nova "sociedade da informação". Essa tarefa tem por objetivo promover o intercâmbio e a difusão do conhecimento das sociedades contemporâneas. Isto se faz por meio de canais tradicionais, das novas tecnologias, da mídia etc.

ESTRATÉGIAS DE PARCERIA, DE DESCENTRALIZAÇÃO E DE APOIO A INOVAÇÕES

A fim de fazer frente aos enormes desafios que seu mandato lhe reserva, a UNESCO Brasil não prescinde de buscar no trabalho conjunto com uma grande gama de instituições, governamentais ou não, de comprovada representatividade e seriedade no trato dos problemas no âmbito de seu campo de ação, o apoio necessário para pensar e agir de forma integrada na obtenção das soluções para inúmeros problemas sociais.

A prática de estabelecer parcerias, seja com a sociedade civil organizada ou com órgãos do poder público, tem sido uma constante na atuação da Representação, em especial nos últimos anos. O caminho não poderia ser outro. Certamente a superação das barreiras ao desenvolvimento humano brasileiro exige a soma de esforços contínua, permanente e sistemática de toda a sociedade e dos governos, processo de participação mútua de que a UNESCO Brasil pretende ser incentivadora.

Com a crescente divulgação dos marcos de ação da UNESCO nas áreas de educação, cultura, ciência e comunicação para o período 2002-2007, ampliaram-se em muito as demandas por parcerias e ações de cooperação técnica, obrigando a UNESCO Brasil a redobrar seus esforços para atender os mais diferentes tipos de solicitações, mas que convergem, de modo geral, para a ampliação dos espaços de luta pela cidadania.

Face a essa situação e considerando a vastidão do território brasileiro e as enormes diferenças regionais, a UNESCO tem procurado ampliar o número de escritórios regionais, organizados e mantidos em parceria, ora com os estados, ora com os municípios. Essa estratégia de descentralização tem permitido maior sistematização de projetos e um diálogo mais permanente com diversos atores do governo e da sociedade civil.

Aspecto importante das estratégias em curso são as inovações. Pode-se afirmar que o Brasil hoje é um grande laboratório de inovações. Por todo o país se pode verificar o desejo de colocar em prática idéias renovadas. São inúmeras as iniciativas nessa direção. Tanto os poderes públicos, quanto as organizações não-governamentais têm procurado buscar caminhos alternativos que venham a produzir efeitos sociais mais duradouros e a potencializar as políticas de desenvolvimento social em curso ou mesmo gerar novas políticas.

Nesse cenário, a UNESCO adota a política de divulgar idéias e experiências que deram certo em outros países e ao mesmo tempo procura apoiar, avaliar e incentivar projetos que revelem grande alcance social, como foi o caso do Projeto Bolsa-Escola. Além disso, busca articular parcerias para iniciativas inovadoras oriundas da própria UNESCO, como

foi o caso do Projeto de Abertura de Escolas nos Fins de Semana, que objetiva ampliar os espaços de cidadania, combater a violência e incentivar o protagonismo juvenil.

Dessa forma, com base em uma política de parcerias, de ações descentralizadas e de apoio e incentivo a inovações, a UNESCO desenha na prática um modo de operação que se revela eficaz para a efetivação dos compromissos coletivos acordados nos principais marcos de ação da Organização.

Essa política tem possibilitado a ampliação de alianças e parcerias e encurtado a distância entre os ideais da Organização e os atores mais credenciados para adotá-los e torná-los realidade.

Entre os principais parceiros da UNESCO no Brasil estão vários órgãos governamentais federais (ministérios, secretarias etc), mais de 30 unidades da federação e municípios, organizações da sociedade civil, fundações privadas, órgãos de imprensa, instituições universitárias, centros de pesquisas, além de outros. As ligações com eles se dão por meio de acordos e protocolos de cooperação, memorandos de entendimento, edições conjuntas de livros e participação e promoção em parceria de eventos científicos e culturais, realização de campanhas pela paz e cidadania, com e sem alocação de recursos.

Em função da continental dimensão territorial brasileira, as parcerias têm-se revelado um meio eficaz de difundir o trabalho da UNESCO, de abrir novas oportunidades no país para a concretização dos ideais que a Organização representa em nome dos 186 países que a integram e de subsidiar políticas públicas que tenham por objetivo o desenvolvimento humano.

Há dois tipos básicos de parcerias institucionais sendo aplicados pela UNESCO Brasil: as pontuais, que enfocam um evento específico – como publicação, seminário ou simpósio, evento público, produção de vídeo, debate na televisão etc – e as alianças permanentes, que se desenvolvem em ações continuadas e norteadas pelos valores e metas estabelecidos nos principais documentos e marcos de referência da Organização.

A abertura para parcerias eventuais na realização de diferentes tipos de eventos permite à UNESCO Brasil expor e debater idéias chave para o desenvolvimento humano sustentado, bem como difundir os documentos de orientação e referência. Essa prática possibilita melhor circulação e confronto das idéias e se revela imprescindível na construção de consensos.

Como a UNESCO tem na produção de idéias um dos pontos mais fortes de seu capital cultural, a divulgação e o debate permanente de suas teses mais importantes sobressaem como requisito prioritário.

Para os eventos científicos e culturais promovidos ou apoiados pela Organização, com frequência são convidados, como conferencistas ou como debatedores, especialistas da sede ou dos institutos especializados. A participação desses especialistas contribui de forma significativa para ampliar a densidade intelectual do evento ou da reunião técnica. Nos dois últimos anos, estiveram no Brasil proferindo conferências ou participando de reuniões técnicas o Diretor do Instituto de Educação de Hamburgo, Adama Ouane, Juan Carlos Tedesco, do IIPE de Buenos Aires, José Silvio, do Ilesalc, Cecília Braslavsky, diretora do IBE e Soo-Hyang Choi, chefe da Unidade de Educação Infantil e Família da

UNESCO. Por outro lado, as alianças de caráter mais permanente que, em geral, se dão com ministérios e órgãos do Governo Federal, com estados, municípios e com algumas entidades privadas, visam a assegurar o prolongamento temporal, para favorecer a continuidade de políticas. Muitas das metas constantes nos marcos de ação e compromissos, estabelecidas nas áreas de educação, ciência, cultura, comunicação e direitos humanos, são decenais e requerem continuidade de ações. Em muitos casos, a parceria com um organismo internacional converte-se em fator de estabilidade de investimentos ao longo de vários anos.

Além do trabalho integrado com o poder público, entidades da sociedade civil e instituições privadas, a UNESCO procura estabelecer um constante diálogo com o Poder Legislativo e com a imprensa. A articulação com o Poder Legislativo decorre de sua importância para a aprovação de leis que corrijam distorções históricas para o exercício pleno do direito à educação, à cultura, aos conhecimentos científicos e tecnológicos e à livre expressão de idéias e opiniões. A articulação com a imprensa fundamenta-se no reconhecimento de seu papel mobilizador da opinião pública e, como tal, de seu poder para ampliar os espaços de valorização da cidadania.

Além do Poder Legislativo e da imprensa, merecem destaque no conjunto das estratégias da UNESCO no Brasil as campanhas e mobilizações pela paz, a premiação pública e a dimensão internacional, que inclui uma ação articulada e em parceria com outras agências das Nações Unidas e com os organismos de financiamento.

Poder Legislativo

O **Congresso Nacional**, tanto o Senado Federal como a Câmara dos Deputados, tem sido um importante parceiro na abertura de debates e na promoção de audiências públicas sobre os principais temas de interesse da Organização. Foi constituído inclusive um **Grupo de Parlamentares Amigos da UNESCO**. No caso brasileiro, o Congresso Nacional é uma entidade central na consecução de políticas públicas de desenvolvimento humano eficazes e sustentáveis ao longo do tempo.

Entre as diversas iniciativas em associação com as Casas do Poder Legislativo, destacam-se o lançamento de publicações com conteúdos que contribuem para o debate parlamentar e para a formulação de políticas públicas nas áreas do mandato da Organização; a freqüente presença da UNESCO nas discussões promovidas pelas Comissões Parlamentares de Direitos Humanos e Educação; a grande participação do Congresso Nacional na Campanha Mundial da Cultura de Paz, em que esse promoveu seminários, discussões e encontros com representantes do governo e da sociedade civil organizada; a realização em conjunto de eventos em temas estratégicos para o desenvolvimento, como ocorreu no ano 2000 com o Seminário sobre Bolsa-Escola, Pobreza e Cidadania e com a Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desportos, que a UNESCO ajudou a organizar.

O **Grupo de Parlamentares Amigos da UNESCO** foi criado em julho de 1997 a fim de ampliar e fortalecer o papel dos parlamentares na implementação dos compromissos e

marcos de ação da Organização, como também colocar à disposição deles conhecimentos gerados pela UNESCO que podem ser aproveitados na formulação de políticas públicas. Outra finalidade é estreitar os vínculos com os Grupos de Parlamentares Amigos da UNESCO de outros países e, com isso, promover a cooperação internacional entre os Poderes Legislativos.

O grupo é constituído por deputados e senadores de diversos partidos e regiões. Eles têm incluído em suas plataformas políticas algumas teses da UNESCO, que em muitos casos servem para fundamentar futuros projetos de lei.

Numa estrutura federativa como a brasileira, a UNESCO não se poderia furtar de também oferecer seus conhecimentos aos **legislativos estaduais e municipais**. Nos últimos anos, atividades como lançamentos de publicações, debates, seminários e pronunciamentos foram realizadas em mais de doze Câmaras Legislativas estaduais e dez Câmaras municipais de todo o país.

A UNESCO tem estabelecido ainda relações, parcerias, cooperações e eventos com diversas **organizações parlamentares** internacionais ou estrangeiras, como: Parlamento Amazônico, Parlamento Andino, Parlamento Centro Americano, Parlamento Europeu, Parlamento Latino-Americano (Parlatino), Ação Mundial de Parlamentares, Parlamento do Mercosul, Parlamento Cultural do Mercosul, Assembléia Internacional de Parlamentares de Língua Francesa etc. Essas relações são importantes para o intercâmbio de idéias e o amadurecimento do diálogo intercultural.

Meios de comunicação

A UNESCO Brasil tem ainda cultivado a proximidade com a imprensa, que divulga com freqüência assuntos relacionados às atividades da Organização. Os jornalistas são mantidos permanentemente informados sobre essas atividades, seja por **press releases**, publicações ou pelo **web site**, e, com freqüência, convidados a participar dos eventos da UNESCO.

Nessa relação, a imprensa brasileira tem dado repetidas provas de confiança no trabalho da Organização, de forma que a UNESCO consolida posição como fonte fidedigna de informação.

Ainda dentro dessa interação com a mídia, a televisão tem um poder especial num enorme país como o Brasil. Por esse motivo, a UNESCO busca envolver personalidades críveis de tevê, atores e atrizes, em suas campanhas e estratégias de comunicação. Por exemplo, uma das maiores personalidades artísticas do país, Fernanda Montenegro, atriz indicada ao Oscar pelo filme **Central do Brasil** em 1999, que aderiu à campanha do Ano Internacional para a Cultura de Paz. Fernanda é hoje uma artista UNESCO, assim como o cantor e compositor Gilberto Gil. No grupo se inserem também, Pelé, um dos maiores exemplos de postura desportiva, e Lili Marinho, ambos embaixadores da UNESCO.

Outra forma de inserção na mídia em cooperação com ela é a presença de informação de cunho social e educacional na teledramaturgia e programas de tevê, especialmente os destinados aos jovens. Essa tem-se mostrado uma excelente forma de disseminar os ideais

da UNESCO, dado o grande poder, no Brasil, das mensagens televisivas em influenciar o comportamento social. Algumas das questões que têm sido introduzidas nas telenovelas e outros programas, decorrentes de parcerias entre a UNESCO e as emissoras, envolvem a prevenção da AIDS, violência nas escolas e importância da preservação do patrimônio cultural.

Também com relação à política editorial da UNESCO Brasil, a formação de parcerias revela-se essencial, conferindo suporte intelectual e ganho de credibilidade. Os parceiros ajudam a consolidar a imagem da instituição, a divulgar suas mensagens e a promover o debate. Um bom exemplo de cooperação na produção editorial é a que a UNESCO cultiva com o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco de Boston, da qual resultou até agora o lançamento de seis livros sobre infância, violência, cidadania e crianças de rua.

Campanhas e Eventos para a Paz

Com a ajuda de parceiros, a UNESCO Brasil vem obtendo êxito na organização de eventos de grande afluência de público e resultados significativos. Destacam-se, por exemplo, atividades lúdico-educativas de massa para a juventude, em que os ideais da Organização acabam disseminados em meio a um clima festivo.

Ao lado da Latin American Youth for Democracy (LAYD), organização continental para a promoção de atividades voltadas para os jovens, a UNESCO realizou grandes eventos, como a campanha nacional **O Brasil Clama por Paz**.

Ancorada em shows de música popular e atrações diversas oferecidas em parques das cidades brasileiras, a campanha cumpriu o objetivo de coletar e destruir armas de brinquedo, numa ação educativa antiviolaência junto às crianças, que também receberam orientações sobre como prevenir acidentes de trânsito. Paralelamente às atividades, colhiam-se assinaturas em massa para o Manifesto pela Cultura de Paz.

Outra campanha realizada com a LAYD, **Dê Bola para a Paz**, patrocinada pelo Banco do Brasil, percorreu os **shopping centers** do país com sessões de leitura e assinatura do Manifesto 2000. Também dessa parceria nasceu o **Verão da Paz**, outra oportunidade de divulgar os princípios da Cultura de Paz e colher adesões ao manifesto, desta vez pelas praias brasileiras.

Igualmente em parceria com a UNESCO, a Fundação Viva Rio organizou os **Jogos da Paz**, que teve a primeira edição em 1999. Foi um meio encontrado de ajudar a combater, por meio do esporte, os altos níveis de violência entre os jovens, com a promoção de competições de basquete, vôlei e futebol. Os Jogos da Paz também foram marcados pela campanha de desarmamento dos jovens do Rio de Janeiro e envolveram a distribuição de bolas de futebol com o logotipo da Cultura de Paz. Quarenta mil jovens participaram das competições, que serviram de pano de fundo para o recolhimento de um número impressionante de assinaturas para o Manifesto 2000: 1,2 milhão.

Esporte, lazer e cultura provaram ser um ótimo caminho para divulgar as mensagens da UNESCO, tendo da Cultura de Paz como as demais.

Dimensão internacional e cooperação interagencial

A consolidação da imagem institucional da UNESCO implica a disseminação local dos ideais internacionais da Organização. Algumas das bandeiras da UNESCO são muito atraentes à opinião pública e à mídia brasileiras, por encontrarem relação imediata com a vida diária da população, por atingirem em cheio dramas nacionais, como a violência nos meios de comunicação e a Cultura de Paz. Outros assuntos, porém, antecipam debates ainda embrionários na sociedade, como o abuso sexual na Internet.

Com relação à violência na mídia, a UNESCO Brasil se concentra na divulgação de dados de estudos e na experiência mundial da Organização, com a publicação dos principais documentos internacionais sobre o assunto e sobre a violência juvenil.

Quanto à Cultura de Paz, uma grande variedade de atividades – envolvendo governos e legislativos federal, estaduais e municipais, a televisão, a Internet, universidades, centenas de escolas, times de futebol, enfim, uma grande diversidade e quantidade de parceiros – foram realizadas por todo o país. Parceiros privados ajudaram a UNESCO a confeccionar bótons, camisetas e kits da Cultura da Paz.

A UNESCO Brasil introduziu a questão do abuso sexual na Internet na agenda pública brasileira criando um grupo, que envolve o governo e a sociedade civil, de discussão da Declaração de Paris sobre a Pedofilia na Internet.

A dimensão internacional da atuação da UNESCO inclui um trabalho conjugado e em parceria com outras agências das Nações Unidas, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Muitos projetos são desenvolvidos em parceria, o que possibilita uma visão de conjunto dos ideais das Nações Unidas. Exemplo dessa política é o Grupo Interagencial de Educação e Cultura, que conta com a participação do PNUD, OIT, Unicef, Fnuap, Unifem, UNDCT e tem por objetivo compatibilizar projetos e ações numa perspectiva de educação e cultura para todos.

Articulação especial é feita com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Todos os acordos de cooperação técnica mantidos pela UNESCO no Brasil são aprovados e também assinados pela ABC, que também faz o devido acompanhamento em relação aos produtos gerados. Essa articulação é estratégica para definir e situar o papel da UNESCO no contexto mais amplo das necessidades do país.

Prêmios

Integra o conjunto de estratégias da UNESCO no Brasil a premiação pública como incentivo e reconhecimento de iniciativas bem sucedidas no âmbito do poder público e da sociedade civil, como também de personalidades que se tenham destacado nas áreas compreendidas pelo mandato da Organização. Entre os prêmios oferecidos, destacam-se:

Prêmio UNESCO Brasil – concedido a personalidades e a projetos inovadores nas áreas da Educação, Ciência e Meio Ambiente, Cultura, Direitos Humanos e Comunicação;

Prêmio Gestão Escolar – iniciativa em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e a União dos Dirigentes

Municipais de Educação (Undime), tem âmbito nacional e é concedido a escolas referências de todas as unidades da federação. Conta com o apoio da Fundação Ford, do Unicef e da Embaixada dos Estados Unidos, que promove uma viagem a esse país para os diretores de escolas premiadas;

Prêmio de Incentivo à Prevenção das DST e AIDS e uso Indevido de Drogas nas Escolas – organizado em parceria com o Undcp, é concedido anualmente a instituições escolares que se tenham destacado por ações de relevância na prevenção das DST e AIDS e ao uso de drogas;

Prêmio Direitos Humanos – iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, com o apoio da UNESCO, a cada ano reconhece o trabalho de ONGs, estudantes seculares e universitários, além de outros atores, na defesa dos direitos humanos.

Os prêmios constituem uma excelente oportunidade de mobilização em torno de algumas idéias inovadoras e ajudam a consolidar a identidade ética e intelectual da Organização.

Modernização Gerencial

Em decorrência do aumento de parcerias e dos acordos de cooperação técnica, a UNESCO concebeu e já iniciou a implantação de um novo sistema de administração, tendo por princípios orientadores a transparência e a agilidade de procedimentos administrativos. Ao longo desses quatro últimos anos, a Representação da UNESCO no Brasil experimentou sensível incremento em suas operações de prestação de cooperação e assistência técnica, notadamente ao governo brasileiro. Esse incremento se deu em todos os setores nos quais atua a UNESCO e são inúmeras as parcerias estabelecidas durante esse período, dentre as quais, além de várias estruturas públicas nas esferas federal, estadual e municipal e entidades privadas, incluem-se outras agências integrantes do Sistema das Nações Unidas e organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de importante conteúdo socioeducacional.

A visão da UNESCO acerca das várias parcerias estabelecidas no Brasil consubstancia-se em ações concretas que visam a agilidade e a eficácia no atingimento dos objetivos propostos nos Documentos de Projeto e no efetivo fornecimento de cooperação e assistência técnica nas várias áreas que constituem o seu mandato de atuação, pelo corpo técnico altamente qualificado que integra a sua estrutura. Nesse contexto, a transferência dos conhecimentos adquiridos pela UNESCO ao longo dos anos em que atua em mais de 50 países, é encarada como decorrência essencial e natural dessa processo de cooperação. Uma estreita e permanente interação entre equipes técnica e administrativa dos projetos e da UNESCO constitui-se como fator preponderante no sucesso dos projetos que se dispõe a apoiar.

Em decorrência dessa visão estratégica e do processo de investimentos há pouco mencionado, foi colocado em operação, em janeiro deste ano, um moderno sistema informatizado, apoiado em banco de dados relacional, denominado Sistema Integrado de Contabilidade, Orçamento e Administração Financeira – SICOF. Esse sistema que congrega

os mais recentes avanços no campo da informática, consumiu algo como dois anos em termos de concepção, análise e desenvolvimento e concentra em formulários padronizados (Solicitação Administrativa – SA, Solicitação de Pagamento – SP e Solicitação de Passagens e Diárias – SPD) o registro de informações essenciais ao processamento de contratos, licitações, pagamento de diárias, fornecimento de passagens e pagamento de despesas diversas sem vinculação contratual.

Os fundamentos filosóficos que conduziram todo o processo de desenvolvimento do SICOF amparou-se em três princípios básicos. O primeiro deles objetiva permitir uma integração plena dos esforços despendidos pela própria UNESCO e pelos vários projetos de cooperação que implementa aqui no Brasil. Essa integração pressupõe a comunicação "on line"; a busca permanente de uma drástica redução do fluxo de papéis entre a UNESCO e seus projetos parceiros; o estabelecimento de rotinas que privilegiem respostas ágeis em termos do processamento das contratações e dos pagamentos; a padronização das informações inseridas nesse sistema e a garantia da qualidade dessas informações a partir da completa eliminação da repetição de esforços relativos à redigitação e à ocorrência de erros decorrentes desse retrabalho. O segundo desses três princípios básicos contempla, essencialmente, a disponibilização de informações atualizadas e a facilitação de procedimentos que acham-se sob responsabilidade direta dos projetos. Finalmente, como terceiro e último princípio, embora não necessariamente nessa ordem em termos de importância e prioridade, o SICOF atua, em tempo integral, como instrumento fiscalizador do cumprimento das normas e procedimentos determinados pelo Manual Administrativo da UNESCO.

Prover meios que permitam e facilitem o processo de acompanhamento e avaliação das ações empreendidas pela UNESCO no Brasil, coloca-se como absolutamente prioritário e é tido como uma decorrência natural do vencimento do desafio inicial de criar, em ambiente eletrônico seguro, um instrumento que desse suporte operacional à ampliação dos horizontes de atuação da UNESCO no Brasil. É essa a nova etapa a ser empreendida, é esse o novo e importante desafio que se impõe às equipes técnicas da UNESCO no Brasil.

PARCEIROS DA UNESCO

NO ÂMBITO DA UNIÃO — Caixa Econômica Federal, Casa Civil da Presidência da República, Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação do Senado Federal, Comunidade Solidária, Alfabetização Solidária e Universidade Solidária, Comunidade Ativa, CNPq, Capes, Denatran, Fundação Banco do Brasil, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares, Fundação da Criança e do Adolescente, Fundação Nacional de Saúde, Funai, Fiocruz, Inbra, Infraero/BA, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores,

Ministério do Meio Ambiente, Petrobras, Seplantec, SPE-Bahia, UFBA, UFGO, UFMG, UFMT, UFPA, UFPR, UFRJ, UFSC, UFTO, UNI-RIO.

ESTADOS e MUNICÍPIOS – Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo, Tocantins. Municípios: Belém, Belo Horizonte, Congonhas do Campo, Cubatão, Cuiabá, Diamantina, Goiânia, João Pessoa, Juiz de Fora, Maceió, Natal, Olinda, Ouro Preto, Palmas, Recife, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, São Luis, Salvador, São Paulo, Teresina, USP.

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – Ação Educativa, AED, ANDI, Arte Viva, Abipti, ABM, Abmp, Abong, Associação dos Adidos Culturais da América Latina e do Caribe, Associação dos Municípios do Brasil, Arte Sem Fronteiras, ANCA, Palas Athena, Brahma Kumaris, Canto da Cidade, Casa Via Magia, Cebrap, Cebela, Cedeca, Cepia, Cipó Comunicação, Comissão Brasileira de Juventude, Comitê de Cultura de Paz, CDI, Comitê Nacional do Ano do Voluntariado, Comitê Icomos/Brasil, Comunidade Bahá'í do Brasil, Contag, CULT, CRUB, Consed, Edisca, Fórum dos Pró-Reitores de Extensão, Fundação Iochpe, Fundação Luís Eduardo Magalhães, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Fumdam, Fundação Odebrecht, Fundação Peiropólis, Fundação Roberto Marinho, Grupo Afro Reggae, Grupo Cultural Olodum, GIFE, Grupo Empresarial Gerdau, Instituto Ambar, Instituto Ayrton Senna, IBAM, Instituto Cervantes, Instituto Cultural Itaú, Iser, Instituto de Hospitalidade, Instituto de Política, Instituto Herbert Levy, Instituto Paulo Freire, Instituto Röerich da Paz e Cultura do Brasil, Instituto Sou da Paz, Julape/Brasil, Julad, Missão Criança, MST, Movimento Jovens pela Paz, OAB/BA, Parceiros Voluntários/RS, Polis, Projeto Axé, Projeto Pescar, Projeto Travessia, Rede Brasileira de Educação, Senai, SESI, SESC, Sociedade Recreativa e Carnavalesca Filhos de Gandhi, UBES, União dos Municípios da Bahia, Undime, Unipaz, Viva Rio e Voluntárias Sociais.

AGÊNCIAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – Usaid, BID, BIRD, British Council, Convênio Andrés Bello, Fundação Ford, Fundação W. K. Kellogg, Unicef, Unifem, Ilanud/Brasil, OIT, OPAS/OMS, Parlatino, Unaid, Undcp, Uncdf, PNUD, UNIC.

SETOR PRIVADO/OUTROS – Bank Boston, Brasil Telecom, Jornal O Povo do Ceará, Ordecc Colégio do Brasil, Rede Bahia de Comunicação, Rede Globo de Comunicação, Universidade Católica de Brasília, Universidade Católica de Goiás, Universidade Católica de Salvador, Universidade de Castelo Branco, Ulbra, Universidade Metodista de Piracicaba, Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Santa Bárbara d'Oeste, SP).

PROJETOS E AÇÕES COMPARTILHADAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EDUCAÇÃO E SAÚDE

EDUCAÇÃO

A responsabilidade do poder público pela educação no Brasil está dividida entre os três níveis de governo – União, estados e municípios – que organizam, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. A distribuição de papéis segue o prescrito pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Cabe à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função redistributiva e supletiva. Os estados que oferecem prioritariamente o ensino médio incumbem-se de estabelecer com os municípios formas de oferta proporcional do ensino obrigatório. Aos municípios resta a educação infantil e, em primeiro lugar, o ensino fundamental.

Na década de 1990, o ideal de educação para todos lançado pela Declaração de Jomtien teve no Brasil um notável impulso graças aos esforços articulados das três esferas públicas da administração educacional, isso somado ao crescente papel do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O Brasil atingiu no ensino fundamental obrigatório índices de cobertura (95,5%) próximos aos dos países mais avançados, entrando na reta final para a completa universalização do acesso a esse nível educacional.

Conforme dados de 1999, estavam matriculados no ensino fundamental 36.059.742 alunos, sendo 91% deles em escolas públicas. De 1991 a 1998, o número de concluintes do ensino fundamental cresceu 124,3%.

Também no ensino médio verificou-se uma grande expansão. De 1991 a 1999, a matrícula aumentou 136%, com incremento maior nos últimos anos em decorrência da política de democratização desse grau do ensino. O número de alunos saltou de 3.770.000 no início da década de 90 para 7.769.199 em 1999, sendo que mais de 70% das vagas são oferecidas pelo poder público.

Na mesma direção ascendente, o ensino superior se expandiu e se diversificou para atender as novas demandas de profissionais geradas pelo intenso processo de transformação tecnológica e produtiva. De um universo de matriculados de 1.565.056 no começo da década, o sistema evoluiu para 2.369.945 alunos em 1999. Todavia persiste a concentração regional da oferta nas regiões Sudeste e Sul, em que ficam 54% dos alunos dos cursos de graduação.

No que se refere à educação de jovens e adultos, apesar da redução verificada nas taxas de analfabetismo (de 20,1% em 1991 para 13,3% em 1999), o país ainda exhibe um contingente expressivo de analfabetos absolutos: cerca de 15 milhões aproximadamente, concentrado basicamente nas áreas rurais e na periferia dos grandes centros urbanos.

Nos últimos anos, diversas inovações foram introduzidas no sistema educacional brasileiro, sobretudo na educação básica, destacando-se entre elas:

- A criação do Fundef (Fundo de Valorização e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que permitiu distribuir os recursos financeiros de acordo com a localização e número de alunos com base em um valor mínimo aluno/ano.
- Criação da TV Escola, para assegurar o atendimento dos professores das escolas do ensino fundamental com programas modernos e bem concebidos, em diferentes áreas curriculares.
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação e de informações estatísticas, disponibilizando dados atuais e imprescindíveis ao planejamento educacional.
- Avaliação e ampliação da política do livro didático, que está garantindo a distribuição gratuita e de melhor qualidade para os alunos do ensino fundamental. Aproximadamente 110 milhões de livros estão sendo distribuídos anualmente.
- Programa Bolsa-Escola, mecanismo pelo qual se concede apoio financeiro às famílias pobres que mantenham os filhos matriculados no ensino fundamental.
- Programa Toda Criança na Escola, que teve papel estratégico na luta para vencer o desafio da exclusão.
- Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), com financiamento do BID, que possibilita a criação de 200 centros públicos de educação profissional.
- Programa de Expansão do Ensino Médio (Proem), para dar suporte à grande expansão do ensino médio, com financiamento do BID.
- Programa Alfabetização Solidária, que está oferecendo uma contribuição significativa para a redução do analfabetismo absoluto e incentivando a continuidade de estudos na escola regular para jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino obrigatório.
- Programa Universidade Solidária, que está viabilizando um efetivo envolvimento da universidade em programas socioeducativos.

Participação da UNESCO

A UNESCO tem participado do esforço do Brasil em sua luta para concretizar os ideais de educação básica para todos nos diversos níveis e modalidades. Essa participação se concretiza por meio de acordos, projetos e protocolos de cooperação técnica com órgãos do governo, com entidades privadas e com organizações não-governamentais. Esses instrumentos possibilitam um conjunto de ações e o constante intercâmbio na busca dos ideais e compromissos explicitados nos documentos normativos e de orientação, como a Declaração Mundial de Educação para Todos, o Marco de Ação de Dakar, a Declaração de Hamburgo, a Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI, a Declaração de Salamanca, as Recomendações de Seul e o Relatório Jacques Delors, entre outros. A maior parte das atividades são conduzidas no quadro do programa extra-orçamentário.

É importante ressaltar o dinamismo educacional do país, o que favorece o desenvolvimento de ações concretas de cooperação. Com a participação da UNESCO, o Brasil tem assumido os compromissos de educação para todos e é hoje um dos países do grupo dos Nove Países mais Populosos (E9 Initiative) que mais rapidamente avançou na luta pela escolarização massiva de crianças, jovens e adultos.

Sem dúvida, tem sido crescente o papel da educação na vida do país. Confrontada com a crise das relações sociais, a educação assume cada vez mais a difícil tarefa de fazer da diversidade um fator positivo, tanto no que se refere ao desenvolvimento do respeito e da compreensão, quanto no relativo à criatividade humana.

É certo que a existência de um grande contingente de pessoas pobres amplia o desafio de universalização da cidadania. Todavia, a progressiva política de inclusão educacional favorece o fortalecimento das políticas de superação em direção a uma cidadania ativa para todos.

Ao participar desse processo e manter permanente articulação e cooperação com os diversos envolvidos na política educacional, a UNESCO está de modo concreto reforçando o compromisso de todos os atores sociais na promoção de uma educação de qualidade e na renovação dos sistemas educativos formais e não-formais, o que constitui um de seus principais mandatos.

Trata-se, em última análise, da realização da essência da missão da UNESCO em termos de desenvolvimento humano e construção de uma cultura de paz.

São diversas as atividades que a UNESCO desenvolve na área da educação em articulação com o poder público e a sociedade civil. Além das ações no campo da educação regular e a distância, não se pode deixar de mencionar as atividades que ocorrem em assuntos transversais e transdisciplinares, como educação ambiental, educação para o trânsito, educação para a cidadania etc.

A seguir as principais ações e atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos de cooperação técnica mantidos entre a UNESCO e seus parceiros.

Cooperação com o Ministério da Educação e Secretarias de Educação:

No marco do Acordo com o Ministério da Educação, a UNESCO dá apoio e suporte técnico-operacional aos seguintes projetos e ações:

- Implantação dos parâmetros curriculares nacionais.
- Avaliação do ensino superior e do ensino médio.
- Alfabetização solidária de jovens e adultos.
- Desenvolvimento da educação a distância.
- Alunos com necessidades educativas especiais.
- Avaliação das condições de oferta do ensino superior de graduação.
- Indicadores de avaliação de gastos com o ensino superior.
- Educação indígena.
- Reforma da educação profissional e do ensino médio.
- Bolsa-Escola.

Entre esses projetos, merecem destaque os **Programas de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)** e de **Expansão da Educação Profissional (Proep)**, coordenados pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério.

O primeiro se insere no contexto de ampla reformulação do ensino médio, com o objetivo de melhoria e expansão e, como tal, é decorrência natural da política de educação para todos. Como o Brasil está prestes a alcançar a universalização do ensino fundamental obrigatório, o ensino médio desponta como próximo desafio a ser vencido, de forma a proporcionar à juventude brasileira as oportunidades de prosseguimento de estudos.

O Promed deverá contribuir, por um lado, para a formação de pessoal técnico qualificado para a formulação, acompanhamento e avaliação dos diferentes componentes de implantação da reforma. Por outro lado, servirá para a introdução de práticas pedagógicas inovadoras e para um subprograma de educação a distância de apoio ao ensino médio.

A participação da UNESCO no projeto, tanto em âmbito central, junto ao Ministério da Educação, quanto junto aos Estados, oferece a oportunidade para colocar a experiência brasileira em comparação com iniciativas que se verificarem em outros contextos.

As estratégias que estão sendo pensadas para o Promed encerram amplo significado social e apontam em direção à progressiva universalização do ensino médio no Brasil, conforme foi estabelecido pela Constituição de 1988.

Já em relação ao Proep, seu objetivo maior é o de adequar a educação profissional brasileira às mudanças que se operam no mundo do trabalho. Um dos resultados esperados dessa reforma é o de ampliar as possibilidades de educação profissional destinada aos jovens e aos trabalhadores em geral mediante a implantação de 200 centros educacionais públicos, com vistas também à melhoria do processo de desenvolvimento humano e prioridade para os setores excluídos e os desempregados.

Hoje a UNESCO mantém 15 convênios de cooperação com as secretarias estaduais de Educação no âmbito dos programas Proep e Promed.

Escola da Floresta

Dentro do Programa de Expansão e Melhoria da Educação Profissional coordenado pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC–Semtec) e do convênio de cooperação técnica assinado com a UNESCO, o Governo do Estado do Acre está iniciando o projeto Escola da Floresta. O objetivo é promover a transformação da educação profissional do Estado com vistas ao projeto de desenvolvimento sustentável agroflorestal, florestal e turístico.

Os cursos profissionalizantes que serão ofertados pela Escola da Floresta e pelos seus núcleos descentralizados foram definidos levando-se em consideração as atividades econômicas atuais e potenciais geradoras de oportunidades de trabalho e de ocupação nas várias regiões do Acre.

A formação de recursos humanos capacitados para orientar os diversos processos de produção sustentável e de agroindustrialização junto aos agricultores familiares, assim como para o ecoturismo, constitui na atualidade um dos maiores desafios para um projeto de desenvolvimento sustentável.

A Escola da Floresta, como centro de formação profissional, deverá assumir papel fundamental no desenvolvimento profissional para transformação da base tecnológica da produção rural/florestal. Deverá atender as demandas de produtos oriundos da floresta (borracha, castanha, madeira e os fitoterápicos), dos produtos agroflorestais (café, guaraná, açaí, cupuacu, pupunha, banana, pimenta longa) e agropecuários (farinha de mandioca, açúcar mascavo, carne, leite e peixe).

Esses produtos são estratégicos para a dinamização e fortalecimento da economia acreana.

Projeto Escola Jovem

O Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Projeto Escola Jovem vem sendo implementado pelo Ministério da Educação e conta com a cooperação técnica da UNESCO.

Tem como objetivo geral a melhoria da qualidade e a ampliação do grau de cobertura de toda a rede de ensino médio do país, como forma de garantir maior equidade social. Sua meta é ampliar em 1,6 milhão o número de novas vagas nos três próximos anos, o que representa um aumento de aproximadamente 20% em relação à matrícula atual. Com essa medida, procura assegurar o preceito constitucional de progressiva universalização do ensino médio.

O desenho global do **Escola Jovem** contempla ações estruturadas em torno dos seguintes eixos:

- fortalecimento institucional das Secretarias de Educação;

- racionalização, expansão da rede escolar e melhoria do atendimento;
- redes alternativas de atendimento;
- descentralização e autonomia da escola;
- desenvolvimento curricular;
- valorização e formação continuada dos profissionais da educação;
- projetos juvenis.

Tais eixos buscam enfrentar os vários desafios que cercam o processo de reforma do ensino médio no Brasil, dentre os quais se destacam:

- a implementação dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- a definição de um padrão de atendimento adequado a uma escola de jovens e jovens adultos;
 - a reestruturação da rede física;
 - a formação inicial e continuada dos profissionais da educação;
 - a implementação de inovações no processo ensino-aprendizagem; a consolidação de mecanismos de avaliação;
 - a definição do financiamento específico para o ensino médio;
 - a melhoria dos processos de gestão nos sistemas e nas escolas.

Os recursos destinados ao Projeto são da ordem de US\$ 1 bilhão e provêm de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 500 milhões, e de contrapartida nacional, equivalente a US\$ 500 milhões, sendo US\$ 50 milhões do Tesouro Nacional e US\$ 450 milhões das Unidades da Federação.

Expansão da Educação Profissional

A formação profissional de jovens e adultos é um dos grandes desafios dos educadores brasileiros. O mundo do trabalho se altera profunda e rapidamente, determinando a emergência de um novo modelo de educação profissional centrado em competências por áreas. A fim de atender a essa demanda, o Ministério da Educação criou o **Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep**. Sua missão é desenvolver ações integradas da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, objetivando a implantação de um novo modelo de educação profissional, que propicie a ampliação de vagas, a diversificação de oferta e a definição de cursos de forma adequada às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia.

O principal foco do Proep é a ampliação da oferta da educação profissional, com ênfase na adequação e atualização de currículos para a oferta de cursos baseados na realidade do mercado de trabalho.

O financiamento dos projetos escolares visa à construção, à ampliação ou reforma de infra-estrutura, à aquisição de equipamentos e materiais de aprendizagem e à capacitação de recursos humanos.

No momento de sua criação, a meta do Proep era de triplicar, em cinco anos, a oferta de ensino profissional em todos os níveis, para chegar a uma situação parecida com

a dos países desenvolvidos. Para tanto, o programa conta com recursos da ordem de US\$ 500 milhões, metade financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e metade proveniente, em partes iguais, do Ministério da Educação e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho e Emprego.

A previsão, até 2003, é atingir 400 mil alunos de nível técnico e 800 mil no nível básico, distribuídos em aproximadamente 300 Centros de Educação Profissional nos segmentos federal, estadual e comunitário.

Desde o final de 1997, quando foi implementado, o Proep já aprovou 172 projetos escolares, sendo 46 destinados a instituições federais, 55 estaduais e 71 comunitários, comprometendo recursos da ordem de R\$ 331,3 milhões. Todos esses projetos já se encontram em andamento, com significativo envolvimento da comunidade.

Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz

O programa **Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz** se insere no marco mais amplo de atuação da UNESCO, aquele voltado para a construção de uma cultura de paz, de educação para todos ao longo da vida, de combate à pobreza e de construção de uma nova escola para o século XXI, em que ela seja escola-função e não escola-endereço.

O **Abrindo Espaços** se alimenta da série de pesquisas promovidas pela UNESCO sobre juventude, violência e cidadania. Tais pesquisas indicam a falta de acesso e de oportunidades especialmente de cultura, esporte e lazer. Mas também destacam, contrariando perspectiva corrente, a vontade dos jovens em participar, desde que se sintam sujeitos.

A UNESCO defende a criação de um programa nacional de abertura das escolas nos finais de semana como forma de disponibilizar espaços alternativos que possam atrair os jovens, colaborando para a reversão do quadro de violência e construção de espaços de cidadania. Tal estratégia nasce da observação feita pela UNESCO de experiências com desenho similar e bem-sucedidas nos Estados Unidos, França, Espanha e outros países, onde o trabalho com jovens nas dimensões artísticas, culturais e esportivas constituíram excelente forma de prevenção da violência.

Uma pesquisa realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento mostra que os programas realizados com maior sucesso são geralmente administrados em âmbito local e envolvem parceiros de todos os setores da sociedade, como empresas, instituições públicas, organizações comunitárias, polícias e sistema judiciário. Outra característica identificada: cada situação é analisada e diagnosticada individualmente em cada comunidade, e as avaliações e críticas são feitas com objetivo de elaborar estratégias adequadas para cada tipo de problema.

Também tem destaque a participação da sociedade civil nos novos conceitos de gestão pública e de gestão social. Estudos do Banco Mundial sobre o combate à pobreza evidenciam claramente, e de forma consistente, que qualquer projeto de desenvolvimento social e de combate à pobreza que inclui a participação da comunidade apresenta resultados

sensivelmente melhores do que os projetos que são implementados com base em estruturas hierárquicas verticais⁹⁴.

O *Abrindo Espaços* tem três focos: o jovem, a escola e a comunidade. A idéia é privilegiar jovens cujas famílias estejam mal situadas na escala de distribuição de riquezas. Trabalhar com os jovens significa também contemplar, de forma preventiva, as crianças, oferecendo a chance de freqüentarem algumas das atividades de finais de semana. Assim, a natureza do trabalho é preventiva e transformadora ao mesmo tempo. Da mesma forma, são consideradas a comunidade e as famílias.

A idéia da UNESCO é apontar o programa como uma sugestão de política pública, utilizando espaços públicos e equipamentos sociais ociosos para educação e a cultura.

Pretende-se com esse tipo de iniciativa a ampliação da dimensão social e pública de todas as organizações e entidades existentes na sociedade.

A solução para o problema da violência passa também por criar espaços privilegiados de exercício e desenvolvimento do protagonismo juvenil. Há um consenso de que, por meio de programas dessa natureza, é possível influenciar políticas públicas e contribuir para a transformação da escola e da própria juventude.

Os pontos comuns identificados até agora na análise das experiências inovadoras de combate à violência no Brasil são a participação dos jovens como protagonistas, o envolvimento comprometido da comunidade e um profundo respeito pelos direitos de cidadania.

Outro pilar básico do programa são os parceiros. A UNESCO acredita na importância de se criar redes apoiadas por diferentes parceiros utilizando alternativas de combate à violência já existentes na própria comunidade.

A UNESCO vem apoiando programas dessa natureza em estados como o Rio de Janeiro, onde foram abertas inicialmente 111 escolas. Em Pernambuco, o trabalho começou em agosto de 2000. E está em início nos estados de Bahia, Alagoas, Mato Grosso, além das cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Maceió, Natal, Palmas, Olinda e Recife.

A avaliação realizada no programa do Rio de Janeiro, em que, por pesquisas de caráter quantitativo e qualitativo (grupos focais e entrevistas), foram ouvidos diversos sujeitos e agências – pais, pessoas da comunidade, animadores dos programas (professores remunerados e voluntários) e jovens participantes e não-participantes – aponta para o alto grau de receptividade ao programa. E apresenta como efeitos: maior aproximação (diálogo) entre professores e alunos e entre professores e pais e mães de alunos (freqüentadores dos fins de semana nas escolas); a diminuição dos índices de absentismo das atividades escolares entre os jovens que participam do programa; os jovens que costumavam usar de forma proibida espaço da escola aos fins de semana, em especial para jogar futebol, agora entrariam pela frente, por portões abertos, o que implicaria reapropriação de um espaço público tanto por esses jovens como também pela comunidade que, ao participar, organizar e usufruir alternativas de lazer, esporte e cultura na escola também a sentem sua – sentido de pertença – por conseguinte cuidando melhor dela.

94. The World Bank Participation Source Book – World Bank, 1996

Percepções sobre o programa Abrindo Espaços

"Dentre as características positivas do Programa, uma fica evidente: o seu alto índice de aprovação entre os atores "ouvidos" no estudo, aprovação esta, expressa nos mais variados níveis, desde as excelentes notas atribuídas ao Programa até a avaliação de que ele contribui para a melhoria do trabalho na escola e otimiza o relacionamento com a comunidade intra e extra-escolar.

Outro aspecto importante foi o significativo empenho demonstrado por toda a equipe de profissionais envolvidos no Programa, que deram inúmeras demonstrações de compromisso com o sucesso do Escolas de Paz.

Destaque-se, ainda, que o Programa procurou ocupar um espaço deixado à margem no que diz respeito à discussão, pelos envolvidos, de vários aspectos fundamentais para uma vida cidadã, no sentido de se fazer frente à violência pela:

- Democratização de bens e serviços culturais;
- Oferta de espaços e equipamentos de lazer, arte e esporte;
- Educação para a cidadania;
- Legitimação do espaço da escola também como ponto de encontro entre as gerações, as famílias e as comunidades;
- Consideração do estabelecimento escolar como local privilegiado de sociabilidade entre os jovens e de desenvolvimento de atividades lúdicas, culturais e esportivas;

Outro ponto importante diz respeito ao desafio representado pelas próprias escolas, no sentido de questionarem – e eventualmente transgredirem – posturas e propostas pedagógicas não sintonizadas com um projeto social para os jovens".

Fonte: Escolas de Paz, UNESCO, 2001.

Cooperação com entidades representativas dos dirigentes educacionais

As três principais entidades que congregam os dirigentes educacionais do Brasil são respectivamente a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Com todas elas, a UNESCO mantém protocolos de cooperação técnica, a partir dos quais são desenvolvidas inúmeras atividades educacionais que se definem como desdobramentos dos documentos de orientação aprovados pela Conferência Geral da Organização.

Essas entidades são de importância fundamental para a incorporação nas políticas públicas dos compromissos acordados nos grandes eventos mundiais convocados pela UNESCO para o exame das questões educacionais mais urgentes. Exercem também um papel estratégico nos debates de novas idéias e perspectivas para a educação em geral.

Além das atividades permanentes, que são desenvolvidas no campo das políticas

públicas com as três entidades, merece destaque o **Prêmio Referência em Gestão Escolar**, que já está no terceiro ano e é executado por intermédio de uma parceria entre a UNESCO, o Consed, a Undime e a Fundação Roberto Marinho.

Esse prêmio tem por objetivo maior distinguir e conferir diploma de reconhecimento público às escolas de educação básica que anualmente se destaquem em matéria de gestão inovadora. Tem conseguido mobilizar centenas de instituições escolares em todos os estados, as quais, antes de se candidatarem, promovem auto-avaliação com a participação da comunidade escolar. A divulgação do prêmio é feita basicamente por intermédio do Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho.

Na área da educação básica, merece destaque a ação em parceria com o Consed e a Undime referente à implementação no Brasil do Marco de Ação de Dakar, que está sendo discutido no contexto da implantação do Plano Nacional de educação.

Em relação ao ensino superior, além das Cátedras UNESCO (leia mais a seguir), a Representação, em parceria com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), deu início à discussão no Brasil das implicações para a política da educação da **Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI**. Esse documento representa um marco na discussão mundial sobre o ensino superior, em razão da qualidade das proposições e do consenso obtido nos compromissos. Foram editados em língua portuguesa os anais da Conferência de Paris, e promovido um seminário com os reitores, dirigentes universitários e especialistas. Essa estratégia está tendo seguimento mediante a realização de eventos setoriais nas várias regiões do país.

Cooperação com o Congresso Nacional

Devido à importância do Poder Legislativo na política de educação para todos, a UNESCO desenvolve em articulação com o Senado e a Câmara Federal diversas atividades voltadas para o fortalecimento do fator educação no projeto de desenvolvimento do país. Entre as ações realizadas em conjunto destacam-se, em 2000, o Seminário Bolsa-Escola, Pobreza e Cidadania e a Conferência Nacional de Educação, Cultura e Respostas. Ambos os eventos contaram com a participação da UNESCO, tanto na organização quanto na discussão temática e apresentação de trabalhos. Mais recentemente, a UNESCO está colaborando com a Comissão de Educação do Senado na discussão do marco de Ação de Dakar e do Plano Nacional de Educação.

Cooperação com outras entidades

Como a política de educação para todos envolve uma ampla soma de esforços, a UNESCO tem procurado desenvolver atividades conjuntas com outras entidades que desfrutem de credibilidade pública reconhecida.

Nesse sentido destaca-se a cooperação com o Serviço Social da Indústria (SESI), órgão ligado ao Conselho Nacional da Indústria. Com o SESI, a UNESCO participa do Programa de Formação de Formadores em Educação de Jovens e Adultos, que é executado

em parceria com a Universidade de Brasília.

Esse programa, que está sendo assessorado por especialistas internacionais da UNESCO, visa à preparação de profissionais para atuar em educação continuada de jovens e adultos trabalhadores por meio de cursos modulares a distância. Nos anos de 1999 e 2000, foram ministrados dois cursos de especialização e seis de extensão destinados a professores de jovens e adultos, o que envolveu 1.393 alunos-docentes.

Em parcerias com outras entidades e organizações governamentais e não-governamentais que atuam na área de educação como a Ação Educativa, o Instituto Paulo Freire, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a UNESCO também desenvolve atividades. A cooperação com o Incra, que teve a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), permitiu um relevante trabalho de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos rurais.

Formação de Formadores em Educação de Jovens e Adultos

O programa Formação de Formadores em Educação de Jovens e Adultos, parceria entre o Serviço Social da Indústria (SESI), a UNESCO e a Universidade de Brasília, tem como objetivo básico a formação e a especialização de profissionais do Sesi e dos parceiros em técnicas e metodologias de ensino continuado, modular e a distância para jovens e adultos. Foi criado em 1999 para dar suporte ao Programa Sesi Educação do Trabalhador, aspecto prioritário na instituição, que se volta para a elevação da escolaridade básica da força de trabalho brasileira.

A Formação de Formadores sistematiza conteúdos e oferece condições de estudo e pesquisa em cursos de graduação, extensão e pós-graduação, preparando os profissionais para atuarem como tutores, orientadores acadêmicos e coordenadores de eventos educacionais, destinados a jovens e adultos trabalhadores de todo o país.

Tem como metas:

- preparar profissionais, por meio de cursos modulares e a distância, para atuarem em educação continuada para jovens e adultos com vistas à sua capacitação sociotécnica e à sua qualificação e requalificação profissional;
- apoiar e estimular o desenvolvimento de pesquisas e experimentos em tecnologia de educação continuada, modular e a distância, aplicáveis ao ensino de graduação e pós-graduação;
- apoiar e participar de projetos de planejamento e produção de recursos instrucionais, materiais audiovisuais, softwares aplicativos, materiais de estudo individualizado utilizáveis em educação continuada, modular e a distância;
- organizar e capacitar profissionais em atividades de tutoria e orientação acadêmica para atuar em programas de educação a distância.

O programa está estruturado de forma modular e garante terminalidade em cada

módulo realizado, tornando possível a certificação progressiva e criando oportunidades de ingresso adaptadas aos momentos e condições de cada aluno.

Já foram oferecidos dois cursos de especialização para 247 alunos e três cursos de extensão para 652 alunos.

Na perspectiva de formação continuada, o programa desenvolve também uma série de teleconferências com o objetivo de: construir conhecimento; mobilizar instituições e profissionais da educação de jovens e adultos; e organizar Banco de Clientes para o programa. Foram realizadas três teleconferências, utilizando-se TV por satélite, Infovia-CNI e Internet, que reuniram cerca de 10.400 profissionais em núcleos de participação organizada

Foram produzidos ainda materiais didáticos e de apoio aos alunos, bem como de divulgação do programa. Destacam-se 12 módulos, dois guias do aluno, um documento do programa, cinco vídeos e um CD-Rom.

Há convicção de que o programa vai produzir impactos significativos na educação de jovens e adultos entre os trabalhadores brasileiros.

Educação no trânsito

Com o Denatran, órgão do Ministério da Justiça, a UNESCO está executando projeto de prevenção contra acidentes de trânsito. Tem, entre outros, o objetivo de combater comportamentos agressivos e violentos, desde a tenra idade dos alunos, nas escolas de educação básica. Visa também inserir o problema do trânsito como tema de estudo, análise e reflexão nas escolas, dentro do pensamento de que por meio da educação é possível construir um trânsito mais humano e cidadão.

A UNESCO compartilha com a sociedade a preocupação quanto aos elevados índices de violência de trânsito do Brasil, uma das principais causas da violência (e morte) no país. A gravidade desse fato se torna ainda maior quando observada a faixa etária em que está concentrado o maior número de vítimas: entre 5 e 10 anos de idade.

A meta do projeto **Rumo à Escola**, voltado ao ensino fundamental, é atender no mínimo três milhões de alunos, em 15 Estados brasileiros. Os professores dos municípios selecionados serão capacitados e instrumentalizados com recursos pedagógicos para o trabalho sobre segurança no trânsito de maneira transversal às áreas curriculares. Os órgãos gestores de trânsito e educação, especialmente os municipais, também serão beneficiados com uma nova proposta pedagógica de trabalho com relação ao tema.

Para os alunos do ensino médio, o projeto, por sua vez, deverá ter aproximadamente dois milhões de beneficiários. Ter cursado o ensino médio numa escola alcançada pelo projeto será reconhecido como pré-requisito válido para que o candidato à Carteira Nacional de Habilitação possa se submeter ao exame teórico no Departamento de Trânsito.

A UNESCO e a Política de Alfabetização Solidária

A participação da UNESCO no programa **Alfabetização Solidária**, do Governo Federal, ocorre desde o seu início. A iniciativa, destinada à alfabetização de jovens e adultos dos municípios mais afastados e com baixa escolaridade, tem conseguido progressos significativos. Já foram alfabetizados mais de 600 mil pessoas nos últimos cinco anos.

O principal objetivo é preparar jovens e adultos para o ingresso no ensino regular. Um vasto e diversificado grupo de parceiros assegura o financiamento, o que confere ampla cobertura ao programa.

O modelo que está sendo construído dá oportunidade real de alfabetização para milhares de jovens cuja capacidade intelectual e criativa teria pouca ou nenhuma condição de se manifestar. Trata-se na realidade de um programa de inclusão dos excluídos e, como tal, insere-se nas estratégias previstas pela **Declaração de Hamburgo** e pelo **Marco de Ação de Dakar** de educação para todos.

Em maior âmbito, o programa se posiciona como referência nacional e internacional de modelo de parceria alargada, que inclui a universidade, os setores empresariais, as diferentes instâncias do poder público e a sociedade civil. Esse tipo de parceria é inovador e apresenta enorme potencial para ser testada em outros contextos, principalmente na América Latina e na África Portuguesa.

A UNESCO Brasil ainda mantém cooperação, voltada para a alfabetização e pós-alfabetização, com o Instituto de Educação da UNESCO de Hamburgo.

Alfabetização Solidária

Segundo informe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 13,3% dos brasileiros com 15 anos ou mais não sabem ler nem escrever. Esse percentual está distribuído de maneira desigual pelo território nacional, atingindo 28% no Nordeste. A fim de enfrentar essas taxas e de fortalecer a cidadania em áreas extremamente pobres do Brasil, a professora Ruth Cardoso, esposa do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, apresentou proposta, em 1997, de criação da Organização Não-Governamental (ONG) **Alfabetização Solidária**. Buscou parceria com a sociedade civil, com o Ministério da Educação e com outras áreas do Governo Federal, além de universidades e municípios.

Naquele mesmo ano de 1997, foi desenvolvido projeto piloto em 38 cidades, que contou com o apoio pedagógico de 38 universidades e financeiro de 13 empresas.

O custo por aluno, um dos pontos expressivos do programa, é de R\$ 34. O Ministério da Educação participa com 50%, em material escolar, e a iniciativa privada com os outros R\$ 17. A infra-estrutura do programa fica a cargo do município onde a ação de alfabetizar se realiza.

O modelo representa uma inovação no âmbito das políticas públicas na área social. A novidade do conteúdo do **Alfabetização Solidária** dá-se tanto com relação ao

desenho institucional para a viabilização do programa, como no conjunto inusitado de parcerias, com poder público local, universidades e setor produtivo privado, além do próprio Governo Federal.

Atualmente, o programa conta com a participação de 80 empresas e 180 instituições universitárias, em 1.005 municípios dos 17 estados brasileiros atingidos, tendo completado atendimento a 1,1 milhão de brasileiros.

Visando à cidadania plena, o programa buscou se expandir com a organização de cursos supletivos e profissionalizantes em todos os municípios atendidos, garantindo a continuidade dos estudos dos seus alunos. Criou ainda um pólo de desenvolvimento para a implantação de cooperativas de trabalho nas suas áreas de inserção.

O **Alfabetização Solidária** tem-se revelado um valioso instrumento de inclusão social e de mobilização nacional para o Brasil, cujos esforços interferem na redução dos índices de analfabetismo e na educação de jovens e adultos.

As metas norteadoras fazem parte do programa **Avança Brasil**, que prevê a "eliminação do analfabetismo na faixa de 15 a 24 anos"⁹⁵, como uma forma decisiva de combate "à exclusão social (que) exige pacto nacional de solidariedade para a construção de uma sociedade mais justa, que garanta dignidade a todos os cidadãos"⁹⁶.

A UNESCO participa diretamente do programa, atuando em duas importantes pontas: com um ativo Programa de Cooperação Técnica, intercambiando experiências com seu quadro técnico próprio e com técnicos de outros países, e como empresa-parceira em dois municípios brasileiros dos mais pobres: Envira, no baixo Amazonas e Melgaco, no norte do Pará.

Cátedras UNESCO

Cada vez mais se tem maior consciência da função que cabe ao ensino superior nos programas de desenvolvimento sustentável. As universidades e outras instituições de ensino superior são essenciais para a criação, transferência e aplicação de conhecimentos, e para a formação e capacitação adicional do indivíduo profissional e do indivíduo administrativo de alto nível, como também para o avanço da educação em todas suas formas e níveis.

Essa tomada de consciência se produz em um momento de profundas mudanças econômicas que, entre outros efeitos, trouxeram sérias repercussões na quantidade e nos tipos de financiamentos públicos do ensino superior, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

As instituições de ensino superior, principalmente as dos países em desenvolvimento e, até certo ponto, aquelas da Europa central e oriental, enfrentam problemas de magnitude sem precedente. As condições adversas em que operam demandam medidas apropriadas e esforços, em primeiro lugar, por parte dos respectivos estados, bem como

95. Programa **Avança Brasil**, **Desenvolvimento Social, Brasil mais Justo**, pág. 8

96. Programa **Avança Brasil**, **Justiça Social e Qualidade de Vida**, pág. 114.

de cada instituição. Mas esses países, subjugados como estão por graves problemas socioeconômicos e políticos, e pelo peso da onerosa dívida externa, dificilmente poderão canalizar recursos significativos para o ensino superior.

Assim, a cooperação e a assistência internacional são, na atualidade, essenciais para inverter esse processo de deterioração das instituições de ensino superior nesses países, sobretudo nos menos desenvolvidos.

A essas preocupações se deveu, em grande parte, a decisão da Conferência Geral, na sua 26ª reunião, em 1991, de iniciar o Programa Unitwin de Cátedras UNESCO como plano de ação internacional para fortalecer o ensino superior nos países em desenvolvimento. Isso, por meio de mecanismos apropriados para aumentar a cooperação interuniversitária.

O Programa Unitwin e de Cátedras UNESCO tem como meta favorecer o estabelecimento de redes de universidades e outras formas de inter-relação entre instituições de ensino superior nos níveis inter-regionais, regionais e sub-regionais. As redes e formas de inter-relação fortes e estáveis demonstraram plenamente ser um meio eficiente de promover o desenvolvimento institucional, compartilhar recursos e facilitar o intercâmbio de conhecimento técnico, experiências e estudantes.

O programa está baseado na solidariedade universitária, necessária para iniciar um processo que estabeleça laços fortes e duradouros entre as instituições educacionais superiores e cientistas em âmbito mundial. Insiste-se, especialmente, no estabelecimento desses laços entre instituições de ensino superior de países em desenvolvimento (cooperação sul-sul), cuja importância foi muito negligenciada no passado.

No Brasil, a UNESCO tem 21 cátedras (veja nos Anexos), que têm procurado desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento da relevância científica e social da universidade.

Escolas Associadas

O objetivo do programa Escolas Associadas à UNESCO é semear na mente de crianças, adolescentes e jovens, o espírito da tolerância, do respeito pelos direitos humanos e pela diversidade cultural, além da importância do viver juntos e da compreensão internacional.

O programa surgiu em 1953 e conta com mais de cinco mil escolas associadas em todo o mundo. Atualmente, o Brasil dispõe de cem escolas participantes (veja nos Anexos).

A escola é um lugar privilegiado para o desenvolvimento de atividades que conduzam à construção de cenários sociais mais justos e solidários.

A UNESCO oferece aos professores a possibilidade de participar de projetos de educação para a paz e a defesa dos direitos humanos. O desenvolvimento da cultura de paz e não-violência é imprescindível para um novo milênio que anseia por ações de solidariedade humana e contra todo tipo de discriminação.

Uma escola associada à UNESCO se converte em centro promotor da cultura de paz e procura estruturar o ensino com base nos pilares fundamentais da educação propostos

no Relatório Jacques Delors – Aprender a Ser, Aprender a Viver Juntos, Aprender a Aprender e Aprender a Fazer.

Agência de Educação para o Desenvolvimento

Trata-se de uma iniciativa nacional que objetiva estar sintonizada com as mais avançadas inovações contemporâneas para o desenvolvimento. Sua missão é multiplicar e tornar permanentemente disponíveis as oportunidades de acesso ao conhecimento necessário para promover o desenvolvimento, a partir de três grandes linhas de ação: a articulação da distribuição do conhecimento, a educação permanente e a educação para o desenvolvimento. A UNESCO, juntamente com os principais parceiros do programa, como a Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária da Casa Civil da Presidência da República, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), integram o Conselho de Coordenação que define as orientações estratégicas de implantação e linhas gerais de atuação.

SAÚDE

Educação e saúde são direitos fundamentais do ser humano e devem ser entendidas como um conjunto articulado.

A educação tem-se apresentado como questão central na implementação de programas de desenvolvimento – em especial nas ações de saúde – por favorecer o exercício saudável da cidadania, potencializando práticas sociais que constroem cenários de melhores oportunidades para os cidadãos, o que contribui para a diminuição da pobreza.

Assim, a obtenção de novos paradigmas relacionados com a saúde passa por questões éticas e epistemológicas cujo pilar é a educação. Somente com a educação será possível efetivar ações que contemplem uma abordagem ampla da saúde.

O desenvolvimento humano com qualidade, conceito consolidado nas ações da UNESCO, encontra nos programas de educação e saúde a solução indispensável à melhoria dos índices de qualidade de vida no Brasil.

A UNESCO Brasil vem gerenciando projetos de cooperação técnica com o Ministério da Saúde desde 1998. A implantação do Sistema Único de Saúde tem como premissas e prioridades diversos aspectos que se afinam com os principais mandatos da UNESCO nas grandes áreas de educação, ciências a serviço do desenvolvimento humano e erradicação da pobreza.

A compreensão de que uma atuação interdisciplinar é fundamental para a melhoria das condições sociais, e em especial as de saúde, tem pautado o desenvolvimento desses projetos.

Aids

A cooperação técnica entre a UNESCO e o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS do Ministério da Saúde teve início em 1998 com o projeto Treinamento, Pesquisa e Apoio Institucional no âmbito do Programa AIDS III

Tem como finalidade, atuando de forma ampla nas áreas de educação, direitos humanos e comunicação, desenvolver política de capacitação de recursos humanos para trabalhar na prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Inclui o treinamento de profissionais de saúde e de áreas afins, professores, advogados, jornalistas, além da população em geral.

A ação se dá em parceria com instituições de ensino em todo o país, secretarias estaduais e municipais e organizações não-governamentais.

Tendo em vista que a AIDS vem afetando cada vez mais a população de baixa renda, e também os jovens, as mulheres e as crianças, o programa prioriza esses grupos. Isso está em consonância com as preocupações da UNESCO, que se tem dedicado a pesquisar esses segmentos e intervir neles.

A mobilização social é um instrumento capital para o projeto. A UNESCO está trabalhando junto à sociedade civil e ao setor privado no enfrentamento da epidemia e na busca de dar sustentabilidade às ações realizadas.

A parceria da UNESCO com o Ministério da Saúde tem colaborado na ampliação das respostas para o controle e prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, especialmente no que se refere à formalização de subprojetos com instituições não-governamentais e outros organismos.

O Programa de AIDS do Brasil vem obtendo reconhecimento internacional pelos bons resultados apresentados, o que tem estimulado também uma política de cooperação externa que envolve mais de 30 países e 12 agências de cooperação bilateral e multilateral.

UNESCO premia boas iniciativas contra AIDS e drogas nas escolas

O Prêmio de Incentivo à Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS e ao Uso Indevido de Drogas nas Escolas, criado em 2000, é o único do gênero a incentivar a participação de escolas das redes pública e privada de ensino no território nacional. Tem o objetivo de premiar anualmente instituições escolares que se tenham destacado por ações de relevante impacto na promoção desses temas. O Programa das Nações Unidas para o Controle de Drogas (Undcp), a Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS e a UNESCO receberam 53 formulários de inscrição de escolas de 19 estados, contendo a descrição das ações implementadas.

Foram outorgados prêmios para quatro escolas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Rio Grande do Sul. A partir de então, as instituições premiadas, juntamente com a Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, o

Undcp e a UNESCO, estão desenvolvendo um Guia para Educadores que contenha textos sobre os temas e descrição das experiências bem sucedidas.

Essa iniciativa vai ao encontro do mandato da UNESCO de buscar parcerias com agências do Sistema das Nações Unidas, bem como de mobilizar a sociedade para efetivar estratégias que promovam a descentralização de atividades que seriam, em princípio, de governo, mas que encontram na mobilização social um eixo incentivador de propostas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e educadores.

Profae

Com o objetivo de fornecer suporte técnico, operacional e metodológico para a qualificação dos profissionais de enfermagem no Brasil, foi iniciado em 2000 o projeto *Suporte Técnico à Consolidação da Formação dos Trabalhadores de Enfermagem – Profae*.

Existe uma legislação reguladora da prática da enfermagem no país, que prevê formação e escolaridade mínima, mas ela é descumprida. Para mudar a situação, essa cooperação técnica, com abrangência nacional, propõe-se a formar 12 mil instrutores que, a partir de novas metodologias criadas, capacitem os 225 mil profissionais de nível elementar em atividade no Brasil, de modo a convertê-los em auxiliares de enfermagem (profissionais de nível médio).

Além disso, com o Profae, deve ser desenvolvido um sistema de certificação das competências desses auxiliares e estimulado o desenvolvimento institucional de Escolas Técnicas e Centros Formadores de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde.

Concluído, o projeto terá grande impacto na formação de recursos humanos em saúde no Brasil, podendo ainda ser reaplicado em outros países, tanto no que se refere à proposta pedagógica e estratégia de parcerias, quanto à definição de competências e ao processo de certificação implantado.

Atenção Básica

Trata-se de um termo de cooperação técnica firmado com a UNESCO em 2000. O objetivo é subsidiar o Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde na implementação e formulação das diretrizes para o desenvolvimento do Programa de Saúde da Família nos três níveis de governo, contribuindo para a elevação dos índices de desenvolvimento humano no país.

Propõe-se a atuar no desenvolvimento das ações de atenção primária à saúde, além da prestação e organização dos serviços de saúde principalmente para populações economicamente menos privilegiadas.

O programa, que vem gradativamente sendo implantado em todo o país, forma equipes de saúde da família e agentes comunitários de saúde (componentes fundamentais da atenção básica no Brasil).

Está sendo criada uma rede de pólos de capacitação, formação e educação perma-

nente para esses profissionais, com proposta de integração das universidades e outros centros de formação com os serviços de saúde. Esses pólos vão atuar em três momentos do processo de capacitação: no treinamento introdutório, quando os profissionais são inseridos nas equipes; no processo de educação permanente em serviço (com metodologia presencial e a distância); e na formação acadêmica, seja na graduação ou na pós-graduação (em cursos de especialização ou de residência) dos profissionais de saúde de nível universitário.

Até o primeiro semestre de 2000, já haviam sido capacitadas mais de 8 mil equipes de saúde da família (compostas por médico, enfermeiro e auxiliar de enfermagem responsáveis pelos cuidados de saúde de toda a população de uma determinada área geográfica), beneficiando 27 milhões de brasileiros. Também mais de 130 mil agentes comunitários de saúde, atuando em cerca de 4.400 municípios e visitando regularmente mais de 73 milhões de pessoas, receberam capacitação.

Vigisus

O projeto **Promocão à Saúde, Pesquisa Operacional e Estudos para o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Vigisus**, criado em 1999, faz parte de um grande programa formulado pelo Ministério da Saúde, com a colaboração técnica de vários organismos internacionais, que tem metade do seu financiamento realizado pelo Banco Mundial. Visa implementar o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, componente fundamental do processo de reforma sanitária no Brasil.

A cooperação técnica com a UNESCO abrange o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas necessárias para o conhecimento da situação da saúde, principalmente das regiões mais pobres. Têm sido mobilizadas instituições de ensino e de pesquisa para a produção de novas metodologias de estudos e melhoria da qualidade das informações produzidas.

Foram 14 estudos e pesquisas realizados em 2000 com o intuito de apoiar a estruturação das áreas de vigilância epidemiológica e ambiental em todas as regiões do país, bem como estruturar ações de prevenção e controle de doenças da Amazônia Legal.

Os institutos de pesquisa ou universidades envolvidos passaram por processo seletivo para avaliar sua adequação técnica e administrativa para a realização dos estudos.

Decit

O termo de cooperação técnica firmado entre a UNESCO e o Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit), chamado **Cooperação para o Desenvolvimento de Ações de Ciência e Tecnologia em Saúde**, surge para auxiliar na estruturação dessa área.

É pequena a tradição de produção científica em saúde no país. Investir em capacitação em metodologia científica, organizar a produção científica existente, definindo prioridades de pesquisa, estruturar e fortalecer os conselhos de ética em pesquisa e estimular os vínculos entre as agências de fomento à pesquisa e as universidades são alguns dos tópicos da extensa pauta de atividades relacionadas ao projeto que, a propósito, tem acentuado perfil interdisciplinar.

CULTURA

A UNESCO Brasil, com base nas linhas programáticas definidas pela Conferência Geral da Organização, busca contribuir para a proteção e reforço do patrimônio cultural do país, de suas manifestações culturais imateriais e da diversidade e pluralismo cultural, com destaque para a visão da cultura como agente do desenvolvimento.

Felizmente, os preceitos constitucionais no Brasil vão ao encontro de muitas das aspirações da UNESCO para a área da cultura. A Constituição Brasileira é marcada pelo respeito à diversidade cultural, traço distintivo da formação do país. Trata da cultura como um direito coletivo, incumbindo o Estado de garantir "o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional". Também estabelece que o Estado "apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, com especial ênfase para a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros participantes do processo civilizatório nacional". Assim, também são protegidas as reminiscências de antigos quilombos.

Na estrutura administrativa do país, cabe aos três níveis da administração pública estabelecer e implementar a política cultural, o que obriga a UNESCO a diversificar suas parcerias nesse campo, sem negligenciar também as entidades da sociedade civil. O organismo precursor e vértice principal na preservação do patrimônio cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão federal criado em 1937 e parceiro da UNESCO em diversas ações. Seu modelo legal de preservação foi adotado por estados e municípios.

O Iphan tem sob tombamento 29 centros históricos, 65 conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, 960 bens imóveis e 65 acervos de bens móveis ou artes aplicadas. Além disso, protege diversos sítios arqueológicos.

A política nacional para o setor cultural teve forte incremento com a criação, em 1985, do Ministério da Cultura, com quem a UNESCO Brasil também desenvolve diversas iniciativas em parceria.

A instituição, ainda na década de 80, de mecanismos de renúncia fiscal que incentivam o apoio da iniciativa privada a projetos culturais deu mais impulso ao sustento das ações nessa área. Também na esfera estadual e em algumas grandes cidades, a renúncia fiscal tem fortemente fomentado a cultura regional e local.

Outro fato marcante para a manutenção e/ou resgate dos valores culturais do país foi a criação, por lei federal, em 1988, da Fundação Cultural Palmares, que veio preencher uma lacuna histórica de políticas culturais para a população afro-brasileira e para diversas minorias. A fundação, outra parceira da UNESCO, vem-se empenhando particularmente no inventário e proteção dos remanescentes de quilombos, dos quais 700 já foram identificados, estando em curso a transmissão das terras aos descendentes dos quilombolas.

Igualmente se tem verificado no Brasil a disseminação das preocupações com a preservação e a produção cultural contemporânea em todos os âmbitos, marcada pela expansão quantitativa e melhoria qualitativa das intervenções, eventos, exposições, além

da inclusão de questões culturais no ensino básico.

Também especial preocupação tem sido demonstrada com a instalação de bibliotecas públicas e a ampliação do acesso da população à informática em espaços públicos, como centros culturais, museus e bibliotecas. Nesse sentido, a Secretaria do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura registrava em 1997 a existência de 3.500 bibliotecas no país e, por meio do programa **Uma Biblioteca em cada Município**, entre 1996 e 1999 foram implantadas 687 novas bibliotecas, sendo que a meta para 2003 é atingir 90% dos municípios.

Pretende-se ainda implantar um número significativo de centros culturais nas periferias das grandes cidades, visando incrementar as atividades associativas em torno da cultura e contribuir para a redução da violência juvenil.

Para o cinema, o objetivo é elevar a produção nacional de filmes de 35 em 2001 para 45 em 2002.

Outro exemplo de recente avanço foi a criação da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, incumbida da implementação do Registro do Patrimônio Imaterial do país, que conta com a cooperação da UNESCO dentro do Programa Monumenta.

Um intenso movimento de descentralização de ações de cultura tem-se dado pelo país, com estados e municípios tomando para si a responsabilidade de proteger seu patrimônio. As cidades históricas vêm-se empenhando bastante em valorizar essa riqueza, e aumenta na população a consciência da preservação do patrimônio e da identidade local, com seus conseqüentes benefícios, como a geração de renda e desenvolvimento do turismo.

Nesse sentido, há crescente atração de investimentos privados para essas áreas. Por exemplo, o Programa Prodetur, do Banco do Nordeste do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, tem contribuído de forma marcante para essa mudança de mentalidade, por meio de investimentos em áreas históricas. Também a Caixa Econômica Federal, importante banco estatal, incrementou recentemente sua atuação nas áreas históricas com linhas de crédito voltadas para a restauração de edificações antigas para finalidades habitacionais e para a instalação de microempresas.

Monumenta – comunidade se envolve na preservação do patrimônio

Tem como metas o envolvimento local, comunitário e empresarial com o patrimônio histórico, a sensibilização de jovens para a importância dos marcos da história do seu país e o aperfeiçoamento da administração das cidades históricas. Também prevê a formação de profissionais para a conservação do patrimônio, a revalorização dos espaços públicos das áreas antigas, a restauração dos monumentos e a busca de meios para que esse patrimônio se perenize. A trajetória até esses resultados passa seguramente pela mudança de mentalidade – do descaso à consciência da necessidade de conservação permanente das cidades históricas brasileiras.

O Programa Monumenta conta com a cooperação com a UNESCO e está sendo implementado pelo Ministério da Cultura com recursos próprios e do Banco

Interamericano de Desenvolvimento. Numa primeira etapa, já participam as cidades Patrimônio Mundial de Ouro Preto e Olinda, além das de Recife e do Rio de Janeiro. Estão em preparação os ingressos de São Luiz, Salvador, Diamantina e Brasília, além de outras 20 cidades históricas. O rol completo abrange 105 núcleos e conjuntos históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A UNESCO presta apoio técnico e de gestão para a viabilização do programa em todo o país.

O Monumenta contribuirá decisivamente para o reforço da atividade de preservação das cidades históricas brasileiras, em atendimento ao prescrito pela Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, na qual os países-membros se comprometem a proteger e a valorizar sua herança cultural e natural.

O programa envolve o montante de US\$ 125 milhões, dos quais 60% são recursos nacionais e 40% recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O aumento da taxa de escolarização da população e a atualização do ensino de história resultam na elevação do grau de consciência do papel relevante da cultura e, em especial, da proteção do patrimônio cultural, movimento apoiado de forma crescente por entidades da sociedade civil.

Segundo estudo técnico⁹⁷, a cultura movimentou em 1997 cerca de R\$ 6,5 bilhões (1% do PIB) no Brasil, sendo que cada milhão de reais aplicado no setor gera 160 postos de trabalho, o que demonstra que as atividades culturais também podem ser geradoras de emprego e renda.

A atuação da Representação no país para a área da cultura é pautada, em especial, por convenções e compromissos internacionais estabelecidos no quadro da UNESCO: Convenção da Proteção do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade (1972), Convenção sobre Medidas para a Proibição e a Prevenção da Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais (1970) e Recomendação sobre a Salvaguarda das Culturas Tradicionais e do Folclore.

A UNESCO Brasil executou, ao longo de 2000, projetos de conservação e restauração de diversos sítios do Patrimônio Mundial, entre eles os de Ouro Preto e Congonhas do Campo, além de outras importantes ações nesse campo. Ofereceu cursos de formação de especialistas em conservação do patrimônio histórico e urbano em parceria com as Universidades Federais da Bahia e de Pernambuco. Produziu a Conferência Internacional do Docomomo (Documentação e Conservação do Movimento Moderno) na Universidade de Brasília. Participou da elaboração de manual para financiamento de projetos em cidades históricas.

Para incentivar e permitir a educação das gerações mais jovens quanto à valorização e preservação do patrimônio, está em preparação a versão em português do kit Patrimônio em Mãos do Jovens, do Centro do Patrimônio Mundial/UNESCO, destinado a levar à rede escolar brasileira o ensino da preservação cultural e natural.

97. Economy of Culture, text from José Álvaro Moisés, published by the Ministry of Culture.

A edição pela UNESCO, em parceria com a Caixa Econômica Federal, de livro sobre o tema "Patrimônio Mundial no Brasil" deu maior visibilidade a esses bens e ofereceu informações para um amplo público, reforçando a formação de uma mentalidade preservacionista no país.

Especial destaque tem sido dado aos centros históricos brasileiros participantes do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura com o Banco Interamericano Desenvolvimento, do qual participam atualmente as cidades de Olinda e Ouro Preto e no qual deverão ingressar em breve São Luiz do Maranhão, Salvador e Brasília, todas cidades "Patrimônio da Humanidade", entre outros centros históricos brasileiros. Com a finalidade de apoiar tecnicamente esse programa, a UNESCO estabeleceu acordo de cooperação com o ministério no biênio 2000-2001.

Também por meio de instrumento de cooperação com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), têm sido realizados estudos técnicos para preservação do centro histórico de Salvador, com ênfase para o uso habitacional de edificações do centro histórico.

A UNESCO também acaba de firmar protocolo de cooperação com a Caixa Econômica Federal visando colaborar nos programas culturais do banco, em especial naqueles voltados à revitalização do patrimônio cultural brasileiro.

Tem sido dada atenção também às ações de intercâmbio e cooperação cultural para a integração regional latino-americana, por meio de entidades da sociedade civil mobilizadas para atividades culturais, entre as quais a Associação de Adidos culturais da América Latina e o Caribe, a Associação Arte sem Fronteira e o Mercado Cultural Latino-americano.

As atividades do Programa de Turismo Cultural, do Escritório Regional para América Latina e o Caribe-Orealc da UNESCO, tem buscando soerguer o artesanato da região. E o Programa Artesanato Solidário visa à geração de renda e qualificação da produção artesanal, junto ao Programa Comunidade Solidária, do Governo Federal.

Portal Cultural Arte Sem Fronteiras promove integração do Cone Sul

O fato de a América Latina encontrar grandes dificuldades de integração entre seus países vem ensejando iniciativas para enfrentar essa falta de contato entre culturas com raiz comum.

No caso do Brasil, um esforço bem-sucedido, que conta com o suporte e a cooperação direta da UNESCO, é a criação do Portal Cultural Arte Sem Fronteiras (www.artesemfronteiras.com.br), aberto à participação das entidades culturais do subcontinente.

O portal nasceu de uma ação cooperativa entre a Associação Internacional Arte sem Fronteiras e o Instituto Cultural Itaú, de São Paulo. Destina-se a reunir informações sobre atividades culturais na América Latina e Caribe e seus promotores. Permite a troca de informações e propicia contatos diretos entre as entidades com a finalidade de intercâmbio, para a montagem de exposições itinerantes e de circuitos de espetáculos pelo continente. Já estão cadastradas mais de 1.200 instituições.

A Associação Arte sem Fronteiras realiza, com suporte da UNESCO, foros anuais de discussão sobre a cooperação regional e sobre medidas concretas para melhor articulação cultural entre os países.

CIÊNCIAS E MEIO AMBIENTE

Em nenhuma outra época da história humana, as transformações que se operam no campo da ciência e da tecnologia tiveram tanta influência na vida das pessoas quanto as que estamos presenciando nos últimos decênios. Cada nova descoberta ou novo avanço, por exemplo, nos setores da informática, telecomunicações, biotecnologia, além das novas formas de energia e os novos materiais, tudo isso tem profundas implicações no modo de vida das sociedades. É inquestionável a correlação de ciência e tecnologia com o desenvolvimento auto-sustentado das nações e a qualidade de vida. Daí a importância que a UNESCO atribui às instituições produtoras de conhecimento, sobretudo com vistas à necessidade cada vez mais premente de alcançar um estágio mais justo de partilha de conhecimentos entre as nações.

Desde 1951, quando foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Brasil vem empreendendo um esforço sistematizado para a montagem de uma infra-estrutura de pesquisa compatível com os desafios que o país enfrenta. Esse esforço inicial foi posteriormente fortalecido com a criação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em 1970 e, mais recentemente, em 1985, do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

Apesar de inúmeras dificuldades, o Brasil conseguiu organizar um qualificado sistema de pós-graduação e pesquisa, que o credencia a dar novos saltos nas próximas décadas. Dados recentes indicam que o país superou a marca de 1% da produção científica internacional (medida por artigos e índice de citações). Entre 1981 e 1998 houve um aumento de 365% da produção científica.

Consciente dessa possibilidade e do papel estratégico da política científica e tecnológica, em 2000, o Ministério da Ciência e Tecnologia empenhou-se na aprovação dos chamados fundos setoriais (para a energia elétrica, recursos hídricos, transportes terrestres e hidroviários, informática, tecnologia mineral, área espacial, infra-estrutura e integração universidade-empresa) visando fortalecer os mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico em setores considerados vitais para o país e a superar algumas barreiras que entravam o seu desenvolvimento.

Esses fundos, somados aos recursos existentes e operados pelo CNPq, Capes e Finep, além dos fundos para pesquisa e tecnologia que foram instituídos por algumas unidades federadas, poderá dar ao setor um novo alento.

A atuação da UNESCO no Brasil quanto às ciências e ao meio ambiente começou pela área ambiental, devido à importância desse setor para a própria sobrevivência da humanidade, como reza a Declaração de Budapeste sobre Ciência e Desenvolvimento para o Século XXI. Inúmeras atividades relevantes estão em desenvolvimento mediante o acordo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente.

Mais recentemente, foram iniciados entendimentos com o Ministério da Ciência e da Tecnologia, e assinados acordos com o CNPq, para a definição de um sistema de indicadores

em ciência e tecnologia, e com a Capes, para uma pesquisa nacional sobre a trajetória de egressos de programas de mestrado e doutorado no país e no exterior.

Meio Ambiente

O setor de meio ambiente do Escritório da UNESCO no Brasil começou a ser estruturado em 1994.

A Agenda XXI, como referência para as agências do Sistema ONU nas questões de meio ambiente e desenvolvimento, exigia, para a sua implementação e seguimento, uma série de iniciativas para as quais a UNESCO Brasil não estava devidamente estruturada.

Os objetivos desse novo setor na Representação brasileira foram definidos a partir das recomendações da conferência Rio 92, do mandato da UNESCO, dos princípios da Estratégia de Médio Prazo e dos Programas e Orcamentos aprovados para cada biênio do período, de modo que o planejamento acompanhasse a dinâmica do processo e a evolução da colocação em prática dos compromissos assumidos por ocasião da conferência do Rio.

A estratégia empregada para desenvolver o setor buscou conciliar as ações previstas pelos programas mundiais da UNESCO, pelos acordos e convenções internacionais, com as políticas públicas em meio ambiente e desenvolvimento sustentável do Brasil, presentes no Plano Plurianual e no Avança Brasil (ambos planos de governo), muitas delas decorrentes da própria Agenda XXI.

Para cada programa ou projeto da Organização em execução pelo Programa Regular, procurou-se estabelecer uma ação correspondente de cooperação com o governo brasileiro, com instituições não-governamentais ou com organismos multilaterais.

Os fundos do Programa Regular, além de propiciarem a implementação da maioria das metas previstas, foram capazes de gerar recursos extra-orçamentários muito expressivos, pois o Brasil é um país onde os mecanismos mundiais de financiamento para meio ambiente aplicam quantias significativas na proteção, na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais.

A UNESCO Brasil tem desempenhado importante papel em prol do desenvolvimento humano sustentável, da erradicação da pobreza e da conservação do meio ambiente, transformando políticas e recomendações internacionais em ferramentas práticas para uma melhor qualidade de vida.

Assim, a grande maioria das ações da área ambiental decorre da conciliação de ações implementadas pelos programas da UNESCO em âmbito mundial com as políticas nacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, buscando combater o desperdício de recursos naturais e consolidar novas atitudes da sociedade em relação às questões ambientais. No âmbito da educação ambiental, destaca-se:

- **Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA)**

Lançado em agosto de 2000, tem como objetivo promover a sensibilização, mobilização, conscientização e capacitação da sociedade para as questões ambientais, com vistas a um futuro sustentável.

A UNESCO é o órgão das Nações Unidas encarregado de acompanhar a imple-

mentação das recomendações do capítulo 36 da Agenda XXI, que trata da Educação, Conscientização e Capacitação. Além disso, seu programa transdisciplinar **Educação para um Futuro Sustentável** destaca a integração entre educação, ciência, cultura, comunicação e desenvolvimento sustentável.

A UNESCO coopera com o PNEA – que busca informar e educar para transformar comportamentos e atitudes – por meio de apoio técnico, científico e institucional às ações definidas pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

O programa prevê, mais especificamente, a criação de uma Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental em cada unidade da federação; a construção de Núcleos de Educação Ambiental – espaço físico onde ocorrem as atividades de educação ambiental – em municípios brasileiros; a organização dos núcleos em torno de um Pólo Estadual, para onde convergem as informações de todos os núcleos de cada estado; a construção de uma rede nacional de formação de multiplicadores em Educação Ambiental e a implementação de um sistema de captação e difusão de informação em educação ambiental e práticas sustentáveis.

No ano 2000, o PNEA ofereceu o **Curso Básico a Distância de Educação Ambiental** para 4500 formadores – uma vertente dessa iniciativa é a rede dos Protetores da Vida, estudantes de 10 a 14 anos que liderarão os esforços de educação ambiental nas suas escolas e comunidades

Estão em processo de consolidação o Sistema Brasileiro de Informações em Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis e o Boletim Eletrônico. A difusão dessas informações já ocorre através do site de Educação Ambiental no Portal do Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br/port/sdi/ea/capa/index.html).

Educação ambiental para um futuro sustentável

A UNESCO tem atuado na área de recursos hídricos desde 1965, quando teve início a Década Hidrológica Internacional, uma iniciativa mundial da Organização hoje conhecida como "Programa Hidrológico Internacional". O Brasil, apesar de ser o país com mais água doce do mundo, sofre com a escassez localizada de água, especialmente na região Nordeste. O PROÁGUA é um dos principais instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos e visa implementar mecanismos de gestão descentralizada para melhorar o acesso da população a este que é o recurso mais importante de todos.

Os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos incluem os mecanismos de outorga e cobrança pelo uso da água, a gestão descentralizada com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

No âmbito dos Recursos Hídricos, destaca-se:

• Projeto Proágua

Desde 1998, a UNESCO vem prestando cooperação técnica ao governo brasileiro no fortalecimento institucional da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA), com o objetivo de integrar ações setoriais complementares e de prover a secretaria de condições técnico-operacionais adequadas para a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos..

A criação da Agência Nacional de Águas (ANA), como agência executora da Política Nacional de Recursos Hídricos, concretiza o avanço na implementação dos instrumentos de outorga e cobrança pelo uso da água, consolidando os mecanismos de gestão dos recursos hídricos no Brasil.

O governo brasileiro mantém Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial cujo objetivo principal é o Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro — Proágua/Semi-árido.

O Proágua, iniciativa do Governo Federal, tem como objetivo socioambiental o desenvolvimento humano e a erradicação da pobreza, assegurando o acesso aos recursos hídricos às classes menos favorecidas da população e promovendo o uso democrático desses recursos.

Suas ações estão concentradas na região semi-árida, incluindo nove estados do Nordeste e o norte do Estado de Minas Gerais. Essa é a área mais pobre do Brasil, onde as condições climáticas adversas se combinam com baixo nível de cobertura educacional e concentração de comunidades de baixa renda.

A execução do projeto passa pela implementação de mecanismos operacionais para promover o gerenciamento dos recursos hídricos e a supervisão das obras financiadas. Isso inclui a tomada de uma série de ações para coletar e distribuir a água para a população regional, visando à redução da pobreza e melhorando as condições de vida na região.

O Proágua oferece ainda vantagens secundárias quanto à otimização do uso da água na agricultura que, por consequência, gera uma melhoria na economia regional e na criação de novos postos de trabalho rurais.

Para contornar a situação crítica em que se encontra a região, o Governo Federal começou, em cooperação com a UNESCO, a executar algumas ações prioritárias, como a criação de fontes artificiais de água fresca, por meio da construção de represas e barragens, o que vem resolver parcialmente os problemas relacionados à falta de água na região.

Além disso, o Proágua inclui ações especiais em áreas onde se constata condições precárias de vida para seres humanos. Por conseguinte, as comunidades de baixa renda estão sendo as maiores beneficiadas com o sucesso do projeto.

A conservação e sustentabilidade do uso de fontes de água na região Nordeste do Brasil reforça a promoção de metas fundamentais da UNESCO.

O Proágua está intrinsecamente relacionado com as metas do Programa Hidrológico Internacional (PHI) da UNESCO, cuja estratégia é capacitar os Estados Membros a planejar e implementar projetos de gerenciamento sustentável de seus recursos hídricos.

A prioridade é a água

O Programa Nacional de Educação Ambiental do Governo Federal, para a Educação Ambiental não-formal desdobra-se em três vertentes. Uma visa a apoiar a consolidação dos esforços em educação ambiental em cada estado, criando Comissões Interinstitucionais, Pólos e Núcleos de Educação Ambiental e estimulando a construção da Agenda 21 local. Outra vertente é a de capacitação e mobilização, que tem como carro-chefe os Protetores da Vida, um projeto de estímulo à participação da juventude na proteção do meio ambiente. O Sistema Brasileiro de Informações em Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis – Sibeia -, representa a vertente da difusão e disseminação das inovações sobre o tema.

No âmbito das Reservas de Biosfera, destaca-se:

• Projeto Consolidação das Reservas de Biosfera Brasileiras

Foi estabelecido em 1996 por um acordo de cooperação técnica entre a UNESCO e o governo brasileiro, para intensificar e divulgar o processo de implementação e promoção das Reservas de Biosfera no Brasil.

As Reservas de Biosfera constituem o objetivo principal do Programa O Homem e a Biosfera – MaB, coordenado pela UNESCO em âmbito mundial, que contribui com apoio técnico, institucional e científico para a sua implementação e para a elaboração de novas propostas.

Atualmente o Brasil possui quatro Reservas de Biosfera:

- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo;
- Reserva da Biosfera do Cerrado; e
- Reserva da Biosfera do Pantanal.

O objetivo do projeto é a consolidação das Reservas de Biosfera como instrumentos reais de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, que promovam melhoria na qualidade de vida com a participação da população. Implementa, ainda, ações específicas de fortalecimento do sistema de gestão das áreas protegidas e de seu entorno, bem como projetos-piloto definidos pelos Conselhos de Gestão de cada uma delas.

A UNESCO Brasil é responsável pela execução do projeto, juntamente com as Coordenações de cada reserva e seus respectivos parceiros. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Comissão Brasileira para o Programa O Homem e a Biosfera (CobraMaB) acompanham a execução do projeto.

O trabalho da UNESCO no projeto inclui: o recrutamento de serviços de consultoria nacional e internacional; a terceirização dos serviços sempre que necessário, por exemplo, na elaboração, por meio de contrato com a Sociedade Nordestina de Ecologia, dos estudos para a criação da Reserva da Biosfera da Caatinga, em apoio à estratégia do governo

brasileiro de estabelecer reservas de biosfera em cada um dos biomas brasileiros; e a gestão administrativa, técnica e financeira de acordo conforme previsto no documento do projeto.

O processo de implementação do projeto inclui a cooperação com a Divisão de Ciências Ecológicas da Sede da UNESCO, em Paris, e com o Escritório Regional de Ciência e Tecnologia para a América Latina e o Caribe, em Montevideú.

No âmbito de Informações para tomada de decisões, destaca-se:

• Projeto Sistema Unificado de Informações Ambientais Estratégicas (Suia)

O Capítulo 40 da Agenda XXI recomenda que se estabeleçam programas para a redução das diferenças nas bases de dados e para a melhoria da acessibilidade da informação, para assegurar que as decisões que causam impacto ao meio ambiente se baseiem cada vez mais em informações consistentes.

O objetivo imediato do projeto é a elaboração de um sistema unificado da informação setorial, capaz de prover ao Ministério do Meio Ambiente, seus organismos e instituições associadas, informação ambiental em nível estratégico e gerencial.

A UNESCO participa apoiando o Ministério do Meio Ambiente no recrutamento de consultores em ciência da informação para a concepção, preparação e gestão de ações inerentes à implementação e continuidade do sistema.

Cooperação com o CNPq

A UNESCO Brasil mantém importante cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência oficial de financiamento de pesquisas, visando preliminarmente ao desenvolvimento de recursos humanos e contribuindo com a redefinição em curso do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

O CNPq, órgão fundado em 1951, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, dá suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras formas, com a distribuição de bolsas de pesquisa e pós-graduação. Seu trabalho é de grande importância para várias universidades, institutos de pesquisa, empresas, estudantes e pesquisadores de todo o país. No momento, está promovendo uma redefinição de seu papel dentro do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, que também passa por reestruturação, e do próprio conceito de fomento à pesquisa.

O suporte da UNESCO nesse processo de transformação inclui grupos de técnicos e pesquisadores em atuação conjunta com os especialistas do CNPq. O trabalho inicial era definir os principais indicadores necessários para analisar a base de dados e a formatação do projeto. Uma nova estrutura organizacional e funcional também foi desenhada. Presentemente, um grupo de especialistas define o novo sistema de monitoramento de projetos apoiados por financiamento ou bolsas de estudo concedidos pelo CNPq.

Em síntese, a cooperação inclui a definição de um Sistema de Indicadores de

Desempenho em Ciência e Tecnologia; a promoção de discussões acerca de novas abordagens para a inovação tecnológica, biodiversidade, propriedade intelectual, monitoramento ambiental e educação em ciência e tecnologia; a elaboração de um plano de treinamento para adaptar os empregados do CNPq ao novo sistema de trabalho; o aperfeiçoamento da provisão de suporte da base de dados do CNPq para a formulação de políticas de ciência e tecnologia.

Cooperação com a Capes

No âmbito do acordo Capes-UNESCO, estão sendo desenvolvidos estudos sobre a formação e o trabalho de mestres e doutores no Brasil. Um conjunto de pesquisas, iniciado em 1998, investiga relações entre a formação e o trabalho de mestres e doutores titulados na década de noventa, no país. Entre outros aspectos, analisa-se a **situação de trabalho dos egressos, a trajetória de formação e de atuação profissional, além das contribuições do curso para as atividades profissionais que desenvolvem**. Os projetos abrangem programas de porte em universidades de Belo Horizonte, Brasília, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Salvador. As primeiras duas primeiras etapas da pesquisa, já concluídas, envolveram mestres e doutores formados no país em Administração, Agronomia, Bioquímica, Clínica Médica, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Física, Química e Sociologia. A terceira etapa, em fase de conclusão, compreende titulados em Direito, Economia, Engenharia Mecânica, Geociências, Odontologia e Psicologia. Ao todo, foram entrevistados mais de 5500 mestres e cerca de 2800 doutores.

Um outro estudo compara **aspectos da atuação acadêmica de doutores**, tais como publicações, projetos de pesquisa, participação em redes de pesquisa, em comitês editoriais e em comitês assessores, ensino e orientação, com suas **trajetórias de formação** (doutorado no país e no exterior, pós-doutorado no Brasil e fora do país, por exemplo). A pesquisa usou informações da Capes e dados obtidos mediante questionários enviados por Internet a uma amostra de quase 600 docentes dos programas de pós-graduação que receberam, na avaliação da Capes relativa ao triênio 1996-98, os mais elevados conceitos (seis e sete) nas áreas de Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química.

Os estudos foram conduzidos no âmbito do NESUB - Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília, sob a coordenação geral de Jacques Velloso, contando com a participação de grupos de pesquisa coordenados por colegas da UFBA, UFMG, UFPE, UFRGS, UFRJ e USP. As pesquisas serão objeto de publicação conjunta pela UNESCO e pela Capes no segundo semestre de 2001.

Ciência para o Século XXI

Em parceria com a Abipti e a Fucapi, a UNESCO editou no ano 2000, a Declaração sobre Ciência e o Uso do Conhecimento Científico, resultado da Conferência Mundial realizada em Budapeste, em 1999, e a Declaração de Santo Domingo (Ciência para o Século XXI). O documento/compromisso de Budapeste estabeleceu princípios para nortear o desenvolvimento científico e tecnológico no Século XXI. Afirma no preâmbulo

que todas as culturas podem contribuir com o desenvolvimento científico de valor universal. As ciências deveriam estar a serviço da humanidade como um todo, e deveriam contribuir para fazer com que todos tivessem um entendimento mais profundo da natureza e da sociedade, melhor qualidade de vida e um meio ambiente saudável e sustentável para a geração presente e futura.

A Declaração Mundial enfatiza a ciência para o conhecimento e o conhecimento para o progresso; a ciência para a cultura de paz; a ciência para o desenvolvimento humano; e a ciência na sociedade e para a sociedade. No prefácio da edição brasileira, o Diretor Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, destacou que o Brasil possui uma comunidade científica e técnica altamente capacitada, cujos membros, na sua maioria, são extremamente comprometidos com padrões morais e só tem como beneficiar-se de uma discussão livre, aberta e democrática sobre temas levantados nas Declarações de Budapeste e Santo Domingo.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PESQUISA

Desenvolvimento Social

O enfrentamento da pobreza e das suas dramáticas conseqüências é o desafio mais sério da sociedade brasileira. A magnitude do problema, que exclui de forma progressiva o cidadão da vida produtiva, cria obstáculos à consolidação e ao desenvolvimento da democracia plena e participativa, além de levar à fragilização do núcleo social básico, a família, ou de outros grupos nas suas interações com o sistema social.

Dois programas de governo, de que a UNESCO participa, destacam-se com a finalidade de diminuir os níveis de pobreza e desigualdade. Eles insistem nos resultados das ações, na eficiência da gestão e na eficácia do gasto público. São: **Programa Comunidade Solidária**, cooperação técnica entre a UNESCO e o Conselho da Comunidade Solidária, e **Programa de Assistência Social**, cooperação técnica entre a UNESCO e o Ministério da Previdência e Assistência Social.

Embora de iniciativa governamental, ambos rompem com a noção tradicional de que política social é de responsabilidade exclusiva do Estado, realizada mediante processo administrativo paternalista, assistencialista e centralizado. Realizam suas políticas de forma dinâmica e integrada, a partir da necessidade sentida e manifestada pelo cidadão, com a sua participação. Estabelecem novas instâncias de coordenação com os programas existentes, criam novas instituições e introduzem num novo "mercado" de prestação de serviços sociais, em que o Estado não é único formulador e prestador.

A UNESCO, atenta à Declaração de Copenhague pelo Desenvolvimento Social no Mundo, cujo compromisso assumido é erradicar a extrema pobreza, e às deliberações de seu Conselho Executivo, atua ativamente nesses programas. Essa participação compreende: **as formulações**, com vista a tornar o cidadão o sujeito de suas transformações; e **as implementações**, voltadas para o estímulo das ações que tenham a participação efetiva da sociedade.

A Organização dirige sua atenção aos formuladores de políticas públicas e dirigentes de empresas privadas, colocando-os em alta prioridade, com foco especial nos problemas dos bolsões de pobreza absoluta.

A UNESCO estimula as atividades dos programas em duas linhas mestras, além da busca da efetiva interação da população-alvo excluída. Objetiva possibilitar aos parceiros dos programas que participem da Agenda Internacional de Desenvolvimento das Nações Unidas e do mandato da Agência e engajá-los nos compromissos de erradicação da pobreza, dentro da perspectiva de que esta viola os direitos humanos e compromete o sistema político.

Comunidade Solidária

É um dos mais importantes programas na área social. Criou um processo inovador de mobilização social no Brasil, articulando de modo transparente os recursos intelectuais e

financeiros do governo e da iniciativa privada.

A UNESCO participa mediante cooperação técnica desde o início do programa, em 1995. Engloba os seguintes componentes:

- **Capacitação Solidária:** Treinamento profissional para jovens entre 15 e 21 anos de áreas carentes nas maiores regiões metropolitanas do país. Capacita ainda ONGs envolvidas, com o "Curso de Gestores Sociais", para fortalecerem as comunidades onde atuam. Entre 1996 e 2000, mais de 50 mil jovens foram capacitados. Até 2002, outros 50 mil serão atendidos, com mais de US\$ 40 milhões em recursos mobilizados.

- **Universidade Solidária:** Mobilização de estudantes universitários para trabalhos em comunidades pobres, visando superar as dificuldades de informação, articulação e organização. Participam desse programa 160 universidades, 470 municípios parceiros, 7.404 universitários e 745 professores. Mais de US\$ 10 milhões estão sendo mobilizados.

- **Alfabetização Solidária:** Tira do analfabetismo jovens – sem exclusão de demanda de adultos – entre 12 e 18 anos em municípios que apresentam as piores taxas. Participam 70 empresas, 40 mil alfabetizadores treinados por 167 universidades e 1.005 municípios. Até dezembro de 2000, foram atendidos 1,5 milhão de adolescentes e adultos, e mobilizados recursos na ordem de US\$ 32 milhões.

Além da cooperação técnica, a UNESCO participa desse programa como parceira em duas regiões extremamente pobres nos estados do Pará e Amazonas.

- **Artesanato e Geração de Renda:** Visa ao resgate das tradições culturais em comunidades carentes e à preservação do folclore como uma alternativa de geração de renda.

O trabalho é realizado a partir de levantamento de informações sobre as atividades artesanais das comunidades atendidas, acompanhado em campo por consultores especializados, ONGs e entidades civis com autoridade comprovada e reconhecida no assunto. Até 2000, 26 comunidades foram atendidas.

- **Marco Legal:** Estão em elaboração princípios que fixem um Marco Legal que regule adequadamente as relações entre governo e sociedade civil organizada. Em 1997, foi criada nova lei para regulamentar o trabalho voluntário. Em 1999, outra lei definiu as organizações da sociedade civil e as parcerias com o governo. E, entre 1999 e 2000, surgiram normas de apoio à expansão de ofertas no universo de demandas do microcrédito.

- **Programa de Voluntários:** Está voltado para o fortalecimento do conceito de trabalho voluntário e incentiva o envolvimento de cidadãos em ações participativas dentro de suas comunidades. Até o final do ano 2000, foram criados e apoiados 27 Centros de Voluntários em 13 estados e no Distrito Federal, com a mobilização de 300 multiplicadores voluntários, 350 técnicos em coordenação de trabalho voluntário, a um investimento de mais de US\$ 4 milhões.

• **Rede de Informação do Terceiro Setor – RITS:** Representa a presença indispensável da informática no programa. Promove, via Internet, a disseminação de dados e a interação entre organizações da sociedade civil, disponibilizando informações sobre arrecadação de fundos, suporte jurídico, troca de voluntários, oportunidades de treinamento e modelos de parcerias, entre outras. A rede oferece ainda serviços como a *Revista Eletrônica para o Terceiro Setor*. São 13 mil organizações cadastradas. Seu informativo semanal tem cinco mil assinantes.

• **Interlocução Política:** Rodadas de debates com representantes da sociedade civil e governo sobre grandes temas do desenvolvimento social. A Interlocução Política estimula soluções, acompanha a implementação de providências no processo de realização dos projetos, remove obstáculos na sua execução e promove entendimento e consensos no que se faz necessário.

• **Programa Comunidade Ativa:** Atividade de desenvolvimento social promovida pelo Governo Federal com a cooperação técnica da UNESCO. Iniciado em 1999, alcançando municípios carentes, tem o objetivo de integrá-los no espaço socioeconômico do Brasil, por meio de ações conceituais de desenvolvimento auto-sustentável. Isso se dá com cursos, palestras e ações administrativas nas regiões alvo.

Programa de Assistência Social

A UNESCO dá apoio à implementação da Política Nacional de Assistência Social, mediante cooperação técnica com o Ministério da Previdência e Assistência Social.

O objetivo do programa é a viabilização de um novo conceito de assistência social, por meio do desenvolvimento sustentado e da descentralização de ações, voltado para a criação de proteção, de inclusão e manutenção dos direitos sociais.

Nessa cooperação, a UNESCO trabalha na estruturação de base de dados, análise, informações, geração de indicadores e produção de metodologias e instrumentos técnicos que possam subsidiar adequadamente o processo de planejamento, monitoramento e avaliação de impacto dos resultados.

Também atua na elaboração do Programa Nacional de Capacitação Nacional de Recursos Humanos para a Assistência Social e estruturação dos projetos de implementação para a capacitação dos gestores e equipes técnicas das três esferas governamentais, dos conselhos estaduais e municipais de assistência social, das entidades prestadoras de serviços de assistência, visando à sua qualificação para o exercício dos seus respectivos papéis.

• **Projeto de Geração de Renda:** Abrange ações que estimulem investimento econômico e social voltado para a ocupação produtiva, contribuindo para o fortalecimento de organizações comunitárias e do associativismo, o crescimento da economia local pela utilização de matérias-primas disponíveis, absorção de recursos humanos da própria comunidade e, conseqüentemente, melhoria de vida da população de baixa renda.

• **Projeto de Ações Sociais e Comunitárias:** Compreende projetos e atividades de promoção humana que melhor representem as emergências de segmentos carentes da população, notadamente crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência.

• **Projeto de Desenvolvimento de Ações Comunitárias:** Objetiva o desenvolvimento de ações de promoção humana, de caráter social e comunitário, que melhor respondam às necessidades emergenciais dos segmentos carentes da população, em esforço conjugado com outros níveis de governo.

• **Apoio à Criança Carente:** Assegura o atendimento integral à criança de 0 a 6 anos, em creches, pré-escolas e outros estabelecimentos, garantindo seu desenvolvimento físico, psíquico e social e sua integração gradativa ao sistema educacional, bem como a orientação às famílias sobre a importância da participação no processo.

• **Apoio à Pessoa Idosa:** Assegura a todas as pessoas a partir de 60 anos a defesa da garantia de seus direitos e sua integração à família e à comunidade, por meio de ações de caráter preventivo, curativo e promocional, priorizando o atendimento não asilar, respeitando sua autonomia e direito de cidadania.

• **Brasil Criança-Cidadã:** Assegura o atendimento integral à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social, conforme preceituam a Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

• **Erradicação do Trabalho Infantil:** Fomenta programa e projetos de iniciativas governamentais no processo de erradicação do trabalho infantil, visando proteger a criança e o adolescente de 7 a 14 anos da zona rural contra riscos e a exploração do seu trabalho, por meio de auxílio financeiro às famílias e da oferta de atividades socioeducativas no período complementar à escola.

• **Benefícios de Prestação Continuada – BPC:** Garante a prestação de um Salário Mínimo por pessoa portadora de deficiência e idoso com 67 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, atendendo à Lei Orgânica de Assistência Social.

São os seguintes os beneficiários diretos da Cooperação Técnica:

Conselho Nacional de Assistência Social

Membros conselheiros e suas instituições;

Secretarias Estaduais de Trabalho e Assistência Social ou seus equivalentes, seus dirigentes, técnicos, responsáveis pela gestão do sistema em nível estadual:

aproximadamente 300 pessoas;

Secretarias Municipais de Assistência Social, as secretarias equivalentes às estaduais no plano municipal, dirigentes técnicos responsáveis pela gestão municipal:

aproximadamente 18 mil pessoas;

Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social:

aproximadamente 35 mil pessoas;

Segmentos do Governo Federal, Estadual e Municipal e entidades de Assistência Social: aproximadamente 700 pessoas.

Gerenciamento de Transformações Sociais

O acordo de cooperação UNESCO-INSS está desenvolvendo um programa pioneiro no Brasil, de Educação corporativa, implantando um programa de treinamento e educação a distância visando capacitar os mais de 50 mil servidores do INSS em 26 Estados e abrangendo inicialmente 100 gerências executivas. Em um país de proporções absolutamente continentais e com distâncias, muitas vezes apenas percorridas por via fluvial ou aérea, o custo de programas de treinamento presenciais torna-se extremamente elevado. Além disso, as dificuldades de locomoção em certas regiões dificultam sobremaneira o trabalho.

Esse programa utiliza tecnologias tipo WBT (Web Based Training) para poder adaptar-se a diversas circunstâncias individuais dos servidores públicos. Insere-se no conjunto de preocupações do Programa Most (Management of Social Transformations) que objetiva dar assistência técnica para o aperfeiçoamento de políticas sociais com vistas a garantir melhor qualidade de vida para populações rurais e urbanas, como também para modernizar e democratizar serviços e estruturas governamentais.

O novo modelo de administração do INSS tem o objetivo de implementar objetivos importantes e significativos para a população brasileira, como os idosos e os aposentados de baixa renda.

Educação a Distância para as Agências do INSS

A complexidade e a extensão do desafio de treinar e reciclar os recursos humanos do INSS requer alternativas rápidas e eficientes. A solução aponta para a utilização de tecnologias do tipo WBT onde cada usuário programará, isoladamente ou em grupos assistidos, em função da sua disponibilidade e capacitação de absorção, os horários e a duração de seu treinamento. Estudos demonstram que a produtividade do aprendizado por meio da Internet é significativamente superior aos métodos convencionais de treinamento a distância, garantindo maior rapidez na apreensão e maior retenção do conhecimento e sobretudo mais interatividade.

O programa permitirá a elevação do grau de integração entre todas as agências, constituindo um todo harmônico e uniformizando procedimentos em todo território nacional. Também o estabelecimento de canais permanentes de comunicação com a clientela previdenciária.

A participação da UNESCO nesse Programa assegura cooperação técnica de qualidade e a implantação de uma cultura de respeito aos direitos de cidadania.

Para a UNESCO, representa ainda a possibilidade de trabalhar transdisciplinarmente utilizando vários de seus programas como informação e informática, Most, educação a distância, além da área de desenvolvimento humano e social.

Pesquisa

O sistema de parcerias adotado pela UNESCO Brasil para o desenvolvimento de suas pesquisas tem caráter indispensável. Porém não exime a Organização da responsabilidade técnica e executiva dos trabalhos, exercidos por meio de uma equipe especializada. Nas pesquisas de grande volume de coleta de informações e executadas em lugares distantes do escritório central, a UNESCO contrata e capacita equipes ou instituições locais para realização dos trabalhos de campo e análises preliminares, as quais, por se envolverem fortemente com os trabalhos, comportam-se mais como parceiros do que como contratados.

A seguir, os mais constantes parceiros da UNESCO na realização de pesquisas.

• **Agências das Nações Unidas e Instituições Internacionais**

Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Ford Foundation, OMS, OPAS, PNUD, Unaid, Undcp, Unicef, Unfpa, Uncdf, Usaid, W.K. Kellogg Foundation

• **Organizações governamentais**

Coordenação Nacional Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (Ministério da Saúde), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (Ministério da Justiça).

• **Organizações não-governamentais**

Ação Educativa, ANDI, Instituto Ayrton Senna, Instituto de Estudos da Religião (ISER), Instituto Pólis, Conselho Nacional dos Secretários e Educação (Consed), Movimento Viva Rio, União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

• **Instituições Acadêmicas**

Universidades federais, estaduais e privadas em diversos estados; Fundação Oswaldo Cruz.

No exercício de seu papel como Agência do Sistema das Nações Unidas, a UNESCO tem realizado, em âmbito internacional, pesquisas inovadoras de inegável padrão de qualidade, agregando novos conhecimentos ao saber acumulado.

A UNESCO Brasil iniciou há poucos anos (1997) a estruturação de sua área de pesquisas, aprofundando e fortalecendo, com isso, a imagem da Organização como provedora, disseminadora e criadora de conhecimentos. Para tanto, a UNESCO Brasil, no contexto do mandato da Organização, identifica temas de interesse nacional, estadual, local ou setorial; elabora projetos de pesquisa – nos quais define a metodologia e os instrumentos de coleta e processamento de dados; articula parcerias e patrocínios para

financiamento das pesquisas; e coordena todo o trabalho, geralmente realizado com o suporte de consultores especializados ou instituições.

Os resultados são publicados em forma de livros e têm obtido grande repercussão nos meios governamental, acadêmico e entre as organizações não-governamentais com interesses nos diversos temas abordados. A imprensa também vem promovendo ampla divulgação desses trabalhos, não raro gerando polêmicas valiosas do ponto de vista da reflexão e da construção do saber.

De maneira geral, as pesquisas desenvolvidas pela UNESCO Brasil têm como objetivo agregar novos conhecimentos sobre temas não suficientemente estudados, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas. Outro segmento igualmente importante diz respeito à avaliação de políticas, programas ou projetos desenvolvidos por instituições públicas ou organismos não governamentais.

A UNESCO Brasil já desenvolveu as seguintes pesquisas:

- Juventude, Violência e Cidadania – Os Jovens de Brasília;
- Juventude, Violência e Cidadania na Cidade de Curitiba;
- Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro;
- Juventude, Violência e Cidadania na Cidade de Fortaleza;
- Programa Bolsa-Escola no Distrito Federal;
- Gangues e Galeras no Distrito Federal;
- Mapa da Violência: Os Jovens no Brasil;
- As Relações de Gênero nos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil;
- Perfil dos Dirigentes Municipais de Educação;
- Mapa da Violência II: Os Jovens no Brasil

Estão em execução as pesquisas intituladas "Violência, AIDS e Drogas nas Escolas", "Cultivando vida, desarmando violências - Experiências em Educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza" e "O Ensino Médio: Percepção de Alunos e Professores sobre a Escola".

Juventude, Violência e Cidadania

As pesquisas sobre **Juventude, Violência e Cidadania** foram executadas em quatro importantes metrópoles brasileiras: Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e Fortaleza. A primeira delas, realizada em Brasília, teve como um dos principais fatos inspiradores o lamentável episódio da morte de um índio, queimado vivo enquanto dormia em um ponto de ônibus, por quatro jovens da classe média alta da cidade. Os resultados foram tão valiosos que motivaram as autoridades das demais cidades a solicitarem à UNESCO estudos semelhantes.

As pesquisas desse grupo tiveram como meta o fornecimento de subsídios para a formulação de políticas efetivas relacionadas a violência e juventude em cada uma das cidades abordadas. Mesmo que cada local apresente características e condições próprias, várias das conclusões podem ser projetadas para outras localidades, conferindo um caráter nacional aos resultados.

A realização da pesquisa em cada cidade mobilizou instituições diversas e técnicos locais. Em Brasília, a UNESCO contou com as parcerias de Unctffpa, PAHO e WHO, Undcp, UNDP e Unicef, além da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (Ministério da Justiça), Secretaria de Educação do Distrito Federal e do jornal Correio Braziliense. Os trabalhos de campo contaram com a participação de estudantes da Universidade de Brasília (curso de Ciências Sociais).

Nos demais estados, a UNESCO montou diferentes composições de parceiros, como a Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, The Ford Foundation, Instituto Ayrton Senna, sem mencionar as autoridades educacionais estaduais, pesquisadores e estudantes universitários locais.

Programa Bolsa-Escola no Distrito Federal

O Programa Bolsa-Escola no Distrito Federal foi implantado pelo governo local em 1995, objetivando garantir a permanência nas escolas das crianças entre 7 e 14 anos provenientes de famílias de baixíssima renda. Cada família que mantivesse suas crianças na escola, com frequência obrigatória e desempenho escolar básico, recebia do governo local uma quantia em dinheiro equivalente a um salário mínimo.

Por se tratar de um programa pioneiro no Brasil, diretamente relacionado com o programa internacional da UNESCO de educação para todos, e tendo em vista avaliações preliminares conduzidas pelo próprio governo local, considerou-se oportuno realizar uma avaliação isenta e mais abrangente.

A UNESCO Brasil decidiu então, em parceria com o Unicef e outras instituições, como o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis), o Departamento de Avaliação da Educação Básica do INEP/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Ministério da Educação) e a Secretaria de Educação do Distrito Federal, executar essa avaliação após dois anos da implantação do programa.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar o impacto educacional da iniciativa. Pretendeu-se conhecer os comportamentos, idéias, valores e representações de alunos, pais e professores em torno do programa, visando perceber o que mudou na realidade dos beneficiários.

Como resultado, reconheceu-se o valor e validade do programa, fornecendo evidências de que esse tipo de estratégia origina drástica redução da repetência e evasão escolar, precisamente nos estratos sociais mais carentes. Não se deixou de apontar, por outro lado, a necessidade de aperfeiçoamentos no programa.

A avaliação da UNESCO serviu, entre outros efeitos, para que iniciativas semelhantes fossem implantadas em outras cidades brasileiras. Programa semelhante foi também adotado pelo governo federal. E o Bolsa-Escola de Brasília também está sendo tomado como modelo para adoção em outros países.

Gangues e Galeras no Distrito Federal

A pesquisa "Gangues e Galeras no Distrito Federal" insere-se no contexto das ações prioritárias da UNESCO em âmbito internacional e está intimamente relacionada com a orientação das Nações Unidas de valorizar o jovem como protagonista social.

O objetivo geral da pesquisa foi o de "dar voz" aos jovens das cidades que compõem a periferia da capital do país, captando e organizando suas percepções sobre a violência e as instituições sociais: família, escola, governo, igreja e polícia, entre outras.

Considerada uma pesquisa inovadora, pelo fato de o tratamento científico não esconder os sentimentos humanos dos jovens da periferia de Brasília, quis investigar, mais especificamente, a existência real de gangues e galeras no Distrito Federal. O que distingue seus membros de outros grupos de jovens. Como são organizados. Como eles pensam. Como vivem, quais suas expectativas. Que valores orientam suas ações e decisões. Como agem.

Os parceiros da UNESCO nesse trabalho foram a Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal e o Instituto Ayrton Senna. Foram mobilizadas, ainda, as Delegacias Regionais de Educação das cidades pesquisadas, bem como as Delegacias de Polícia de Planaltina e Samambaia, a Delegacia de Polícia de Crianças e Adolescentes, além dos pesquisadores e consultores.

Os resultados estão sendo muito valorizados pelas instituições e pessoas direta e indiretamente envolvidos com as questões de juventude e segurança pública no Distrito Federal.

Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil

O Brasil dispõe, em muitas áreas, de uma quantidade expressiva de informações que nem sempre são exploradas em todo o seu potencial. Exemplo disso são as informações disponíveis na Base de Dados Nacional do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Datasus, órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

A UNESCO Brasil, de posse das informações do SIM, reorganizou e tabulou os dados. A primeira pesquisa foi realizada em 1999. E, em 2000, uma segunda, com os dados atualizados.

Pelos estudos, foram analisadas as informações sobre óbitos e suas causas, no período 1979/1996 (atualizados para 1998 na segunda pesquisa), para a faixa etária entre 15 e 24 anos, selecionando as três grandes categorias indicadoras de situações de violência: óbitos por acidentes de transporte, óbitos por homicídios e outras violências e, finalmente, suicídios.

A pesquisa abrangeu três cortes geográficos:

- Cada uma das 27 unidades da federação (26 estados, mais o Distrito Federal), e sua agregação em grandes regiões;
- As capitais das unidades federadas;
- As 12 regiões metropolitanas do Brasil.

A UNESCO utilizou exclusivamente a capacidade e conhecimentos de seus profissionais, responsabilizando-se por toda a execução da pesquisa. O Instituto Ayrton Senna contribuiu com recursos financeiros para custear a publicação.

Os resultados tiveram enorme repercussão e impacto na mídia brasileira e junto às autoridades do país.

Relações de Gênero nos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil

A pesquisa abordou temas que permitem conhecer as atividades produtivas, reprodutivas, domésticas e sociopolíticas que realizam homens e mulheres assentados da reforma agrária. Também enfocou os fatores, elementos e condicionantes (materiais e ideológicos) que restringem o pleno exercício da cidadania das mulheres.

Outro importante ponto foi a identificação do nível de informação e das atitudes das mulheres e homens com relação às doenças sexualmente transmissíveis, com ênfase na AIDS, particularmente quanto à prevenção e ao acesso aos serviços de saúde.

Foi realizada em seis estados do Brasil, distribuídos entre quatro regiões: Bahia e Ceará (região Nordeste), Mato Grosso (região Centro-Oeste), São Paulo (região Sudeste), Paraná e Rio Grande do Sul (região Sul).

A realização do estudo foi conduzida com a parceria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e do Unicef. Outros parceiros: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (Contag).

Do ponto de vista técnico, a UNESCO conta com pesquisadores, consultores e ONGs que atuam na área temática e que auxiliam nos trabalhos de campo.

A pesquisa contou com o apoio financeiro do Ministério da Saúde/Coordenação Nacional das Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, do Unaid e do Instituto Ayrton Senna.

Os resultados foram considerados muito importantes pelos atores sociais envolvidos na questão e estão sendo utilizados em um processo de revisão e formulação de políticas públicas para o setor.

Perfil dos Dirigentes Municipais de Ensino

O objetivo da pesquisa foi o de realizar um "retrato" dos dirigentes municipais de educação, buscando conhecer quem são, o que pensam e quais são seus principais problemas.

Teve caráter nacional, utilizando a metodologia de remeter questionários pelo correio para os 5.507 municípios brasileiros. Foram colhidas respostas de 1.973 questionários, representando uma amostra de cerca de 35% do total, que é considerada muito satisfatória para esse tipo de pesquisa.

A UNESCO Brasil, coordenadora do projeto, teve como parceira a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Violência, AIDS e Drogas nas Escolas

A conclusão dessa pesquisa está prevista para julho de 2001. O processamento completo das informações e as análises decorrentes ainda não estão disponíveis.

O trabalho está sendo realizado em unidades escolares de ensino médio e fundamental das redes estadual, municipal e particular. Abrange a ocorrência de episódios violentos nos anos de 1998 e 1999.

Os objetivos da pesquisa são identificar e correlacionar a frequência e gravidade dos atos violentos; os fatores de vulnerabilidade escolar; as representações de alunos e professores sobre a violência; e os mecanismos de prevenção, redução e erradicação do problema. Também pretende realizar um diagnóstico das informações, atitudes, práticas e comportamentos de jovens e adolescentes escolarizados acerca da prevenção de DST e AIDS e do uso de drogas, além de identificar experiências exitosas de combate à violência na escola e de prevenção ao uso de drogas e contra a AIDS.

A pesquisa abrange 14 estados do Brasil, considerada a representação regional.

O financiamento resulta das articulações com diversas instituições: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (Ministério da Justiça); Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (Ministério da Saúde), Undcp, Instituto Ayrton Senna, além de recursos da própria UNESCO.

Avaliação das Ações de Prevenção às DST/AIDS e Uso Indevido de Drogas nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio em Capitais Brasileiras

Esta é a primeira pesquisa já realizada, em âmbito nacional, de Avaliação das Ações de Prevenção às DST/AIDS e Uso Indevido de Drogas nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio, junto às instituições que integram o Programa Brasileiro de DST e AIDS.

As entrevistas foram realizadas com estudantes de quinta à oitava série do ensino fundamental e de primeira a terceira séries do ensino médio (divididos por faixas etárias), do sexo feminino e masculino, em 340 escolas das redes pública e privada, em 14 capitais: Manaus e Belém, na Região Norte; Fortaleza, Recife, Maceió e Salvador, no Nordeste; Distrito Federal, Goiânia e Cuiabá no Centro-Oeste; Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo, na Região Sudeste e Porto Alegre e Florianópolis no Sul.

Foram aplicados os seguintes instrumentos na realização da pesquisa: questionários fechados a alunos, pais e professores; entrevistas em grupos focais com alunos, pais e professores; entrevistas individuais abertas com diretores de escolas, e roteiros de observação das escolas pesquisadas.

Cultivando Vida, Desarmando Violências - Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza

Durante um ano, a UNESCO acompanhou, por meio de uma complexa engenharia de pesquisas, programas realizados por governos locais, ONGs e outras entidades da

sociedade civil em 10 estados no Brasil. Os programas visados são voltados para o combate à violência e para a construção de uma cultura de paz, recorrendo à arte, educação para cidadania, esporte e entretenimento com e para jovens em comunidades sujeitas a vulnerabilidades socioeconômicas e culturais.

A intenção do estudo foi dar reconhecimento social, apresentando essas experiências à sociedade e identificando os caminhos alternativos que têm sido percorridos por diversas instituições e metodologias: os formatos de atividades, as estratégias de sustentabilidade e de replicabilidade, entre outras dimensões. O objetivo também foi estimular o intercâmbio entre experiências e o surgimento de outras, além de contribuir à constituição de imagens da juventude, em particular na pobreza, fora dos estigmas negativos que a associam à violência. Um extenso banco de informações vem sendo montado e será disponibilizado para outras agências nacionais e internacionais.

Foram enviados questionários para 330 organizações governamentais e não-governamentais. A partir do material depois recolhido, realizou-se estudo aprofundado de 33 experiências selecionadas em 10 Estados.

No estudo constam debates teóricos sobre valores e cultura como um direito em si e como contraponto à violência; análise de indicadores sociais sobre a qualidade de vida de jovens na pobreza e suas comunidades: perfilamento dessas dimensões de acordo com informações das entrevistas; vocabulário sobre temas relacionados à juventude, arte, esporte e cultura; impactos das experiências na vida dos jovens; perfil de cada uma das 33 experiências segundo formatação de suas práticas e impacto na vida dos jovens, além de análise sobre obstáculos e recomendações/subsídios para políticas públicas.

O Ensino Médio: Percepção de Alunos e Professores sobre a Escola

Estudo recém-iniciado, em fase de pré-teste de instrumentos qualitativos e quantitativos para pesquisa de campo. A pesquisa terá 14 meses como prazo de duração. O objetivo é conhecer a percepção sobre a escola de jovens, professores, diretores e educadores que atuam no ensino médio, assim como seus valores e expectativas quanto à educação.

Entre os objetivos específicos, destacam-se: realizar diagnóstico das informações e comportamento dos jovens escolarizados acerca de seu cotidiano, do mundo do trabalho, da família, do lazer, do futuro e da inserção da escola em sua vida; verificar o funcionamento da escola a partir do confronto entre sua proposta pedagógica e a prática cotidiana, bem como conhecer sua estrutura física e organizacional; identificar as redes de sociabilidade em que os jovens estão inseridos; e identificar experiências de protagonismo juvenil em escolas com atividades de gestão colegiada, grêmios, experiências com atividades culturais, voluntariado, imprensa juvenil, iniciativas esportivas etc.

A pesquisa baseia-se na articulação de técnicas qualitativas e quantitativas. Recorre a questionários auto-aplicáveis a alunos e professores, diretores e corpo técnico das escolas selecionadas. Serão também empregados grupos focais com alunos, professores, diretores, supervisores de ensino e orientadores. Propõe-se um desenho amostral por etapas, com representatividade por Unidade da Federação (UFs) e municípios. Estima-se uma amostra total de 60 mil alunos, em 12 UFs, uma cidade periférica e 11 municípios, com turmas de cerca de 40 alunos.

PROJETOS TRANSDISCIPLINARES E CULTURA DE PAZ

Mesmo trabalhando em frentes múltiplas, a UNESCO tem como missão primordial um ideal uno: a construção de uma cultura de paz: "O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais".

Em 1995, os Estados-membros da Organização decidiram que ela deveria canalizar seus esforços e energia em direção à cultura de paz. Para tanto, a UNESCO Brasil coopera com governos em seus três níveis – União, estados e municípios – além do Poder Legislativo e da sociedade civil, construindo uma extensa rede de parcerias.

Substituir a secular cultura de guerra por uma cultura de paz requer um esforço educativo prolongado e coordenado com todos os setores da sociedade. Só assim se modificam as reações e se constrói o desenvolvimento sustentável que possa suprimir as causas de conflito. Cabe aos cidadãos organizarem-se e assumir sua parcela de responsabilidade. A paz não é um processo passivo.

O Movimento Mundial pela Cultura de Paz deve ser "uma grande aliança de movimentos existentes", um processo que unifique todos aqueles que já trabalharam e que estão trabalhando a favor desta transformação fundamental de nossas sociedades. O objetivo é permitir que toda pessoa ou organização contribua para o processo de transformação de uma cultura de violência para uma cultura de paz, em termos de valores, atitudes e comportamento individual, bem como em estruturas e funcionamentos institucionais.

A cultura de paz se insere nos direitos humanos e representa um caminho que assegure os valores fundamentais da vida democrática, como a igualdade e a justiça social. A construção dessa cultura é necessária para que cada ser humano seja reconhecido como cidadão e tenha seus direitos respeitados e garantidos.

O programa Cultura de Paz pressupõe que a paz não seja vista de forma abstrata, mas sim, vinculada a todas as dimensões da vida cotidiana. Na realidade brasileira, pode-se imaginar que as guerras são algo distante do dia-a-dia. Mas, se observadas as "guerras" anônimas travadas na violência, isso deixa de ser verdadeiro. O Programa da Cultura de Paz também está voltado para a prevenção de conflitos dessa ordem. Trata de combater a violência, exploração, crueldade, desigualdade e opressão. Está intrinsecamente relacionado à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos.

No campo econômico, prevê a passagem de um modelo excludente e concentrador de renda a um de desenvolvimento mútuo e sustentável, sem o qual é impossível alcançar uma paz duradoura. Também questiona a prática de adotar modelos de desenvolvimento de outros países, sem respeitar as tradições e a diversidade e sem incorporar uma dimensão humana, social e de participação em cada contexto.

A cultura de paz é uma iniciativa de longo prazo que deve levar em conta os contextos histórico, político, econômico, social e cultural de cada ser humano. É

necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia-a-dia familiar, regional ou nacional. É um processo sem fim.

Educação, no sentido mais amplo do termo, é o componente crucial da cultura de paz; uma educação que torne cada cidadão sensível ao outro e que imponha um senso de responsabilidade com respeito aos direitos e liberdades.

Pluralismo cultural é outra diretriz. A paz não pressupõe de forma alguma homogeneidade.

A perspectiva transdisciplinar viabiliza a construção e a discussão da cultura de paz fundada no respeito ao múltiplo e ao diverso, contemplando cada ser humano como único e percebendo as interações entre eles.

A UNESCO Brasil, ao conduzir a mobilização das atividades ligadas ao Ano Internacional da Cultura de Paz e ao programa da Cultura de Paz, obteve resultados extremamente satisfatórios. Na verdade, isso não foi surpresa, já que o apelo por uma cultura de paz contido no Manifesto 2000 encontra ampla ressonância no país. A enorme mobilização social se reflete nos 14,5 milhões de assinaturas, que fizeram do Brasil o campeão no mundo ocidental.

Concomitante à coleta de assinaturas, há todo um trabalho de conteúdo. Por exemplo, foram realizados seminários regionais nos municípios e estados sobre o Manifesto 2000 – que atribui responsabilidade a cada ser humano de traduzir na vida diária os valores, atitudes e padrões de comportamento que inspiram a cultura de paz. O processo culminou com o seminário realizado na Câmara dos Deputados, com abrangência nacional, que reuniu multiplicadores e parceiros de todo o Brasil para discutir a Cultura de Paz e suas interfaces com a transdisciplinaridade e direitos humanos.

A UNESCO Brasil também desenvolve programas com estados como Rio de Janeiro e Mato Grosso para trabalhar a paz entre os jovens nas escolas, promovendo ações direcionadas para a criação, a difusão e o fortalecimento de uma cultura de paz, de respeito à diversidade.

Uma das importantes ações na área de Projetos Transdisciplinares é o Projeto Geração XXI, fundamentado e dirigido na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável.

Por meio de uma proposta política inovadora, toma 21 jovens negros como sujeitos de direitos, produz condições de aprendizado e de desenvolvimento de talentos e amplia as possibilidades de equidade nas condições econômicas, sociais e culturais. Com isso contribui para o aperfeiçoamento e fortalecimento da construção democrática no Brasil. O projeto é uma iniciativa da Fundação BankBoston em aliança estratégica com a Fundação Cultural Palmares (Ministério da Cultura), e em parceria com o Instituto Geledés – Instituto da Mulher Negra e a UNESCO.

No trabalho do Ano Internacional da Cultura de Paz, a UNESCO Brasil contou com uma rede de parceiros imprescindíveis, como a organização Brahma Kumaris, Associação Palas Athena, Comunidade Baha'í do Brasil, Fundação Peirópolis, Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude e a Fundação BankBoston.

Também são desenvolvidas parcerias com o Instituto Sou da Paz, de São Paulo e o Viva Rio, apoiando a organização do movimento "Basta! Eu quero paz!".

Além disso, a UNESCO vem trabalhando desde o início da década de 90 em estreita colaboração com o Ministério da Educação na esfera da educação indígena, mediante termo de cooperação, mais especificamente na produção dos parâmetros curriculares para as escolas indígenas em todo o país e, de material didático voltado para professores indígenas. Mais recentemente, com a criação no setor de Educação da sede da UNESCO de uma Divisão de Línguas, voltada em especial para a problemática das línguas em perigo de desaparecimento, a UNESCO vem buscando colaborar mais estreitamente para o registro e produção de material didático para o ensino das línguas indígenas, como primeira língua.

No que diz respeito à valorização da cultura indígena, sublinha-se o acordo UNESCO/Funai que objetiva o fortalecimento da autonomia das comunidades e a preservação de usos, costumes e tradições.

Resgatando a cidadania dos povos indígenas

O Acordo de Cooperação Técnica UNESCO/Funai foi implementado em resposta a uma maior conscientização sobre a questão das minorias étnicas no país.

A elaboração e execução de medidas efetivas no sentido de proporcionar às comunidades indígenas condições de procederem à gestão de seu território, proteção do meio ambiente e auto-sustentabilidade econômica, a partir da manutenção adequada dos recursos que viabilizam a sua sobrevivência é um dos maiores resultados do acordo. A autonomia das comunidades para tomarem decisões e colocarem em prática iniciativas de sustentação da vida em comunidade e de manutenção dos usos e costumes que as caracterizam, a despeito da interação com os diferentes setores da sociedade, é uma das metas que vem sendo atingida por meio dessa cooperação.

A UNESCO, presta cooperação técnica para assegurar que os direitos dos povos indígenas sejam assegurados. Uma das formas de garantir que isso aconteça é através do mecanismo de empoderamento. Ele permite que as comunidades indígenas desenvolvam suas próprias agendas, fortaleçam sua capacidade de expressão e possam reivindicar e explicitar suas demandas.

DIREITOS HUMANOS

A questão dos Direitos Humanos está presente na base da UNESCO desde sua criação e tem guiado as ações da Organização em âmbito internacional, sendo que em cada estado-membro são consideradas as adaptações necessárias diante das características culturais, sociais, políticas, econômicas e institucionais próprias das realidades nacionais.

No caso do Brasil, é preciso ter em mente que a cultura de direitos humanos não está de antemão favorecida pelo legado histórico de colonização e desenvolvimento humano, de que a acentuada desigualdade social e econômica é hoje a expressão mais visível.

Em sentido oposto, a atual Constituição Brasileira, de 1988, representa um importante marco na paulatina mudança dessa tradição. Estabeleceu a mais precisa e detalhada carta de direitos da história nacional, convertendo-se num grande avanço conceitual e jurídico para a promoção dos direitos humanos. Incluiu a identificação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, além de um conjunto preciso de garantias.

Além disso, na década passada, a defesa dos direitos humanos tornou-se compromisso formal do governo federal e passou a ser conduzido como política pública com a aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos, elaborado sob a coordenação do Ministério da Justiça, sendo implementado gradualmente com a participação de instituições governamentais, empresas e ONGs.

A iniciativa segue a recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993 pela UNESCO, de que cada estado-membro preparasse o seu programa de direitos humanos.

Já em 1996, a UNESCO Brasil iniciou articulação com a então Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (atualmente Secretaria de Estado dos Direitos Humanos), do Ministério da Justiça. Desse contato resultou a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo geral de implementar o Programa Nacional de Direitos Humanos. Tal acordo perdurou até setembro 1999, sendo substituído por outro que se encontra em vigor, dotado das atualizações e aperfeiçoamentos pertinentes.

As ações conjuntas realizadas no contexto do acordo são direcionadas para as questões relacionadas à proteção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e de grupos mais vulneráveis (mulheres, negros, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais); desenvolvimento de sistemas de informações; formação de recursos humanos para a área de direitos humanos; realização de estudos e pesquisas que ampliem e agreguem novos conhecimentos e contribuam para a formulação de políticas públicas; realização de encontros, seminários e eventos afins; promoção de campanhas e concessão de prêmios, além de publicações nacionais e internacionais.

Nos Acordos de Cooperação Técnica, a UNESCO participa, em linhas gerais, nas discussões sobre projetos a serem desenvolvidos, no acompanhamento da sua implementação, na análise e avaliação dos produtos e resultados alcançados. Também fornece todo o suporte gerencial e administrativo necessário para a implementação dos projetos. Para a execução dos planos são mobilizados profissionais e instituições cujo perfil e qualifi

qualificação melhor se encaixem nos trabalhos a serem realizados. Assim se garante um engajamento diversificado em termos de competência e experiências. Têm sido contratados centros de pesquisa e universidades, organizações não-governamentais e profissionais de várias áreas do conhecimento, paralelamente a parcerias com instituições públicas.

Eis algumas das principais atividades desenvolvidas dentro do Acordo de Cooperação Técnica da UNESCO com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos – Ministério da Justiça:

Pesquisa Traçando Caminhos em um Sociedade Violenta – A Vida de Jovens Infratores e de Seus Irmãos Não-Infratores

Realizada pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli, unidade da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, busca esclarecer as causas que levam jovens de uma mesma família (irmãos ou primos), criados em um mesmo ambiente, a terem comportamentos distintos em relação à prática de atos de violência. O estudo abrange o Rio de Janeiro e Recife. O resultado está publicado como livro pela Editora Fiocruz.

Pesquisa Vitimização de Policiais na Cidade do Rio de Janeiro

Realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), nela são sistematizadas e analisadas informações sobre a incidência de atos violentos contra policiais militares e civis.

Condições de implantação dos Conselhos Municipais e Estaduais da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e Fundos da Infância e Adolescente

Levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Curso de Atualização na Área da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes

Realizado pelo Laboratório de Estudos da Criança, vinculado à Universidade de São Paulo (USP). Voltado para habilitar profissionais dos estados brasileiros a tratar de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Ministrado em parte por educação a distância e em parte de forma presencial.

Curso de Especialização em Direitos Humanos para Policiais Militares

Realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Teve como objetivo a formação de multiplicadores nos estados da região Nordeste.

Curso sobre Técnicas Não-Letais para Atuação de Policiais Militares

Realizado pela Equity International, instituição com sede na Suíça. Destinado à formação de multiplicadores da Academia de Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Cursos de Extensão em Direitos Humanos

Instituídos pela Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Goiás, visam desenvolver e disseminar conceitos,

instrumentos legais e práticas de atuação em direitos humanos para a comunidade acadêmica (docentes, discentes e funcionários), para profissionais que já atuam na área de direitos humanos e para a população em geral.

Cursos regionais para técnicos de prefeituras municipais sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais a instalações públicas

Ministrados pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), capacitam equipes de prefeituras para o adequado tratamento da questão do acesso dos portadores de necessidades especiais às edificações e serviços públicos, atividades de cultura e lazer etc nos códigos de obras e posturas dos municípios.

Desenvolvimento de Sistemas de Informações

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos desenvolveu e implantou o Sistema Informatizado para Proteção da Infância e do Adolescente (Sipia). Consiste na criação de um software comum para ser instalado em cada Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente que, permanentemente atualizado, possibilita o registro e consolidação de informações sobre violações dos direitos de crianças e adolescentes.

Concepção e publicação do livro Direitos Humanos no Cotidiano – Manual

Publicação concebida para informar, educar e treinar os integrantes de organizações governamentais e não-governamentais, responsáveis pela implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos, e deixar claros os compromissos assumidos pelo Brasil na área. Sua elaboração foi coordenada por equipe da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e mobilizou diversos profissionais, instituições e artistas plásticos, resultando em um produto de excepcional qualidade de conteúdo e apresentação gráfica.

Boletim PNDH em Movimento

Informativo preparado e distribuído de forma sistemática para registrar e divulgar as ações implementadas do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Encartes do Jornal Radcal

Foram elaborados encartes especiais sobre temas de direitos humanos (por exemplo, "Negros", "Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais", "Idosos", "Mulher", "Estatuto da Criança e do Adolescente"), inseridos e distribuídos para cerca de cem mil estudantes do ensino médio junto com o Jornal Radcal, periódico editado pela Fundação Athos Bulcão.

Tradução e publicação de livros editados pela UNESCO Sede

Exemplos: Reflexões sobre a Tolerância e O Direito à Assistência Humanitária.

Concessão do Prêmio Direitos Humanos – Categoria Estudantes

Instituído e concedido anualmente pelo presidente da República a estudantes universitários (concurso de monografias) e do ensino médio (concurso de redações). Os temas para os textos são escolhidos anualmente, em geral tendo como inspiração a agenda anual sobre direitos humanos das Nações Unidas.

Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Pessoas Carentes

Projeto piloto. Consiste no apoio a quatro cursos pré-vestibulares para negros e carentes, com o objetivo de melhorar o acesso ao ensino superior de estudantes desses segmentos populacionais. Ministrados por professores voluntários, em horários e períodos adequados a conciliar trabalho e estudo. Realizados por instituições engajadas nos movimentos sociais: Trabalho e Estudo Zumbi (Tez), de Campo Grande, Mato Grosso do Sul; Centro de Referência da Cultura Negra, de Juiz de Fora, Minas Gerais; Instituto Cultural Steve Biko, de Salvador, Bahia; e Centro Raízes (Projeto Okitalandê), de Recife e Olinda, Pernambuco.

Estudo sobre a Implantação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais

Desenvolvido pelo Instituto Municipal de Administração Municipal (IBAM), tem como objetivo conhecer a realidade da efetiva implantação dos conselhos e suas características.

Programa Nacional de Direitos Humanos passa por avaliação e atualização

Diante da necessidade de incluir no Programa Nacional de Direitos Humanos aspectos relativos aos direitos econômicos, sociais e culturais, teve início um processo de avaliação e atualização do plano. A iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos ia ao encontro da demanda identificada pela sociedade civil e pelas ONGs atuantes na área. Para coordenar os trabalhos, ficou encarregada a equipe, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP).

O processo começou pela realização de cinco seminários regionais e um nacional, para que deles fossem absorvidas as contribuições locais para a atualização. Esses eventos contaram com a participação ativa de centenas de representantes de ONGs e outras instituições. Toda a documentação produzida está sendo processada e sistematizada com o intuito de avaliar a pertinência das contribuições e compor a proposta de atualização do programa.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

A UNESCO e a sociedade da informação

Faz parte do mandato da UNESCO a promoção da livre circulação de idéias, mediante a comunicação, informação e informática, a fim de reduzir o descompasso existente nessas áreas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Tanto a Estratégia de Médio Prazo para 1996-2001, quanto aquela para o período 2002-2007 prescrevem o uso das tecnologias de comunicação e a informação em benefício do desenvolvimento, da democracia e da paz.

Uma das conclusões da 28a Conferência Geral da UNESCO, em 1995, é de que as tecnologias poderão ser, quando houver acesso indiscriminado a elas no mundo, um instrumento de realização de um desenvolvimento realmente centrado no ser humano. Podem ser empregadas na educação e na saúde para contribuir para romper o círculo vicioso de pobreza e isolamento dos países em desenvolvimento.

Para a UNESCO, as novas tecnologias de comunicação, cuja faceta mais esplendorosa tem sido a Internet, repercutem grandemente nos meios intelectuais que constituem o núcleo do processo de desenvolvimento.

No campo da educação, a crescente variedade de meios interativos, como CD-ROM ou televisão interativa, ampliam exponencialmente as possibilidades de aprendizagem autônoma, entre diversos outros efeitos positivos, inclusive na educação a distância. Na investigação científica, deve ser tremendamente facilitado o acesso a laboratórios, documentação e base de dados aos cientistas de países em desenvolvimento, que também passam a dispor de novas possibilidades de intercâmbio e colaboração com colegas de outras partes do mundo.

A tecnologia da informação também pode otimizar os métodos de controle e monitoramento do meio ambiente, ajudando a coibir agressões. Na área da cultura, as tecnologias apresentam enorme potencial como meio de revigorar as identidades culturais, promover o diálogo entre as culturas e estimular a criatividade, entre outras benesses. Também aumentam de forma inimaginável a capacidade de informação dos meios de comunicação.

Essa revolução, todavia, compreende riscos. A UNESCO, sem perder de vista seu papel de estimuladora da sociedade da informação, guardiã do "direito de comunicar", adverte para o risco de exclusão dos grupos menos favorecidos, dentro de cada sociedade e em plano internacional, num mundo em que a informação e a comunicação são cada vez mais competitivas e comerciais.

Outra questão importante tem a ver com a manutenção da diversidade lingüística e cultural na sociedade da informação. Calcula-se que 90% das bases de dados na Internet estejam em inglês.

Além do mais, o acesso cada vez mais freqüente a redes e bases de dados conectadas entre si tem apresentado grandes problemas de ordem ética e jurídica, ligados à confidencialidade da informação. Somem-se a isso as questões de propriedade intelectual, com abertura de brechas para a violação dos direitos de autor.

Sem mencionar o preocupante trânsito de informações de caráter intolerante, racista, violento ou pornográfico – e em particular o acesso das crianças a esse tipo de informação.

Fórum Brasileiro sobre Ética pelas Crianças e Adolescentes na Internet – ForÉtica-BR

Como repercussão da Conferência sobre Abuso Sexual de Crianças, Pornografia Infantil e Pedofilia na Internet, realizada em Paris em 1999, a UNESCO Brasil serviu de catalisadora da constituição de um fórum permanente para discutir a fundo o assunto e sugerir ações.

Implementado em outubro de 1999, o fórum ForÉtica-BR é composto por representantes de 16 organizações governamentais ou não, que cobrem as áreas de legislação, programas de computador, regulação das telecomunicações, infância, educação e pesquisa social.

O ForÉtica-BR é projeto de grande importância para a sociedade brasileira. Pretende facilitar a articulação institucional, promovendo a auto-regulação, particularmente de provedores de acesso à Internet, como complemento à legislação específica. Também prevê a mobilização da sociedade brasileira em relação à prevenção de todas as formas de violência contra as crianças e a estimulação de produção de conhecimento acerca da violência na Internet.

O escritório da UNESCO Brasil funciona como secretariado do fórum e delinea os esboços do plano de ação. Além de coordenar o fórum, atuando como mediadora, a UNESCO provê informação relevante e qualificada sobre o tema, inclusive com a publicação do livro *Inocência em Perigo*, tradução dos documentos apresentados na Conferência de Paris.

Rede Internacional de Educação Virtual

O progresso tecnológico da sociedade da informação, até em regiões com muito a fazer em matéria de infra-estrutura e tecnologia da informação, tem potencial de satisfazer demandas educacionais.

A Rede Internacional de Educação Virtual promete impulsionar a incorporação por professores da América Latina de informações e tecnologias de comunicação como ferramentas para a criação de uma rede entre professores da região. Eles assim poderão compartilhar conhecimento, softwares educacionais, estratégias didáticas e experiências de ensino.

Apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o projeto conta com o suporte da UNESCO Brasil, por meio da planificação de um sistema capaz de desenvolver módulos de aprendizagem para estudantes e professores, da estrutura física e da implementação de um programa piloto.

A UNESCO se encarrega da fase inicial do projeto, de colocá-lo em movimento. Algumas ações realizadas: mobilização dos países interessados, treinamento do grupo técnico responsável pelo desenvolvimento dos módulos educacionais e suporte na criação do

escritório de coordenação nacional do projeto, na Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação.

A rede é uma experiência muito interessante de cooperação técnica internacional entre países em desenvolvimento, instrumento de promoção da educação de qualidade para todos. Trata-se de uma iniciativa louvável pela assimilação de novas tecnologias na educação, com efeito de mudança estrutural das práticas educativas diárias.

Preparação da Rede Brasileira de Educação Virtual

A cooperação técnica que a UNESCO mantém com o Ministério da Educação para a constituição da Rede Internacional de Educação Virtual rendeu como fruto a proposta de nova parceria para criação da Rede Brasileira de Educação Virtual, em exame na Agência Brasileira de Cooperação.

Da assistência preparatória da UNESCO são esperados os seguintes resultados: demonstração de módulos de aprendizagem, seleção de escolas para participarem de projeto piloto, instrumentação material dessas escolas, avaliação de performance dos módulos de aprendizagem, cooperação integral ao longo do projeto.

Governo Cidadão

A UNESCO Brasil e o Governo do Estado de Santa Catarina mantêm acordo de cooperação técnica para assistência preparatória com vistas à estruturação conceitual e operacional do programa Governo Cidadão.

A idéia do projeto é aplicar as tecnologias da informação na administração pública, a fim de aumentar a qualidade dos serviços públicos e a transparência do governo.

Comitê para a Democratização da Informática (CDI)

Trata-se de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada no Rio de Janeiro em 1995. Seu trabalho pioneiro é levar a informática às populações menos favorecidas. Conta com o apoio da UNESCO, que promove a divulgação do programa entre as Agências do Sistema da Nações Unidas, articulando ações de apoio, como a doação de computadores. Por meio das Escolas de Informática e Cidadania, o CDI implementa programas educacionais e profissionalizantes em todos os estados do Brasil e em outros países. Com esses programas, promove a reintegração dos membros de comunidades de baixa renda, principalmente crianças e jovens, a fim de diminuir os níveis de exclusão social a que são submetidos. Também promove a alfabetização, os valores de cidadania, a ecologia, a saúde, os direitos humanos e a não-violência.

AÇÕES DESCENTRALIZADAS

Para exercer o seu mandato no Brasil, a UNESCO tem o desafio de apoiar e conceber programas que considerem tanto os marcos referenciais desenvolvidos por intermédio do diálogo e do entendimento entre os países-membros quanto os diagnósticos das necessidades específicas do país nas áreas de educação, cultura, ciência, meio ambiente e comunicação. Diante da complexidade e diversidade da realidade local, a UNESCO Brasil desenvolveu um modelo de ação baseado em parcerias, que tem como uma de suas estratégias descentralização de ações (Antenas). A descentralização permite e facilita o estreitamento do diálogo entre a UNESCO e os atores mais diretamente envolvidos no processo de mudanças sociais.

BAHIA

A antena ação descentralizada da UNESCO na Bahia foi inaugurada em setembro de 1999. Nos primeiros meses, as atividades foram restritas, pois se buscava operacionalizar as ações e definir as áreas locais de atuação institucional. Mesmo assim, iniciou-se trabalho de apoio às instituições locais, nacionais e internacionais que atuavam no estado no combate à AIDS.

As atividades mais importantes consistiram no apoio institucional a eventos, com contribuições em trabalhos de editoração eletrônica e diagramação para outdoor, pôsteres, panfletos, cronogramas, fluxogramas, diagramas etc.

Entre 1999 e 2000, o escritório da Bahia pôs em prática as ações seguintes.

- Cooperação com a Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Conder)

Em decorrência do Estudo sobre a Dinâmica Urbana para Oportunidades de Investimento no Centro Histórico de Salvador, integrante do Projeto Centro Histórico, o Escritório Regional mantém convênio com a Conder com o objetivo de desenvolver projetos executivos de unidades habitacionais. Está também em andamento cooperação técnica e financeira para custeio e manutenção do escritório do Centro Histórico.

- Cooperação com Organizações Não-Governamentais

A parceria com as principais ONGs que atuam na Bahia teve até o momento como principal campo de atuação o combate à AIDS.

Entre as ações apoiadas, destacam-se:

- Iniciativas educativas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua.

As atividades compreendem a elaboração do projeto **Formação de Multiplicadores na Prevenção de DST/AIDS**, em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente do Estado da Bahia e do Projeto Axé; a elaboração de projeto de teatro e reforço escolar relacionado à prevenção das DST, em parceria com a Fundação Cidade Mãe; o apoio institucional ao Cedeca na elaboração do **Sistema de Informação sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Rede Justiça**.

- Assessoria às ações em DST/AIDS do estado

A UNESCO na Bahia assessoria a Secretária de Saúde do Estado da Bahia na luta contra as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS.

- Prevenção contra as DST/AIDS junto a trabalhadores agrícolas

Em parceria com a Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Bahia (Fetag), a UNESCO atua na prevenção dessas doenças na região do Recôncavo Baiano.

- Avaliação de projetos de prevenção contra as DST/AIDS

Trabalho realizado em parceria com o Centro de Estudo e Terapia do Abuso de Drogas (Cetad) e Faculdade de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, e com o Instituto de Saúde Coletiva (ISC)

Também, de acordo com as áreas de atuação da UNESCO, a parceria com a sociedade civil representada por diversas entidades não-governamentais e com o setor público, viabilizou inúmeras ações, programas e projetos na área cultural. Por exemplo: **Projeto Pelô que Pensa**, com a Fundação Cultural do Estado da Bahia e Unipaz; **Projeto Cultura e Diversidade**, com o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia; **Projeto Nossa Diversidade Criadora**, com o Centro de Educação e Cultura Popular (Cecup); **Projeto Centro Referência Cultural Latino-Americano**, para a instalação de um centro de documentação totalmente informatizado e aberto ao público; **Projeto Mercado Cultural Latino-Americano e Feiras de Arte Latino-Americana**. Sem contar as atividades de apoio à conservação de sítios e monumentos históricos, em parceria com Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), e o Projeto Educação para Todos, Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

A UNESCO na Bahia também se voltou para a difusão do Manifesto **Por Uma Cultura de Paz e Não Violência**, contando com o envolvimento institucional da Prefeitura Municipal de Salvador, do Instituto de Saúde Coletiva, do Instituto Röerich, do Fórum Comunitário de Combate à Violência, do Grupo Cultural Olodum, Muzenza, Malê de Balê, da Comissão da Cultura da Paz da Câmara de Vereadores, do Engenho Novo e da Associação dos Escoteiros. Em 2001, além de dar continuidade ao projeto **Agenda Social para a Juventude de Salvador**, a UNESCO na Bahia iniciou o lançamento do **Ano Internacional do Voluntariado**, em parceria com a Fundação Luís Eduardo Magalhães, a Seplantec, as Secretarias de Educação, Saúde, Trabalho e Ação Social, Justiça e Segurança Pública do Estado da Bahia e secretarias de Educação e do Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Salvador

O projeto, sob a coordenação do Escritório Regional, do Centro de Voluntários da Bahia e do Programa Amigos da Escola, conta com a participação de cerca de 30 instituições baianas que trabalham com voluntariado.

Ainda em 2001 outras atividades previstas são o Encontro Internacional de Adolescentes, em parceria, entre outras instituições, com Cipó/ANDI, Pracatum, Fundação Odebrecht, Gapa e Unicef; o Seminário Formação de Educadores Sociais; e o Fórum América Latina Habitar 2000, realizado pela Universidade Federal da Bahia, Conder e Seplantec.

A exemplo de outras ações, a UNESCO na Bahia também está empenhada no pro-

grama *Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz*, que prevê a abertura das escolas nos fins de semana para atividades lúdicas, culturais e educativas (leia no capítulo *Estratégias de Parcerias*). Atualmente o projeto está em estágio inicial no estado.

MATO GROSSO

Têm especial relevo na contribuição da ação descentralizada da UNESCO no estado de Mato Grosso as atuações nas áreas de educação rural e de afirmação cultural das populações indígenas, além da preocupação com a juventude.

O perfil geográfico e social do estado deixa claro o porquê da prevalência desses focos. Mato Grosso é a terceira unidade da federação em dimensão territorial, com 901 mil km². A população, pelos dados do Censo 2000, é de 2,4 milhões. Apresenta densidade demográfica bastante baixa, portanto.

Na estrutura fundiária predominam os latifúndios, e a economia depende basicamente da atividade agrícola.

Historicamente, a consolidação do modelo latifundiário impediu a expansão do produtor familiar rural e o respeito às sociedades indígenas, que tiveram expressiva parte de suas terras e riquezas invadidas e expropriadas. A precariedade das políticas agrárias e agrícolas, somadas à inexistência de políticas sociais voltadas para os segmentos mais pobres, lançaram no abandono os pequenos produtores, os ribeirinhos, os extrativistas, as sociedades indígenas e parte da população urbana.

Nos últimos anos, dentro do esforço do programa de reforma agrária brasileiro, o cenário fundiário vem sofrendo mudanças. As terras de Mato Grosso são hoje o destino de grande contingente de beneficiários da reforma agrária. São aproximadamente 260 assentamentos rurais em todas as regiões do estado, com uma área superior a 4,5 milhões de hectares. Eles acolhem 60 mil famílias.

O Estado também tem atravessado um período de grande incremento de sua infra-estrutura de comunicações, energia e transporte, o que vem diminuindo seu isolamento geográfico. Deu um salto de desempenho econômico, tendo registrado grandes avanços na produção agropecuária, tornando-se recordista nacional em plantios de vasta extensão de monocultura de soja, algodão e cana-de-açúcar, além de se ter verificado a multiplicação das iniciativas agroindustriais.

Na educação, encontra-se a meio caminho. Se por um lado houve avanço no sentido da recuperação das relações democratizadas no interior das unidades escolares, por outro, percebe-se a necessidade da busca do aprofundamento das políticas nesse campo.

A ação da UNESCO em Mato Grosso foi organizada graças ao efetivo apoio do Governo do Estado. Vem desenvolvendo ação conjunta com os governos estadual e municipais e, como também, com as organizações da sociedade civil, como as indígenas, de mulheres, jovens, igrejas, artísticas, entre outras, em busca da auto-sustentabilidade dos processos de afirmação dos valores da Cultura de Paz tendo como base os componentes estratégicos de educação e cultura.

O trabalho segue estas linhas:

- Identificação e vivência dos valores da Cultura de Paz nos processos pedagógicos.
- Indução ao protagonismo dos sujeitos/beneficiários diretos na construção de cidadania.
- Exemplaridade construída a partir da realidade, com suas limitações e potencialidades, integrando saberes.
- Sensibilização da sociedade quanto à diversidade étnica e quanto ao ambiente, especialmente quanto à biodiversidade de seus biomas, a partir da ação local.

Entre as ações definidas pela UNESCO em Mato Grosso destacam-se o programa **Educação Rural**, o programa **Espaço Aberto Diálogo da Criança e Juventude** e a criação do **Centro de Referência das Culturas Indígenas de Mato Grosso**. São iniciativas que se inserem de forma estratégica como contribuição efetiva na concepção e consecução de políticas públicas.

O programa **Educação Rural** é desenvolvido, desde 2000, em 22 assentamentos rurais de reforma agrária, numa área de 617.430 hectares, atendendo a 5.681 famílias.

Tem como objetivo construir uma proposta alternativa de educação rural. O fio condutor dos trabalhos consiste na construção coletiva de um projeto de escola que privilegie a identidade da população rural, a continuidade dos alunos no sistema educacional e a valorização dos profissionais de educação. O currículo a ser definido deve incorporar valores, conhecimentos e habilidades que garantam o crescimento dos alunos e da comunidade. Também procura desenvolver sólidas experiências na linha da agricultura agroecológica e orgânica. A partir do processo ensino-aprendizagem e centrado na escola e na comunidade educativa, a intenção é que isso se viabilize com projetos que se constituirão em modelos ou unidades demonstrativas.

A UNESCO conta para esse programa com as parcerias da Secretaria Estadual de Educação, prefeituras municipais de São Félix do Araguaia, Confresa e Ribeirão Cascalheira, Secretaria de Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), organizações de trabalhadores rurais, de mulheres camponesas e de professores.

Mato Grosso é habitado por 38 etnias, sem contar os nove referenciais acerca de grupos isolados. Apesar da riqueza que significa essa diversidade, as sociedades indígenas no estado são vítimas de exclusão e genocídio. Elas se vêem envolvidas em litígios de terra, sofrem com o envenenamento de suas terras e águas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Ocorrem também casos de exploração da mão-de-obra indígena. Tudo isso diante de certa surdez da população não indígena aos clamores de 24.800 índios mato-grossenses.

Desde o Século XVI, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequese, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilingüe, a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios à cultura nacional, fazer com que eles abrissem mão de sua própria identidade.

Para fazer frente a esse contexto de opressão, a UNESCO alia-se ao Governo do

Estado, por intermédio da Secretaria da Casa Civil, e a instituições como Museu Rondon, Universidade Federal de Mato Grosso, Unicem, ArtÍndia, Fundação Nacional do Índio e organizações indígenas, a fim de conceber e implantar o Centro de Referência das Culturas Indígenas. Esse espaço terá como fundamento a construção da cidadania dos índios, pela democratização da arte e da cultura e pela busca do respeito à diversidade étnica, dando a visibilidade devida a essa população.

O programa objetiva a criação de espaços de afirmação e expressão dos jovens, em que possam falar, sentir, sonhar, e a partir dos quais seus desejos ganhem eco, tanto dentro das famílias, das escolas, dos espaços sociais, como na efetivação de políticas públicas.

Essa espécie de resgate da juventude vem em reação a uma preocupante realidade. Observa-se nas últimas décadas o agravamento da violência contra ou entre os jovens, o envolvimento deles com as drogas e uma situação particularmente alarmante: ao longo da década de 90, a juventude foi a principal atingida pelo aumento do índice de óbitos por homicídios. No país, esse aumento é de 45,5% com relação à população total enquanto, em Mato Grosso, o crescimento no número de mortes de pessoas entre 15 e 24 anos chegou a um índice de 144,7% superior ao da população em geral⁹⁸.

A UNESCO em Mato Grosso também participa do programa **Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz**, que prevê a abertura das escolas nos fins de semana para atividades lúdicas, culturais e educativas (leia no capítulo Estratégias de Parcerias). Atualmente o projeto está em estágio inicial no estado.

PERNAMBUCO

Implantado em março de 2000, a antena ação descentralizada da UNESCO em Pernambuco vem desenvolvendo as seguintes atividades centrais:

Programa de Avaliação e Incentivos à Qualidade da Educação Básica em Pernambuco

Convênio com a Secretaria Estadual de Educação, objetiva estabelecer sistema anual de avaliação e monitoria dos indicadores de qualidade e de desempenho das unidades da rede estadual de ensino, além de desenvolver uma política de incentivos às escolas para a melhoria da qualidade e do desempenho e uma sistemática de fortalecimento das condições de gestão escolar.

Ainda em 2000, o sistema avaliou aproximadamente 300 mil alunos de 2.800 escolas (todas as escolas da rede estadual de ensino e de 68 municípios) nas áreas de português, matemática e ciências. Além disso, foram levantados dados relativos à infraestrutura da escola, situação da gestão escolar, do diretor e do professor, características dos alunos e grau de conformidade dos pais.

Cada escola, no início de 2001, recebeu dois relatórios (um analítico e outro sintético) como guia para o planejamento de ações superadoras. Além dos relatórios por escola,

98. WAISELFISZ, Júlio. Mapa da Violência II: Os jovens no Brasil, Brasília, UNESCO, 2000.

foram produzidos documentos por município, por região e para o estado.

Base para o planejamento das ações de capacitação e de fortalecimento da autonomia da escola, o sistema também está possibilitando uma série de estudos sobre os fatores explicativos da qualidade do ensino e do desempenho dos alunos. Também prevê uma decidida atuação da Secretaria de Educação nos mecanismos de consolidação de uma gestão escolar coletiva e democrática.

Fórum Pernambucano da Cultura de Paz

Em julho de 2000, foi constituída essa coordenação permanente das atividades de consolidação da Cultura de Paz no estado. O Fórum Pernambucano da Cultura de Paz congrega mais de 70 ONGs, além de representantes do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público do Estado. O fórum elaborou o Pacto pela Paz, resultado de dois meses de trabalho de 12 grupos temáticos, do qual constam três ações estruturadoras: desarmamento físico e espiritual da população, abertura das escolas nos finais de semana e ruptura da impunidade em todos os níveis, além de grande número de recomendações pontuais.

Projeto Abrindo Espaços: abertura das escolas nos finais de semana

Resultado direto das recomendações do Fórum Pernambucano da Cultura de Paz, em agosto de 2000 esse projeto teve início no estado de Pernambuco com a abertura de 30 unidades escolares aos sábados e domingos. O objetivo é oferecer alternativas culturais, esportivas, educacionais e recreativas à juventude da região metropolitana. (Segundo o Mapa da Violência II, da UNESCO, Pernambuco lidera o ranking das UFs com maior taxa de homicídios na faixa de 15 a 24 anos.) Em 2001, devem participar 300 unidades escolares em toda a região metropolitana do Recife, nas zonas de maior risco de violência.

Educação para a Saúde e para a Prevenção de Enfermidades Hidrotransmissíveis

Convênio com a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco teve início em 2001. O programa é centrado na redução dos índices de pobreza pela melhoria da oferta de serviços básicos de saneamento por parte do Estado (água potável, esgoto e privadas domiciliares). A ação está inserida no Programa Alvorada, desenvolvido nas 14 UFs com menor Índice de Desenvolvimento Humano. A UNESCO, no convênio com a Secretaria de Saúde, está cooperando tanto na área de educação para a saúde quanto na avaliação do impacto social e cultural do programa.

Projeto Tacaruna

A UNESCO também vem cooperando com a Secretaria Estadual de Cultura no que diz respeito ao programa de revitalização de uma enorme planta fabril abandonada (58.000 m² de terreno e 24.000 m² de área construída) já expropriada pelo Estado. Lá deverá funcionar complexo cultural dotado de cinemas, teatros, museus, acervo artístico-cultural de Pernambuco, o Centro de Formação de Profissionais da Cultura, restaurantes, um hotel quatro estrelas, entre outros.

Rio de Janeiro

A UNESCO no Rio de Janeiro tem como missão incentivar o desenvolvimento das potencialidades do Estado, sobretudo com vistas à redução das desigualdades sociais e culturais. Busca representar, no espaço local, as prioridades destacadas pela UNESCO em âmbito nacional e internacional. Suas atividades, estabelecidas a partir de Acordos de Cooperação Técnica com o Governo do Estado, prefeituras, instâncias não-governamentais e empresas privadas, são conduzidas no quadro do Programa Extra-Orçamentário, financiadas pelo conjunto desses parceiros.

O Rio de Janeiro é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de políticas públicas inovadoras, em razão de sua formação histórica, diversidade cultural e experiência social.

Como traços marcantes desse estado, podem-se destacar as manifestações culturais e intelectuais de referência, as realizações de potencial turístico, a violência urbana, a força das organizações não-governamentais, a influência na opinião pública nacional por meio das empresas de comunicação sediadas na cidade do Rio etc. Enfim, há uma ampla diversidade de elementos que têm levado tanto à violência como a soluções criativas ímpares.

Entre os projetos e ações que contam com a participação da UNESCO, destacam-se os seguintes:

Projeto Nova Escola

Lançado em abril de 2000, trata-se de programa inédito que prevê o resgate da qualidade no ensino público. O **Nova Escola** representará um diagnóstico que servirá de suporte para a decisão dos investimentos estatais diferenciados e tende a ser o elemento integrador dos demais programas a cargo da Secretaria Estadual de Educação. Seus resultados balizarão os programas de capacitação de docentes, planos de carreira profissional, investimento em infra-estrutura e equipamentos, a fim de corrigir desigualdades e apoiar os pontos mais frágeis do sistema.

Esses propósitos estão sintonizados com os eixos prioritários da UNESCO e das recomendações de Jomtien e Dakar de Educação para Todos, tendo em vista que valorizam e apóiam concretamente a gestão democrática da escola, a formação dos professores e a qualidade do ensino medida por meio do desempenho dos alunos que em última instância significa aprimorar a qualidade do ensino público, democratizando o acesso a novos saberes e novas tecnologias.

Nesse projeto, a avaliação das unidades escolares é feita pela Fundação Cesgranrio com base em 17 indicadores, tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa.

Cultura de Paz

O projeto de **Desenvolvimento de uma Cultura de Paz** no Rio de Janeiro objetiva formular e implementar no Estado atividades e políticas públicas de educação, cultura e desenvolvimento social direcionadas para a construção de uma cultura de paz na

sociedade fluminense. Dentro deste acordo de cooperação estão os projetos Escolas de Paz e Fala Galera.

Escolas de Paz

O projeto foi desenhado a partir das recomendações das pesquisas que a UNESCO veio desenvolvendo ao longo da última década, nas quais se destacam os seguintes dados: estatisticamente há um aumento de homicídios e acidentes envolvendo jovens durante os finais de semana; os jovens de baixa renda se ressentem da falta de oportunidades de lazer e de espaços de encontro e relacionam essa carência aos atos de violência por eles cometidos ou sofridos.

Pensando nessa situação, propôs-se utilizar os espaços das escolas públicas, geralmente ociosos durante os finais de semana, para oferecer, sobretudo aos jovens de comunidades de baixa renda, alternativas de lazer, cultura, educação e organização solidária.

Essa iniciativa tem a peculiaridade de ser uma das primeiras ações concretas de política pública voltada para construção de uma cultura de paz e não-violência, tendo como âncora o espaço educacional.

As ações do projeto são pautadas na visão de que o jovem é cidadão capaz de se posicionar criticamente em relação aos seus próprios problemas e de ser agente de transformação social.

Apesar de simples, essa concepção implica uma mudança de postura ética, já que considera o público a que se destina protagonista das ações e não mero coadjuvante. As atividades desenvolvidas nas escolas, tais como oficinas de artesanato, apresentações de grupos de música e dança, filmes comentados e esporte, têm como mote a paz.

Todas as ações buscam promover o encontro de pessoas de diferentes credos, etnias e níveis sociais, realçando o que temos em comum: o desejo de viver em um mundo mais justo e humano.

O projeto é um laboratório de idéias cujo acompanhamento incorpora a intenção estratégica de apreender uma metodologia que possa ser replicada em outras situações e localidades.

Avaliação é positiva entre os que participam do projeto

O Escolas de Paz conta com uma alta taxa de aprovação dos alunos participantes do projeto. A grande maioria das notas dadas ao programa se situa entre 7 e 10 (82,3%), numa escala que vai de 0 a 10. E mais da metade das notas fica entre 9 e 10 (55,2%)⁹⁹.

Projeto Nova Baixada

A Baixada Fluminense é uma das regiões mais pobres da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, marcada pela violência e pela presença do crime organizado. Os municípios da Baixada abrigam uma população aproximada de 3,5 milhões de habitantes e são caracterizados pela ocupação desordenada do solo, o que acarreta perdas econômicas e demanda a execução de obras de drenagem e de infra-estrutura sanitária de grande vulto.

Por meio do Acordo para o Desenvolvimento das Relações Comunitárias para

99. Fonte: Avaliação Escolas de Paz, UNESCO, 2000.

Implantação das Atividades Sociais do Programa Nova Baixada, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, a UNESCO passa a coordenar essas atividades.

O objetivo é melhorar as condições de vida da população da Baixada Fluminense, por meio de atividades sociais que serão desenvolvidas em oito bairros selecionados – Chatuba e Mesquita, no município de Nova Iguaçu; Olavo Bilac e Centenário, em Duque de Caxias; Lote XV e Xavantes, em Belford Roxo; e Jardim MetrÓpole e Coelho da Rocha, em São João de Meriti.

Parceria com a Caixa Econômica Federal

O EscritÓrio Regional do Rio de Janeiro mantém parceria com a Caixa Econômica Federal tendo como objetivo maior o desenvolvimento de ações conjuntas para o desenvolvimento humano integral da sociedade brasileira, por meio da educação, a ciência e a cultura. Essa cooperação segue as seguintes linhas de ação:

- desenvolvimento local, com especial enfoque em juventude e questões de gênero;
- programas de revitalização, recuperação e preservação do patrimônio histórico, natural e cultural, bem como de educação patrimonial;
- apoio à gestão social;
- programa **Por uma Cultura de Paz**;
- cultura e desenvolvimento;
- educação para um futuro sustentável;
- preservação e educação ambiental.

Fala Galera

O projeto **Fala Galera** pretende incentivar respostas locais de combate à pobreza e à padronização cultural. Inicialmente previsto na Assistência Preparatória do projeto **Desenvolvimento de uma Cultura de Paz no Estado do Rio de Janeiro**, como um seminário internacional voltado para jovens sobre a Cultura de Paz, ganhou novos contornos e ampliou seu espectro de ação.

O projeto pauta-se por propostas e ações concretas para e com o jovem, sob a ótica da solução, do diálogo, da participação, da solidariedade e do futuro para essa geração e para a cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo imediato é valorizar o crescente protagonismo social realizado pelas organizações do chamado terceiro setor, ampliando espaços para maior articulação, visibilidade e sustentabilidade de experiências bem-sucedidas para a juventude.

Experimentando novas idéias, indicadores e práticas de excelência, o projeto pretende dar destaque a respostas locais e aos novos modelos de inclusão social desenvolvidas com sucesso, em grande parte, com a participação direta da juventude do Rio de Janeiro.

Organizações do terceiro setor parceiras do Fala Galera: Afro Reggae, Armazém de Idéias, CEASM – Maré, Cecip, Connaction, Criar Brasil, Criola, Eco, Excola, Fase, Geração Coopa-Roca, Grude, Jongo da Serrinha, Nós do Morro, Oca, PIM – Meninas da Calçada, Se Essa Rua Fosse Minha, Teatro de Anônimos, TV N'ATIVA, Viva Rio, Viva Rio – Balcão de Direitos.

DIVULGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Edições UNESCO

Em 1997, a UNESCO Brasil deu início a uma política editorial, em parceria com órgãos públicos e privados, com o objetivo de colocar os documentos de orientação da Organização ao alcance dos principais segmentos sociais brasileiros. Essa política tem possibilitado a publicação de textos fundamentais para a implementação dos compromissos aprovados pela Conferência Geral da UNESCO. Dela se originou um rico acervo (veja lista nos Anexos), que continuará a ser ampliado para disponibilizar à sociedade brasileira as reflexões e resultados de pesquisa realizados sob a responsabilidade da Organização.

Entre os títulos editados na primeira fase dessa política editorial, destacam-se os livros **Educação: um tesouro a descobrir**, relatório mundial da educação coordenado por Jacques Delors, que encerra um extraordinário acervo de idéias e reflexões para servir de suporte à educação do século XXI, e o **Relatório Mundial de Cultura e Desenvolvimento**, coordenado por Javier Perez de Cuéllar, editado sob o título **Nossa Diversidade Criadora**, que sintetiza um novo pensamento sobre a importância do diálogo ético entre as culturas e suas implicações para o desenvolvimento econômico e social.

A boa aceitação dos primeiros títulos estimulou a UNESCO a dinamizar a política editorial, com a edição de textos considerados relevantes para as políticas públicas. Entre os temas prioritários identificados, sobressaiu o resultado das pesquisas que vinham sendo feitas sobre **Juventude, Violência e Cidadania**. Em parceria com o Instituto Ayrton Senna, vários livros sobre o assunto foram produzidos, colocando à disposição dos formuladores e executores de políticas para juventude informações e recomendações de grande utilidade para a redução dos índices de violência.

Ainda dentro do tema, foram traduzidos e editados dois livros reunindo contribuições internacionais. O primeiro foi a **Criança e a Violência na Mídia**, organizado por Ulla Carlsson e Cecilia Von Feilitzen, e o segundo, **Inocência em Perigo**, que colocou em língua portuguesa os textos discutidos no **Encontro de Especialistas sobre Pedofilia na Internet**, realizado em Paris em janeiro de 1999, ambos reconhecidos como contribuições importantes para o setor.

Em 1998, foi lançada a *Coleção Cadernos UNESCO*, destinada a editar textos menores e socialmente relevantes. A coleção se estruturou nas séries *Educação, Ciência e Meio Ambiente, Cultura de Paz e Direitos Humanos e Cultura*.

A crescente participação e cooperação da UNESCO com entidades dos setores público e privado resultou na ampliação da demanda por edições nas várias áreas cobertas pelo mandato da Organização, o que fez crescer as parcerias e a quantidade de títulos editados. Merece destaque a parceria feita com a Caixa Econômica Federal para a produção do livro sobre o *Patrimônio Mundial no Brasil*, obra que apresenta a contribuição brasileira ao patrimônio natural e cultural da humanidade, lançado no final de 2000 em Brasília.

O acervo atual, além de incluir os principais documentos de orientação da UNESCO, contempla suas várias áreas de atuação, com nítida tendência de expansão.

Após quatro anos de experiência, a formulação de publicações da UNESCO Brasil se orienta por quatro linhas básicas de ação. A primeira dá continuidade ao lançamento de versões, traduzidas para o português, dos principais documentos da Organização que suscitem discussão sobre os grandes temas da UNESCO, como educação para todos, cultura de paz, preservação do patrimônio cultural etc. Nesse grupo estão documentos como a *Declaração Mundial de Educação para Todos*, a *Declaração de Hamburgo*, a *Recomendação de Seul*, os relatórios *Delors e Cuellar*, a *Declaração sobre Ciência e Usos do Conhecimento Científico* (Declaração de Budapeste) e *O Marco de Ação de Dakar*. A segunda frente engloba a elaboração de projetos próprios de relevância para o desenvolvimento social do país, com a publicação de resultados de estudos e pesquisas realizados pela Representação. Livros como *Mapa da Violência – Os Jovens do Brasil e Companheiras de Luta ou Coordenadoras de Panelas? – As Relações de Gênero nos Assentamentos Rurais*, resultaram dessa linha de ação. A terceira linha objetiva editar, nas diversas áreas, textos considerados relevantes para as políticas públicas; e a última delas concede apoio institucional a obras que representem contribuições qualificadas ao capital intelectual da Organização. Nessas 4 linhas editoriais, a UNESCO editou em 4 anos 132 títulos.

Tem sido adotada a estratégia de lançamento dos títulos concomitante a um seminário de debates sobre o tema, com a presença dos autores, especialistas, dirigentes de políticas públicas e imprensa. Isso favorece o alcance rápido ao usuário potencial dos resultados da reflexão ou pesquisa. Como bons exemplos dessa prática: alguns dos lançamentos dos livros na área de juventude, violência e cidadania chegaram a ser objeto de destaques significativos nos principais periódicos do país. Até deram origem a manchetes principais. O mesmo se pode dizer do lançamento do livro *Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro*, de Edgar Morin, feito com a presença do autor num simpósio sobre políticas sobre o ensino médio do Ministério da Educação, oportunidade em que fez a exposição das principais teses do livro para um auditório de mais de 500 pessoas.

As obras da UNESCO, publicadas em parceria ou não, estão presentes nos maiores centros urbanos do país, por intermédio de uma rede de distribuidores. Contam assim com distribuição nacional e são enviadas às principais bibliotecas públicas.

A UNESCO tem aproveitado eventos de expressão nacional para montar estandes, bem como se fazer presente em algumas feiras e exposições de livros, de âmbito nacional

e internacional. As publicações ganham visibilidade nas maiores feiras de livros do país, como as de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Os estandes da UNESCO nesses eventos recebem as visitas de milhares de pessoas.

Além disso, os livros produzidos no sistema de co-edições estão aos poucos chegando aos países vizinhos e até mesmo aos demais países de língua portuguesa.

A UNESCO e a Mídia

Liberdade, Democracia e Desenvolvimento Humano

Promover a liberdade de expressão e o livre fluxo da informação é uma das missões da UNESCO. Isso está estreitamente ligado à defesa dos direitos humanos e da democracia.

A Representação brasileira busca favorecer a comunicação de ações e atividades que a Organização considera relevantes para o desenvolvimento dos países e a construção de sociedades democráticas.

Uma vez livre e atuante, a imprensa é importante instrumento de mobilização social. Se a publicidade e a propaganda são capazes de mobilizar por meio da linguagem fática e persuasiva, a imprensa tem o poder de também conscientizar, por meio da denúncia, da análise, da reflexão, da exposição dos fatos.

A UNESCO acredita no potencial da imprensa de gerar mobilização e investe maciçamente nessa capacidade por intermédio de um relacionamento sistemático com os diversos setores da mídia brasileira. A disseminação de idéias, opiniões, ações, atividades e dados é uma forma pró-ativa de contribuir para o debate público em torno de questões essenciais para a democracia e para o desenvolvimento social.

No campo da educação, por exemplo, a mídia brasileira tem dado constantes provas, nos últimos anos, de ter uma visão cada vez mais crítica e aguçada sobre os problemas brasileiros. As discussões têm permeado as informações. Assim permitem a constituição de uma via de mão dupla, pela qual a disseminação do conhecimento sobre ações e atividades na área educacional abre espaço para reflexões e debates sobre a educação em si.

A UNESCO procura estimular esse debate público. E encontra predisposição do governo e da sociedade brasileira para atacar questões cruciais como o analfabetismo, a repetência escolar e a permanência das crianças na escola, dentro do lema da Educação para todos ao longo de toda a vida, conforme preconizam os principais documentos e declarações internacionais da Organização sobre o tema.

A mesma atitude diante da imprensa se estende às demais áreas de mandato da UNESCO, isto é, cultura, ciência, meio ambiente, direitos humanos, juventude, comunicação, informação e informática. Em todos esses campos, é possível encontrar na mídia uma parceira para conjugar informação e reflexão, de forma a permitir aquela via de mão dupla, em que a primeira leve à segunda, e vice-versa.

É nesse espírito de estímulo à liberdade de expressão somada à presença de seus ideais nos produtos de comunicação que a UNESCO consolida seus marcos teóricos e filosóficos, os quais têm como princípio básico a construção e a manutenção da paz.

A mídia brasileira

O Brasil conta com uma gama muito variada de veículos de imprensa, tanto do ponto de vista do porte das empresas de comunicação quanto dos perfis. São seis jornais de abrangência nacional: Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil e Correio Braziliense. Há ainda dezenas de jornais locais, meia dúzia de redes nacionais de televisão (TV Globo, SBT, TV Bandeirantes, TV Record, Rede TV e TV Nacional), mais seis emissoras de rádio FM também nacionais (CBN, Transamérica, Joven Pan, Nacional e Antena 1). Somam-se a elas as três grandes revistas semanais de alcance nacional (Veja, IstoÉ, e Época), dezenas de canais de tevê a cabo, pequenos jornais e periódicos especializados.

Sensibilização de jornalistas

A UNESCO Brasil desenvolve atividades para trazer à mobilização profissionais de imprensa, como o oferecimento de cursos, a concessão de prêmios de reportagem e outras mais.

Workshops sobre Violência nas Escolas e Juventude e AIDS foram oferecidos a jornalistas de jornais nacionais com o objetivo de apresentar-lhes os mais recentes dados e perspectivas sobre a realidade dos jovens no Brasil.

O Prêmio UNESCO de Jornalismo pretende incentivar propostas de reportagens sobre iniciativas de sucesso na área de **juventude, violência e cidadania**. O vencedor recebe passagens aéreas e tem as despesas de viagem para a realização da reportagem pagas. A reportagem é publicada em seu jornal de origem e em outros veículos no exterior. A Agência de Notícias pelos Direitos da Infância (ANDI) é parceira da UNESCO nessa ação.

Também com a ANDI, além do Instituto Ayrton Senna e do Unicef, a UNESCO Brasil desenvolve uma série de outros projetos que envolvem a mídia e a juventude. A Pesquisa sobre os Jovens na Mídia Impressa é um levantamento quantitativo do espaço destinado à cobertura de assuntos ligados aos adolescentes nos jornais brasileiros. O Jornal Conversa Fiada é uma publicação trimestral voltada para os principais aspectos da realidade dos jovens. Na atividade de Apoio de Mídia, a UNESCO e a ANDI entram em contato com diretores de programas de tevê direcionados ao público jovem para contribuir com a elaboração de conteúdo para esses programas baseado nas pesquisas e nos conhecimentos adquiridos sobre a juventude no Brasil.

Os veículos de comunicação que demonstrarem perfil editorial e conduta condizente com os princípios da UNESCO para **juventude, violência e cidadania**, vão receber um selo de qualidade da Organização. A insígnia tende a se tornar referência na mídia brasileira e indicativo de credibilidade para os veículos contemplados.

Relacionamento com a mídia

Como resultado da relação próxima que a UNESCO Brasil busca cultivar com os jornalistas, a mídia brasileira vem cobrindo com frequência os relevantes para a Organização. Entrevistas, artigos do Diretor Geral e do Representante da UNESCO no Brasil, matéria sobre o trabalho da instituição, entre outros, são corriqueiros na mídia brasileira.

A política da Representação é deixar os jornalistas informados ao máximo quanto às atividades da UNESCO, o que se faz pelas mais variadas formas de contato, de modo sistemático e permanente, do **press release** à remessa de publicações ou ao convite a participarem de eventos. Isso sempre com o objetivo de abarcar o maior número possível de profissionais e veículos.

A palavra-chave dessa relação tem sido **confiança**. A UNESCO se tornou para os meios de comunicação brasileiros uma referência, excelente fonte de informação segura e confiável. Credibilidade sedimentada pelo caráter isento de interesses pessoais e políticos das informações fornecidas pela Representação.

Meios audiovisuais

Além do estreito relacionamento com a televisão, meio de comunicação com extraordinário poder de persuasão no Brasil, o que inclui a inserção dos ideais da UNESCO nos conteúdos de teledramaturgia e escolha de astros consagrados da tevê como artistas UNESCO, a Representação também tem oferecido apoio à produção de filmes afins aos programas da Organização. Dois exemplos são **Castro Alves – Retrato Falado do Poeta**, de Sílvia Tendler, documentário ficcional sobre Castro Alves, um dos maiores poetas brasileiros, ganhador do prêmio Margarida de Prata, conferido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; e **Na Rota dos Orixás**, documentário sobre as ligações culturais entre Brasil e África, de Renato Barbieri.

A Biblioteca e Centro de Documentação da UNESCO Brasil

A Biblioteca e Centro de Documentação da UNESCO Brasil têm o papel de organizar e administrar os serviços de informação e material bibliográfico editados pela UNESCO e pelas Nações Unidas, sobretudo no que se refere a documentos de cunhos teóricos e normativos, convenções e declarações, concentrando-se nas áreas em que a UNESCO atua no Brasil. Além disso, essa estrutura é depositária de material bibliográfico resultante dos projetos de cooperação técnica mantidos com o poder público, iniciativa privada, organismos internacionais e entidades da sociedade civil.

A biblioteca tem trabalhado para se tornar ponte de informação entre a UNESCO e o público em geral, oferecendo serviços de referência em pesquisas bibliográficas. Esses serviços se encontram disponíveis nos arquivos nacionais e internacionais da UNESCO em

meios eletrônicos informatizados, como Internet, bases de dados e outros. Foram criados recentemente e estão crescendo com sucesso, atendendo diferentes tipos de instituições como universidades, centros de pesquisas, ministérios e outros órgãos. Recentemente a biblioteca também se integrou ao sistema internacional de informação da UNESCO.

A política da Biblioteca da UNESCO é de manter-se atualizada com livros, documentos e periódicos da UNESCO, periódicos de outras instituições, vídeos e CDs, que contenham informações úteis ao processo de cooperação técnica e às pesquisas empreendidas pela UNESCO Brasil.

A coleção é processada em bancos de dados, por meio do software para bibliotecas da UNESCO Winsis e também através do software da Microsoft Access. Em breve, estarão à disposição como arquivos públicos para que todos possam consultar coleção da UNESCO diretamente de seus computadores.

UNESCO E OS DESAFIOS QUE PERSISTEM

O primeiro capítulo deste documento descreve os principais problemas que o Brasil enfrenta, entre eles, o maior de todos, o da pobreza e injustiça social. Os capítulos seguintes trazem exemplos de atuação da UNESCO como instituição parceira no esforço da sociedade e do poder público brasileiros para a obtenção de padrões de vida compatíveis com os ideais de uma moderna cidadania.

Como visto, o Brasil logrou atingir na última década progressos significativos. O ensino fundamental foi praticamente universalizado; a mortalidade infantil diminuiu; os meios de comunicação se ampliaram de forma considerável; a recuperação e a preservação do patrimônio histórico e natural foram aceleradas; e há uma nova consciência ambiental se fortalecendo no país.

A ciência brasileira atingiu patamares em alguns setores que a tornaram reconhecida internacionalmente. A cultura nacional tem conseguido se impor pela força de sua diversidade criadora, o que a credencia a um lugar de destaque no diálogo intercultural.

No plano da cidadania e dos direitos humanos, o progresso também tem sido significativo. Uma nova consciência, mais lúcida e mais crítica em relação à iniquidade e à injustiça social, está em pleno desenvolvimento. Assim, é crescente a capacidade de discernimento da população brasileira. Tanto a imprensa como a sociedade civil em geral estão mais atentas e vigilantes no que diz respeito ao direito de todas as pessoas a desfrutarem de uma vida digna pautada por princípios e valores de justiça e de equidade social.

Tantos progressos alcançados fazem acreditar que o Brasil se credencia a atingir, nos primeiros decênios do século que se inicia, patamares de cidadania que há alguns anos pareciam improváveis.

É certo que, nessa trajetória de lutas em prol da dignidade coletiva, muitos obstáculos ainda surgirão. A rigor, a história de lutas de uma conquista social é, quase sempre, assimétrica. O conservadorismo e o atraso ainda estão fortemente assentados em muitos setores da vida social. Todavia não faltam fatores de esperança.

A idéia, tão cara à UNESCO, de educação para todos, já se alastrou por todo o território brasileiro. E a força da educação é incontestável no combate ao atraso e para a redução das desigualdades sociais.

Porém, sem menosprezar tantos avanços e a criação de novas condições para enfrentar os problemas, inegavelmente são muitos os desafios que persistem. Alguns deles apresentam complexidade ainda maior dos que os já superados ou em processo de superação. Disso

decorre, cada vez mais, a necessidade de uma reorganização e redesenho de estratégias de forma a definir mecanismos e posturas políticas que sejam compatíveis com os desafios e estejam à altura da magnitude dos problemas que se sobrepõem.

No campo da **educação**, torna-se imperativo e urgente erradicar o analfabetismo, concluir a universalização do ensino fundamental e promover avanços decisivos em direção à universalização da educação infantil e do ensino médio. Também torna-se necessário adotar uma política para a educação superior que assegure, por um lado, a inserção do sistema universitário e de pesquisa no circuito dos avanços científicos e tecnológicos contemporâneos. E, por outro, criar condições para que um contingente significativo dos egressos do ensino médio, sobretudo os de menor renda, tenham acesso ao ensino superior.

Na área educacional, sobressai ainda o desafio de garantir, de acordo com as recomendações de Seul, formação profissional para todos. Essa necessidade adquire maior evidência social no contexto do desemprego estrutural, em que a qualificação e requalificação tornam-se prioritárias, sobretudo nos segmentos excluídos ou vulneráveis à exclusão.

No que se refere aos temas transversais, o desafio consiste em alcançar um tratamento sistematizado no projeto pedagógico das escolas de assuntos importantes para a cidadania contemporânea entre os quais se destacam o ensino da ética, dos direitos humanos, dos valores civilizatórios e da educação ambiental. Ênfase especial deverá ser dada à saúde física e mental do educando, sobretudo no que diz respeito a um combate permanente à AIDS, drogas e bebidas alcoólicas nas escolas, como também às diversas formas de violência que estão se ampliando no âmbito das ações educativas.

Em **ciência e tecnologia**, surge como um dos principais desafios a conquista da sustentabilidade. Isso requer a criação de um clima de natural envolvimento das instituições universitárias e de pesquisa na análise e na solução dos problemas sociais e econômicos do país. Também é necessário assegurar às universidades meios para que possam atingir padrões de alta qualidade em áreas vitais para o desenvolvimento. Sem falar na necessidade de popularizar o conhecimento científico e tecnológico. A sociedade deve conhecer e reconhecer a importância da ciência na luta pela elevação dos níveis de vida.

No setor da **cultura**, um dos maiores desafios consiste na reconstrução da identidade brasileira mediante a incorporação e internalização dos valores da cultura popular, de forma que, com isso, sejam construídas bases sólidas para uma efetiva emergência da diversidade criadora brasileira. Como diz Sérgio Paulo Rouanet torna-se necessário recuperar as identidades esquecidas. É necessário olhar para trás em busca daquelas identidades que desapareceram para formar a nossa. Precisamos assumir a identidade negra, a indígena, a portuguesa e a européia. Além disso, é importante ampliar e aprofundar a produção de conhecimentos sobre a história e a cultura brasileiras, além de incorporar esses conhecimentos nos currículos escolares. A política cultural brasileira precisa, também, cada vez mais considerar o plano civilizatório, ampliando e fortalecendo a integração com a América Latina.

Na área da cultura importa também fortalecer a indissociabilidade entre cultura e desenvolvimento. Como bem assinala o relatório sobre a diversidade criadora coordenado por Pérez de Cuéllar, muitos projetos de desenvolvimento fracassaram por não terem dado a

devida consideração aos fatores culturais. Projetos que visem à promoção do desenvolvimento humano precisam estar atentos a todas as matrizes e fatores que influenciam e dão sentido à vida das pessoas.

No campo dos **direitos humanos**, desponta como prioridade o combate à violência em todas as suas formas e manifestações. A segurança e a liberdade de todas as pessoas são condições imprescindíveis para que o país atinja padrões civilizatórios mais elevados. A cultura da paz precisa ser instaurada em todo o tecido social. Sob esse aspecto, a experiência que a UNESCO vem desenvolvendo em alguns estados e municípios, de abertura de escolas nos fins de semana com o objetivo, entre outros, de desenvolver uma cultura de paz na juventude, representa uma política que pode contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs mais solidários e capazes de acelerar a construção de cenários sociais orientados para a universalização da cidadania.

O desenvolvimento de uma cultura de paz entre as crianças e os jovens depende também do fortalecimento da educação em valores humanos. A formação integral da personalidade é indispensável para evitar que o jovem se torne vítima de opções negativas que conduzem freqüentemente à AIDS, às drogas e à violência. A escola e os educadores precisam cada vez mais estar preparados para enfrentar o atual processo de vitimização da juventude.

Quanto ao **meio ambiente**, o grande desafio reside na necessidade de uma mudança radical nos padrões de consumo da sociedade atual. A forma perdulária e insustentável com que a humanidade vem-se apropriando dos recursos naturais, renováveis e não-renováveis, ao longo da história, coloca-nos muito perto dos limites e da capacidade de suporte dos sistemas naturais.

O desafio, no Brasil inclusive, é migrar para uma nova economia, combater o desperdício e favorecer a reciclagem e a reutilização de insumos de origem natural. Além disso: investir em transporte coletivo e em novas formas de energia renovável; dar tratamento adequado aos resíduos em geral; recuperar a dinâmica e a funcionalidade dos ecossistemas muito impactados, naturais e urbanos; tratar o patrimônio ambiental como ativo econômico e social, capaz de gerar trabalho e renda.

A UNESCO se fará sempre presente no enfrentamento desses desafios, com a convicção de que eles podem ser vencidos mediante uma estratégia de trabalho em parceria com a sociedade e que conte com a mobilização desta. Em tal estratégia, o que importa, antes de tudo, é o bem coletivo.

A UNESCO não ignora a dificuldade e a complexidade que caracterizam os desafios traçados. Porém acredita que uma nova mentalidade portadora de valores de paz e cidadania está emergindo em todo o mundo e que essa mentalidade tem-se irradiado com grande velocidade, em razão, inclusive, da avanço dos meios de comunicação. Fortalecida por um lado pela crescente postura de respeito à pluralidade cultural e, por outro, pela convergência de valores que transcendem particularidades e definem a dimensão planetária da vida, ela está adquirindo forças e se credenciando publicamente para uma luta sem tréguas contra todas as formas de injustiça social.

A UNESCO por sua visão mais humana que economicista, e em razão da legitimidade coletiva do capital de conhecimentos e de experiências que acumulou ao longo de sua história,

poderá dar uma contribuição significativa ao esforço brasileiro de construção de uma democracia social que atinja todos os lares e todas as pessoas.

A polivalência da UNESCO, que decorre da própria complexidade e interdependência dos fenômenos e fatores que a cercam, contribui para que se observe a multidimensionalidade do desenvolvimento, o que constitui hoje condição necessária para evitar a visão compartimentada das políticas sociais.

ESPECIALISTAS DA UNESCO

Jorge Werthein

Diretor da UNESCO no Brasil

Sociólogo. Mestrado em Comunicação pela Universidade de Stanford. Mestrado em Educação pela Universidade de Stanford. Ph.D em Educação pela Universidade de Stanford. Especialista e Diretor de Relações Externas do IICA (1977-94).

Maria Dulce Almeida Borges

Coordenadora da Área de Educação

Professora. Mestrado de Ciências Físico-Químicas pela Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. Pós-mestrado em Educação, pela Universidade de Paris X. Especialista em Políticas de Formação de Professores.

José Roberto Alves Corrêa

Administrador do Escritório da UNESCO

Pós-graduado em Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos, Administração Financeira e Orçamentária e em Avaliação de Políticas Públicas. Superintendente de Gestão e de Planejamento do CNPq, Diretor e Presidente do Ibama e da Capes/MEC, Diretor do Programa Brasileiro de Reforma do Estado.

Julian Poole

Oficial de Finanças

Diplomado de MBA pela ESCP de Paris, bacharel em direito da Universidade de Paris e diplomado em perícia contábil pelo Estado francês. Diretor financeiro no Grupo Michelin (1980-1991), controlador de despesas na Sede UNESCO (1993-1999).

Marlova Jovchelovitch Noieto

Coordenadora de Desenvolvimento Social, Projetos Transdisciplinares e do Programa Cultura de Paz da UNESCO/Brasil

Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Curso em políticas de bem-estar social nos países escandinavos, IFSW/Suécia, 1988. Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (1994-1996). Oficial de Políticas públicas e direitos da criança e do adolescente do Unicef (1997-1999).

Célio da Cunha

Coordenador Editorial e de Publicações

Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília. Doutorado em Educação pela Unicamp. Foi Superintendente de Desenvolvimento Social e de Ciências Humanas e Sociais do CNPq e Diretor de Políticas Educacionais (MEC-SEF). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UnB.

Celso Salatino Schenkel

Coordenador da Área de Ciências

Engenheiro Florestal. Especialista em Planejamento do Desenvolvimento Regional pela ONU/Cepal (1983). Coordenador de Planejamento da Superintendência da Borracha (85/88). Diretor de Ecossistemas e Vice-Presidente do Ibama (90/91). Coordenador do Núcleo Ambiental do Depto. Nacional de Cooperativismo (91/93).

Jurema de Souza Machado

Coordenadora da Área de Cultura

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais; Consultora no Ministério da Cultura/Programa MONUMENTA de 1999 até 2001; Presidente do Iphan/MG (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) de 1995 até 1998; Assessora de Planejamento da Prefeitura de Ouro Preto, de 1993 a 1995.

Carlos Alberto dos Santos Vieira

Oficial de Programas

Especialização em Política Científica e Tecnológica (IPEA/UnB/MCT). Experiência profissional em planejamento macroeconômico e desenvolvimento social, urbano e regional em empresas privadas de consultoria e órgãos públicos. Subsecretário de Planejamento, Controle e Avaliação (Ministério da Ciência e Tecnologia). Secretário Adjunto de Formação Profissional (Ministério do Trabalho).

Bernardo Marcelo Brummer

Especialista na Área de Meio Ambiente

Engenheiro Agrônomo. Especialização em Administração e Planejamento dos Recursos Naturais pelo Cetrede - Ufpe. Especialização em Heveicultura pela FICAP. Mestre em Agronomia pela Esalq - USP. Extensionista, Especialista e Assessor da Sudhevea (1980-1990). Especialista e Assessor do Ibama (1990-1997).

Marilza Regattieri

Oficial de Projeto em Educação

Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa. Analista dos Planos Estaduais de Educação Profissional do Ministério da Educação (1998-99).

Ary Antonio Mergulhão Filho

Oficial de Projeto em Ciência

Professor. Administrador pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/Rio. Mestrado em Pesquisa Operacional pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA. Especialista em gestão.

Lúcia Maria Gonçalves de Resende

Oficial de Projeto em Educação

Especialização em Metodologia do Ensino Superior, Orientação Educacional e Educação Não-formal e Liderança Juvenil. Mestrado em Currículo e Metodologia do Ensino pela Universidade de Brasília. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Estadual de São Paulo. Professora da Universidade de Brasília.

Graciete Barros

Oficial de Projetos em Educação

Bacharel em Turismo. Pós-graduação em Ciências Políticas. Especialização em Processos de Integração da América Latina. Especialização em Elaboração e Monitoramento de Projetos Sociais. Especialização em Avaliação de desempenho de Programas e Projetos Governamentais. Especialização em Procedimentos e Operacionalização de Financiamentos externos (BID/BIRD).

Paulo Roberto Benite

Oficial de Projeto em Desenvolvimento Social

Nível Superior em CNI- Comércio e Negócios Internacionais- UNEB- BsB- Gerente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo - (78-86) - Diretor de Assistência e Previdência de Fundo de Pensão Privado (87-2000).

Alessandra Schneider

Oficial de Projeto em Educação

Especialista em Programas de Educação Infantil. Psicóloga. Especialização em Saúde Perinatal, Educação e Desenvolvimento do Bebê pela Universidade de Brasília. Aperfeiçoamento em Desenho e Gestão de Programas e Políticas Sociais pelo Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social.

Theremilza Cristina Santana Raposo

Oficial de Projeto em Educação

Psicóloga. Pós-graduada em educação sexual pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Especialista em Educação Sexual, Saúde Sexual e Reprodutiva. Dez anos de experiência na área de HIV/AIDS e na elaboração de programas de educação em saúde.

Gabriel Ferrato dos Santos

Coordenador do Programa REFORSUS

Economista, mestre em Administração de Empresas e doutor em Economia. Foi professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. É professor e pesquisador do Instituto de Economia da

Universidade Estadual de Campinas, tendo sido cedido ao Ministério da Saúde em julho de 1997 para coordenar o maior projeto de investimento na área de saúde - o REFORSUS.

Lorena Carvalho

Oficial de Projeto

Farmacêutica. Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa e Universidade de Maryland. Especialista em alimentos na prevenção de doenças crônicas degenerativas e química de alimentos.

Ana Lúcia Guimarães

Oficial de Informação Pública

Formada em Jornalismo pela Universidade de Brasília, com habilitação também em Audiovisual (Rádio-TV-Cinema). Trabalhou em emissora de rádio, em jornal e em televisão. Nos últimos sete anos dirigiu empresa própria de Assessoria de Comunicação.

Edson Fogaca

Programador Visual

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1986); Bolsista do Governo Português (1989), estagiou no Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (Ippar). Posteriormente atuou nas áreas de Design de Exposições, Design Gráfico e Publicidade.

Maria Luiza Monteiro Bueno e Silva

Bibliotecária

Bacharel em Biblioteconomia (1983) e Especialista em Administração e Organização de Bibliotecas pela Universidade de Brasília (1987). Trabalhou em bibliotecas de órgãos do governo, na coordenação de sistema de bibliotecas de centros culturais binacionais, em centro de informação do governo americano no Brasil e em bibliotecas escolares.

Matias Spektor

Assistente do Representante

Bacharel em Relações Internacionais. Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Atualmente exerce a função de Assistente do Representante da UNESCO no Brasil.

Roberta Martins

Advogada. Bacharel em Relações Internacionais. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília/Fesmpdft/University of Essex. Assessora da Secretaria de Direitos da Cidadania, Ministério da Justiça (1996).

Ações Descentralizadas da UNESCO

Rio de Janeiro

Marta Porto

Coordenadora

Formada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-graduada em Planejamento Estratégico e Sistemas de Informação pela mesma universidade. Mestrado em Ciência da Informação pela UFMG. Foi Diretora de Planejamento e Coordenação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte e membro-coordenadora do Conselho Municipal de Cultura.

Mary Garcia Castro

Coordenadora de Pesquisas

Socióloga. Mestrados em Planejamento Urbano-UFRJ; e em Sociologia da Cultura- UFBA; PhD em Sociologia pela Universidade da Florida. Pesquisadora associada do Centro de Estudos de Migrações Internacionais-Unicamp; professora aposentada UFBA; pesquisas nas áreas de gênero, migrações internacionais, estudos culturais e juventude.

Sandra Macedo

Consultora Especial para o Projeto Nova Baixada.

Socióloga. Diplôme d'Études Approfondies em Ciências Políticas pela Universidade Sorbonne Nouvelle. Pós-graduação em Ecologia Humana pela Faculdade de Medicina René Descartes. Trabalhou na França e no Brasil em diversos estudos de impacto socio-ambiental e como pesquisadora na área de avaliação de políticas públicas para a juventude (educação, capacitação profissional e prevenção ao uso de drogas).

Maria Cecilia Oswaldo Cruz

Assessora para a Área de Cultura e Desenvolvimento

Arqueóloga. Iniciou sua atividade profissional participando da elaboração e execução de diferentes projetos na área de cultura com passagens por instituições culturais públicas e privadas. Planejou e coordenou pesquisas nessa área.

Patrícia Lacerda

Assessora para a Área de Educação

Formada em Psicologia Social pela UFMG. Especialização em Relações de Trabalho pela FACE/MG. Mestrado em Educação Brasileira pela PUC / RIO. Planejou, pesquisou e coordenou projetos na área de educação em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Mara Bergamaschi

Assessora para a Área de Comunicação

Jornalista, formada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Iniciou sua atividade profissional atuando no projeto especial da Pró-Reitoria de Extensão "assessoria de imprensa do Festival de Inverno da UFMG" e como colaboradora de Revista IstoÉ. Repórter de política da Folha de São Paulo e do Jornal Estado de São Paulo. Consultora de imprensa e mídia no mercado de Brasília.

Bahia

Djalma Benedito Neves Ferreira

Coordenador

License és Histoire (Université Paris VII), Diplôme de Démographie Générale (Université Paris I), Diplôme d'Expert en Démographie (Université Paris I). Coordenador Local do BID (1994/99), Coordenador de Políticas Sociais (Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (1999/2000).

José Pedro Garcia Castro

Técnico em Comunicação

Graduado em Comunicação Social e Habilitação em Jornalismo Impresso na Faculdade da Cidade, RJ, Aluno Especial do Curso de Mestrado em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação da UFBA. Assessor de Comunicação Social na Câmara dos Deputados, Brasília-DF e Assembléia Legislativa do Estado da Bahia (1994/1996), Assessor de Comunicação da Prefeitura de Porto Seguro (1997/1998), Chefe de Reportagem do Jornal O Diário, em Porto Seguro-BA (1998/1999).

Mato Grosso

Ana Maria de Oliveira Lopes

Coordenadora

Pedagoga. Graduada pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Experiência profissional: chefe de gabinete da Secretaria de Educação, coordenadora do projeto terra - uma educação para criança no campo, participante do processo de consulta da Carta da Terra, vice-presidente do Instituto Creatio. Integrante da equipe das obras: A educação em Cuiabá - informações básicas e A Realidade do Ensino em Cuiabá - subsídios para o plano diretor do ensino em Cuiabá.

Jerônimo Luis Barbosa Urei

Oficial Administrativo e Financeiro

Acadêmico em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Rondon.

Experiências anteriores: assessor do Escritório do Senador Antero Paes de Barros, assessor do então presidente do Instituto Creatio Sr. Carlos Maldonado, coordenador da Equipe de Tradutores do Conferência Continental das Américas "Cartda Terra".

Aldenice Bernardes Garcia

Oficial de Projetos

Bióloga. Mestre em Gestão Pública do Turismo: Sustentabilidade e Competitividade pela Universidade Interacional de Anadalúcia - Sede Iberoamericana de Santa María de la Rábida - Espanha. Consultora técnica junto à Unidade de preparação de Projetos da Assessoria de Projetos Especiais da Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - FEMA/MT, na elaboração do Programa Pantanal (1996-1998).

Larissa Silva Freire Spinelli

Oficial de Projetos

Pedagoga. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior. Professora universitária. Oficial de projetos do Escritório Regional da UNESCO - MT.

Daniela Lepinsk Romio

Assessora para a Área de Comunicação

Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Pernambuco

Julio Jacobo Waiselfisz.

Coordenador

Mestre em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires. Cargos anteriores: Professor Titular de diversas Universidades Latino-americanas. Especialista em Educação do Instituto Latinoamericano de Cooperação para a Agricultura. Consultor de Organismos Internacionais (PNUD, OEA).

Sergio Murilo Junior.

Coordenador do Programa Cultura de Paz em Pernambuco.

Advogado. Presidente da Juventude Latino-americana pela Democracia. Fundador do Comitê Nacional de Víctimas da Violência. Membro da Comissão de Juventude do Parlamento Latinoamericano. Assessor Parlamentar do Dep. Franco Montoro; Assessor do Ministro da Saúde.

Cristhiane Cordeiro Cruz

Técnica em Comunicação

Jornalista, formada pela Universidade Católica de Pernambuco. Foi repórter de Economia do Jornal do Commercio; participou da elaboração do projeto da série "Teatro - Paixão e Técnica", para a Fundação Roberto Marinho; foi produtora de reportagem da TV Globo e assessora de Imprensa da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado de Pernambuco.

Rio Grande do Norte

Marcos Guerra

Coordenador

Mestrado em Direito Internacional Público pela Universidade de Paris V. Foi Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte (1991-94); presidiu o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (1994); ativa participação na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos.

São Paulo

Mariana Brasiliense Fusco Varella

Encarregada dos Assuntos UNESCO em São Paulo

Cientista Social. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Membro do grupo de estudos de Relações Internacionais da Faculdade Tancredo Neves. Trabalhou como colaboradora da revista Carta Capital (1 semestre de 2000). Atualmente prepara projeto de mestrado sobre América Latina e Direitos Humanos, na área de Política Internacional.

ANEXO I

EDIÇÕES UNESCO BRASIL 1997 - ago. 2001

Classificação por Categorias, áreas de atividades e ordem cronológica decrescente
(Maiores informações, consulte www.UNESCO.org.br)

EDIÇÕES DIRETAS OU CO-EDIÇÕES:

EDUCAÇÃO:

O jovem lendo o mundo: espaço aberto ao diálogo da infância e juventude.
UNESCO, 2001

As novas tendências mundiais e as mudanças curriculares na educação secundária latino-americana na década de 90.

(Cadernos UNESCO Brasil. Série educação; 8).

Cecilia Braslavky.

Tradução para o português de José Fonseca Ferreira Neto.

UNESCO, 2001

Dos valores proclamados aos valores vividos: traduzindo em atos os princípios das Nações Unidas e da UNESCO para projetos escolares e políticas educacionais.
(Cadernos UNESCO Brasil. Série educação; 7).

Candido Alberto Gomes.

UNESCO, Rio de Janeiro State Government, 2001.

Políticas de educação: idéias e ações. (Cadernos UNESCO Brasil. Série educação; 6).

Jorge Werthein e Célio da Cunha.

UNESCO, 2001.

Escolas de paz.

Miriam Abramovay et alii.

UNESCO, Banco Mundial, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

Abrindo espaços: educação e cultura para a paz.

Marlova Jovchelovitch Noletto, coord. et alii

Tradução para o inglês de Romes de Souza Ramos.

UNESCO, 2001.

Declaração de Cochabamba.

Educação para todos: cumprindo nossos compromissos coletivos.

UNESCO, 2001.

Educação para todos: o compromisso de Dakar. Fórum Mundial de Educação,

Dakar, 26-28 abril, 2000.

Tradução para o português de Lólio Lourenço de Oliveira.

UNESCO, Consed, Ação Educativa, Fundação Ford, 2001.

Alfabetização: construir o futuro. (Educação do trabalhador; 2)

Daniel Wagner.

Tradução para o português de Lólio Lourenço de Oliveira.

UNESCO, SESI, CNI, 2000.

Formação de recursos humanos para a gestão educativa na América Latina.

(Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação; 4).

UNESCO, 2000.

Fundamentos da nova educação.

(Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação; 5)

Jorge Werthein e Célio da Cunha.

UNESCO, 2000.

Os Sete saberes necessários à educação do futuro.

Edgar Morin. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya

UNESCO, Cortez, 2000.

Recomendações de Seul.

Segundo Congresso Internacional sobre Educação Técnico-Profissional.

Relatório Final. Seul, República da Coreia, 26-30 de abril, 1999.

Tradução de Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel e Manuela Maria Corrêa Frazão.

UNESCO, 2000.

Rendimento da aprendizagem: construção de competências.

Vinayagum Chinapah.

Tradução de Francisca Aguiar.

UNESCO, Fundação Carlos Chagas, Ed. Autores Associados, 2000.

Educação e transdisciplinaridade.

Basarab Nicolescu et alii.

UNESCO, USP, Escola do Futuro, CESP, 2000.

Dirigentes municipais de educação: um perfil.

UNESCO, Undime, Fundação Ford, 2000.

Cidadania e educação: rumo a uma prática significativa.

Luis Abdala-Bertrand, org.

UNESCO, Papyrus, 1999.

Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro.

Confintea.

UNESCO, SESI, 1999.

Educação para um futuro sustentável.

UNESCO, Edições IBAMA, 1999.

Educação, trabalho e desemprego. (Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação; 3).

Jorge R. Werthein.

UNESCO, 1999.

Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior.

UNESCO, MEC/SESu, Garamond, 1999.

Tendências da educação superior para o século XXI.

Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. Anais. Paris, 5-9 out. 1998.

Tradução de Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves.

UNESCO, CRUB, Capes, 1999.

Bolsa-escola: melhoria educacional e redução da pobreza.

Julio Jacobo Waiselfisz, Miriam Abramovay e Carla Andrade.

UNESCO, Unicef, Polis, 1998.

Educação: um tesouro a descobrir.

Jacques Delors, org. et alii.

Tradução de José Carlos Eufrazio

UNESCO, Cortez, 1998.

O ensino superior no Mercosul.

Jacques Veloso et alii.

UNESCO, MEC/SESu, Garamond, 1998.

Novos rumos do ensino médio: Brasil em perspectiva.

(Cadernos UNESCO Brasil. Série educação; 1).

Candido Alberto Gomes.

UNESCO, 1998.

Quanto custa a expansão do ensino médio?

(Cadernos UNESCO Brasil. Série educação; 2).

Candido A. Gomes.

UNESCO, 1998 .

Informática para a educação básica: um currículo para escolas.

T. van Weert, coord.

Tradução de Luiz Aristides Rios.

UNESCO/MEC, 1997.

Paulo Freire: uma biobibliografia.

Moacir Gadotti, org.

UNESCO, Instituto Paulo Freire, Cortez, 1997.

CULTURA:**As dimensões culturais da transformação global:** uma abordagem antropológica.

Lourdes Arizpe, org.

UNESCO, 2001 .

Patrimônio mundial no Brasil.

UNESCO, Caixa Econômica Federal, 2000.

Las industrias culturales en los acuerdos de integración regional: el caso del Nafta, la EU y el Mercosur.

Hernan Galperin.

UNESCO, 1998.

Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento.

Javier Pérez de Cuéllar, coord.

Tradução de Alessandro Warley Candéas.

UNESCO, Papyrus, 1997.

CIÊNCIA E MEIO AMBIENTE:

A ética do uso da água doce: um levantamento.

Lord Selbourne.

Tradução de Sérgio Guarish Bath.

UNESCO, 2001.

Gestão da água no Brasil: uma primeira avaliação da situação atual e das perspectivas para 2025.

Carlos E. M. Tucci, Ivanildo Hespanhol e Oscar de M. Cordeiro Netto.

UNESCO, 2001.

Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século.

Bursztyn, Marcel et al.

UNESCO, Cortez, CDS-UnB, 2001.

Vegetação no Distrito Federal: tempo e espaço.

UNESCO, MAB, Reserva da Biosfera no Cerrado, 2001.

Ciência para o século XXI: uma visão e uma base de ação. Declaração da Conferência Mundial sobre Ciência e o uso do conhecimento científico. Agenda científica - base de ação.

Budapeste e Santo Domingo, 1999.

UNESCO, Abipti, Fucapi, 2000.

O ecomercado de trabalho na reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo.

(Cadernos da UNESCO. Série meio ambiente e desenvolvimento; 1).

UNESCO, 2000.

Desertificação

Celso Schenkel e Heitor Matallo Jr., org.

UNESCO, 1999.

Ciência e poder

Federico Mayor e Augusto Forti, org.

Tradução de Roberto Leal Ferreira.

UNESCO, Papyrus, 1998.

COMUNICAÇÃO:

A criança e a mídia: imagem, educação e participação.

Cecilia von Feilitzen e Ulla Carlsson.

UNESCO, Cortez, 2001.

A criança e a violência na mídia.

Carlson, U. & Feilitzen, C., org.
Tradução de Maria Elizabeth Santo Matar.
UNESCO, Cortez, 1999.

Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet.

Tradução de Cibele de Souza e Silva e Cláudia Bernadete Krin.
UNESCO, Abranet, Garamond, 1999.

Percepção dos jovens sobre a violência nos meios de comunicação de massa.

(Cadernos UNESCO Brasil. Série Direitos Humanos; 1) .
Jo Groebel.
UNESCO, 1998.

CIÊNCIAS SOCIAIS / DESENVOLVIMENTO SOCIAL:**Cultivando vida, desarmando violências:** experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza.

Mary Castro et alii.
UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

UNESCO Brasil: novos marcos de ação. (versões em inglês e português).

UNESCO, 2001.

Companheiras de luta ou coordenadoras de painéis?: as relações de gênero nos assentamentos rurais.

Maria das Graças Rua and Miriam Abramovay.
UNESCO, 2000.

América Latina: uma região de risco-pobreza, desigualdade e institucionalidade social.

(Cadernos UNESCO Brasil. Série desenvolvimento social; 1)
Bernardo Kliksberg.
Tradução de Norma Guimarães Azeredo.
UNESCO, 2000.

Mapa da violência II: os jovens do Brasil.

Julio Jacobo Waiselfisz.
UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000.

Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche.

M. Filomena Gregori e C.A. Silva.
UNESCO, Inst. Ayrton Senna, Ed. Contexto, 2000.

Desigualdade na América Latina: o debate adiado.

Bernardo Kliksberg. Tradução de Sandra Trabuco Valenzuela.
UNESCO, Cortez, 2000.

Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base.

Miriam Abramovay e Mary Castro.
UNESCO, Cepia, 1999.

Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro

Maria Cecília de Souza Minayo et al.

UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Fundação Ford, Fiocruz, Garamond, 1999.

Gangues, galeras, chegados e rappers (versões em inglês e português).

Miriam Abramovay et alii.

Tradução para o inglês de Cláudia Kern.

UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Setur-DF, Garamond, 1999.

Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania.

Ana Luisa F. Salla et alii.

UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Governo do Paraná/Secretaria de Educação, 1999.

Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza.

César Barreira, coord.

UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Unicef, Fnuap, 1999.

Juventude e agricultura familiar: desafios de novos padrões sucessórios.

Ricardo Abramovay, coord.

UNESCO, FAO, Epagri, Incra, 1999.

UNESCO Brasil. (versões em português e inglês).

UNESCO, 1999.

Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília.

Julio Jacobo Waiselfisz.

UNESCO, UNDP, Undcp, Unicef, Fnuap, Correio Brasiliense, Ministério da Justiça,
Secretaria de Educação do Distrito Federal, Cortez, 1998.

Mapa da violência: os jovens do Brasil.

Julio Jacobo Waiselfisz.

UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998.

Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos.

Bernardo Kliksberg. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva.

UNESCO, Cortez, 1998.

UNESCO Brasil.

UNESCO, 1998.

Gênero e meio ambiente.

Mary Castro e Miriam Abramovay.

UNESCO, Unicef, Cortez, 1997.

Governar a globalização: a política de inclusão, a mudança de responsabilidade compartilhada. Relatório sobre os princípios democráticos e a governabilidade.

Brasília, Nações Unidas, 1997.

DIREITOS HUMANOS:

Declaração universal do genoma humano e os direitos humanos.

Tradução de Regina Coeli.

UNESCO, 2001.

Passaporte para a igualdade. 2.ed.

UNESCO, 2001.

Reflexões sobre a tolerância.

Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya.

UNESCO, Min. Justiça, Garamond, 1999.

Direito a assistência humanitária.

Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya.

UNESCO, Min. Justiça, Garamond, 1998.

Declaração de princípios sobre a tolerância.

Tradução de Unidade de Tolerância da Universidade de São Paulo.

2.ed., UNESCO, 1998.

AIDS:

Avaliação das ações de prevenção de DST/AIDS e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras.

(Versões em português e inglês).

Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay.
UNESCO, Ministério da Saúde, Unaid, Undcp, 2001.

Manual para legisladores sobre VIH/SIDA, leyes y derechos humanos.

Tradução de Andrew Miccoles e Miles Forrest.
UNESCO, 2001.

Compêndio para legisladores sobre HIV/AIDS, legislação e direitos humanos.

Tradução de Célia Leal da Costa Genovez.
UNESCO, Unaid, Inter-Parliamentary Union, 2000.

APOIO INSTITUCIONAL:

EDUCAÇÃO:

Módulo integrado VI: elementos do processo de pesquisa.

Módulo I: a pesquisa e o pensar autônomo.

Bernardo Kipnis and Walter Omar Kohan.

SESI, CNI, UnB, UNESCO, 2001.

Módulo integrado VI: elementos do processo de pesquisa.

Módulo II: a elaboração do projeto e a redação da monografia.

Bernardo Kipnis e Walter Omar Kohan.

SESI, CNI, UnB, UNESCO, 2001.

Módulo integrado I: Fundamentos de educação de jovens e adultos.

Módulo I, contextualização da educação de jovens e adultos.

Cláudia Lemos Vóvio, Mayra Pátricia Moura e Vera Masagão Ribeiro.

SESI, CNI, UnB, UNESCO, 2001.

Módulo integrado II: fundamentos da educação a distância. Módulo I, abordagens técnico-históricas em educação a distância.

Maria de Fátima Guerra de Sousa e Ivônio Barros Nunes.

SESI, CNI, UnB, UNESCO, 2001.

Módulo integrado III: meios e materiais para educação a distância. Módulo II, a informática como meio para educação a distância.

Gilberto Lacerda Santos.

SESI, CNI, UnB, UNESCO, 2001.

Módulo integrado IV: organização do trabalho pedagógico na educação de jovens e adultos. Módulo I: concepções de ensinar e aprender.

Jane Paiva e Inês Barbosa de Oliveira.

UNESCO, SESI, CNI, UnB, 2001.

Módulo integrado IV: organização do trabalho pedagógico na educação de jovens e adultos.

Módulo II: jovens e adultos em processos de aprender, organizando projetos de trabalho.

Jane Paiva e Inês Barbosa de Oliveira.

SESI, CNI, UnB, UNESCO, 2001.

Módulo integrado V: gestão de organizações de aprendizagem.

Módulo I: a gestão contemporânea.

Eda Castro Lucas de Sousa.

SESI, CNI, UnB, UNESCO, 2001.

Módulo integrado V: gestão de organizações de aprendizagem.

Módulo II: o projeto pedagógico e o processo de gestão.

Eda Castro Lucas de Sousa.

UNESCO, SESI, CNI, UnB, 2001.

V Congresso nacional de arte-educação na escola para todos.

VI Festival Nacional de Artes sem Fronteiras. Brasília, 6-9 nov. 2000.

MEC, Caixa Econômica, GDF, Funarte, UNESCO, 2000.

O Ensino médio no Brasil: ou a história do patinho feio recontada.

Candido Alberto Gomes.

Universa Ed., Universidade Católica de Brasília, UNESCO, 2000.

Educação e cidadania.

Pref. Mun. De Cubatão, UNESCO, 2000.

A nova LDB: uma lei de esperança.

C. A. Gomes, org.

Universidade Católica de Brasília, Ed. Universa, UNESCO, 1999.

Por uma educação básica do campo.

Incra, CNBB, UnB, Pronera, Unicef, UNESCO, 1999.

Criança querida: o dia-a-dia das creches e jardim-de-infância.

Renate Keller Ignácio.

Associação Comunitária Monte Azul, UNESCO, 1998.

Formas alternativas de organização dos conteúdos e processos de ensino na formação profissional: pesquisa.

CNI, Senai, CIET, UNESCO, 1998.

Prêmio educação para a qualidade do trabalho: experiências premiadas, 1997.

MEC, UNESCO, 1998.

Seminário internacional de políticas públicas do ensino médio.

Coletânea.

São Paulo, 29-30 ago. 1996.

Consed, MEC, Sec.da Educ. de São Paulo, UNESCO, 1998.

Tendências do mercado de trabalho e educação: questões para debate.

CIET, UNESCO, 1998.

Conceitos para se fazer educação ambiental.

(Cadernos de educação ambiental).

Sec. Meio Ambiente de São Paulo/UNESCO, 1997.

Direito educacional e educação no século XXI.

Elias de Oliveira Motta.

UNA, UNESCO, 1997.

Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o primeiro segmento do ensino fundamental.

Vera Maria Mazagão Ribeiro, coord.

UNESCO, Ação Educativa, MEC, 1997.

CULTURA:

Falando em tradição e folclore: conhecimentos básicos da cultura e tradições do Rio Grande do Sul.

Odalgil Nogueira de Camargo.

Ed. Gráfica Pe. Berthier, CIOFF, UNESCO, 2000.

O gaúcho quem é...

Pedro Ari Veríssimo da Fonseca.

CIOFF, UNESCO, 2000.

Restauração do forro da nave do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Congonhas, MG.

Iphan, Congonhas Prefeitura, Construtora Biapo, UNESCO, 1999.

Arte sem fronteiras.

UNESCO, 1998.

CIÊNCIAS SOCIAIS / DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

A justiça social: uma visão judaica.

Bernardo Kliksberg.

Maayanot, UNESCO, 2001.

Desenhos familiares: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua.

Fundação BankBoston, UNESCO, 2000.

Informações sem mitos.

Fundação BankBoston, UNESCO, 2000.

Juventude: um grito de esperança, o perfil do jovem palmense, 1999.

Ulbra, Sec. Da Juventude, Prefeitura de Palmas, UNESCO, 1999.

Cenários de reestruturação da indústria brasileira.

CIET, Senai, CNI, UNESCO 1998.

Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. v.1 e 2.

CNPD, DST/AIDS, Unfpa, UNESCO, 1998.

DIREITOS HUMANOS:

Por uma cultura de paz e não-violência nas escolas.

Marisa Serrano.

Câmara dos Deputados, UNESCO, 2000.

Direitos mais humanos

C. Alencar.

Garamond, UNESCO, 1998.

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EDUCAÇÃO:

Livro de história: parque indígena do Xingu. v.1.

MEC, UNESCO, 1998.

TV da escola: avaliação nacional do programa TV Escola.

MEC, UNESCO, 1998.

Aprendendo português nas escolas da floresta.

MEC, CPI-AC, UNESCO, 1997.

Caderno de alfabetização. (Educação indígena).

MEC, CPI-AC, UNESCO, 1997.

Conferência regional preparatória para a V Conferência Internacional sobre educação de adultos.

Hamburgo. jul. 1997.

MEC, UNESCO, 1997.

Educação especial: a educação dos surdos (serie atualidades pedagógicas; 4. v.2).

MEC, UNESCO, 1997.

Educação especial: deficiência auditiva (serie atualidades pedagógicas; 4. v.1).

MEC, UNESCO, 1997.

Educação especial: deficiência mental (serie atualidades pedagógicas; 3).

MEC, UNESCO, 1997.

Educação especial: língua brasileira de sinais (serie atualidades pedagógicas; 4. v.3).

MEC, UNESCO, 1997.

Histórias de Kanamari: escritas no 2º Curso de formação de educadores na aldeia...

MEC, UNESCO, 1997.

Necessidades especiais na sala de aula (Série atualidades pedagógicas; 2).

MEC, UNESCO, 1997.

Seminário internacional de avaliação educacional.

Anais. Rio de Janeiro, 1-3 dez. 1997.

MEC, INEP, UNESCO, 1997.

Tempo passa e a história fica: Índios Xacriaba.

MEC, UNESCO, 1997.

CULTURA:

Kalunga: povo da terra.

M. de N. Baiocchi.

Min. Justiça, UNESCO, 1999.

Arquitetura luso-brasileira no Maranhão.

Min. da Cultura, UNESCO, 1998.

Povo Pataxó e sua história.

MEC/SEE, UNESCO, 1997.

CIÊNCIA:

Conversando sobre a nossa saúde: manual de saúde para os povos indígenas.

Min. Saúde, UNESCO, 1999.

Livro Xacriaba de plantas medicinais.

MEC, SEE, UNESCO, 1997.

CIÊNCIAS SOCIAIS / DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Estratégias inovadoras de parceria no combate à exclusão social:

avaliação, diálogo e perspectivas.

Comunidade Solidária, UNESCO, PNUD, 2000.

Traçando caminhos numa sociedade violenta

Simone G. Assis.

Min. Justiça, UNESCO, 1999.

Traçando caminhos numa sociedade violenta: sumário.

Min. Justiça, UNESCO, 1999.

Atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Min. Justiça / DCA, UNESCO, 1998.

Políticas públicas e estratégias de atendimento socioeducativo ao

adolescente em conflito com a lei. (Coleção garantia de direito, série subsídios; 2).

Min. Justiça, UNESCO, 1998.

Temas jurídicos do terceiro setor: revisão comparativa.

Anna Cynthia Oliveira.

Comunidade Solidária, UNESCO, 1998.

Coisa tudo na língua Krenak: conne panda rithioc Krenak.

MEC, UNESCO, 1997.

COMUNICAÇÃO:

Jovens na mídia: o desafio da AIDS. Pesquisa ANDI/IAS/UNESCO.

ANDI, Instituto Ayrton Senna, UNESCO, 1999.

DIREITOS HUMANOS:

Brasil, gênero e raça: todos unidos pela igualdade de oportunidades.

M. Justiça, M. Trabalho, OIT, UNESCO, 1998.

Direitos humanos no cotidiano.

Min. Justiça, UNESCO, 1997.

Sipia: manual do usuário.

Min. Justiça, SND, UNESCO, 1997.

AIDS:

Controle do HIV/AIDS: a experiência brasileira, 1994-1998.

Min. Saúde, UNESCO, 1999.

Cuidando da minha criança com AIDS.

RNDH, UNESCO, 1999.

EDUC. AIDS. Terceiro Encontro Nacional de Educação na Prevenção da AIDS.

São Paulo, 14-16 jun. 1999.

APTA, Unicef, Ministério da Saúde, Pedst/AIDS, UNESCO, 1999.

Anexo II - Cátedras Da UNESCO No Brasil

BRASÍLIA, DF

Universidade de Brasília:

Cátedra: "educação a distância"

GOIÁS

Universidade Católica de Goiás:

Cátedra: "Ciências da Educação para a Formação de Docentes de Ensino Básico e Pesquisa Educacional"

MATO GROSSO

Universidade Federal de Mato Grosso:

Cátedra: "Ciências da Educação", com ênfase em educação a distância

MINAS GERAIS

Universidade Federal de Minas Gerais:

Cátedra: "Formação de Professores por meio da educação a distância"

PARÁ

Universidade Federal do Pará:

Cátedra: "Ecologia, Desenvolvimento Ambiental e Ecologia"

PARANÁ

Universidade Federal do Paraná:

"Cátedra UNESCO-AUGM de Cultura de Paz"
Cátedra: "Desenvolvimento Sustentável"

RIO DE JANEIRO

ORDECC Colégio do Brasil:

Cátedra: "Cidade e Meio Ambiente"

Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Cátedra: "Desenvolvimento Sustentável"
Cátedra: "A Biologia da Forma e do Desenvolvimento"

Colégio do Brasil:

Cátedra: "Economia Global e Desenvolvimento Sustentável"

Universidade Castelo Branco:

Cátedra: "educação a distância"

RIO GRANDE DO SUL

Universidade Luterana do Brasil (Ulbra):

Cátedra: "Ciência e Tecnologia de Alimentos"

SANTA CATARINA

Universidade Federal de Santa Catarina:

Cátedra: "Engenharia Química"

SÃO PAULO

Universidade de São Paulo:

**Cátedra: "Educação para a Paz, Direitos Humanos,
Democracia e Tolerância"**

Universidade Metodista de São Paulo

Cátedra: "Comunicação para o Desenvolvimento Regional"

Universidade Metodista de Piracicaba

**Cátedra: "Arquitetura de Terra, Culturas Construtivas e
Desenvolvimento Sustentável"**

TOCANTINS

Universidade Federal de Tocantins:

**Cátedra: "Estudos Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável
das Zonas de Transição Brasileiras"**

Anexo III

Escolas Associadas

BAHIA

Ilhéus: Instituto Nossa Senhora da Piedade

Jequié: Campus de Educação Integrada

Vitória da Conquista: Colégio Poli. de Vitória da Conquista

BRASÍLIA, DF

CAIC UNESCO – São Sebastião, Escola Casa do Sol, Escola Classe 14 do Gama, Escola Classe 409 Norte – Assoc. de Pais e Mestres da E.C. 409 Norte, Escola das Nações, Instituto de Educação Guinness

ESPÍRITO SANTO

São Mateus: EPPSG Alternativa "Lago dos Cisnes"

Vila Velha: Colégio Ateneu do Espírito Santo

Vitória: Centro Educacional Leonardo Da Vinci, Escola Crescer, Escola Juscelino Kubitschek de Oliveira

GOIÁS

Anápolis: Escola Municipal "Deputado José de Assis"

Goiânia: Colégio Lyceu de Goiânia, Escola Municipal Antônio Fidélis, Escola Municipal Nadal Sfredo, Escola Municipal Professora Deushaydes Rodrigues de Oliveira, Escola Municipal Professora Marília Carneiro Azevedo Dias,

Itaberaí: Colégio Estadual Honestino M. Guimarães, Educandário Evangélico "Durval Rosa Pires", Escola Estadual Benedito Pinheiro, Escola Estadual Maria Olinta de Almeida, Escola Estadual São Benedito

Silvania: Escola Municipal Manoel Caetano do Nascimento

MARANHÃO

São Luis: Centro Educacional Montessoriano Reino Infantil, Colégio Literato, Colégio Santa Tereza, Instituto Educacional Mater Dei.

São Bernardo: Colégio Atual

MINAS GERAIS

Araguari: Colégio Anglo de Araguari

Belo Horizonte: Grupo Pitágoras

Minas Novas: Esc. Estadual Dr. Agostinho da Silva Silveira, Escola Estadual Presidente Costa e Silva

Ouro Preto: Escola Estadual Dom Velloso

Pampulha: Colégio Santa Marcelina

Patos de Minas: Esc. Estadual "Abílio Caixeta de Queiroz"

Raul Soares: Centro de Educação "Cidadãos do Futuro"

Uberlândia: Escola Estadual Prof. José Ignácio de Sousa

Viçosa: Centro Educacional Gênese

PARÁ

Belém: Centro de Serviços Educacionais do Pará – CESEP, CESEP/Maguari – Centro de Estudos Reino Encantado

PARANÁ

Curitiba: Colégio Bastos Maia, Colégio Nossa Senhora de Sion, Colégio OPET, Organização Educacional Expoente S/C Ltda., Sociedade Educacional Positivo

Londrina: St. James' American School

Pato Branco: Colegio Integral

São José dos Pinhais: Colégio Universitário São José dos Pinhais

RIO DE JANEIRO

Abolição: Crianças & Cia Creche Escola

Andaraí: Centro de Formação Profissional Bezerra de Araújo

Barra Mansa: Centro Universitário de Barra Mansa – UBM

Belford Roxo: ABEU – Colégios e Faculdades Integradas

Cachambi: Creche Escola Sonho Encantado

Duque de Caxias: Instituto de Educação Jesus Maria José

Ilha do Governador: Escola Municipal Anísio Teixeira

Jacarepaguá: Centro Educacional Bambini, Colégio Gama Filho – Unidade Jacarépagua, Colégio Senhora da Pena, Unidade Integrada Garriga de Menezes

Laranjeiras: Colégio Israelita Eliezer Steinbey, Curiosa Idade Centro Educacional

Mangueira: GP 241 – Nação Mangueirense

Méier: Colégio Metropolitano

Niterói: Colégio Educando, Instituto GayLussac

Padre Miguel: Centro Educacional Elpidio da Silva

Penha Circular: Educandário Silva

Piedade: Colégio Gama Filho – Unidade Piedade

Realengo: Colégio de Aplicação Dr. Paulo Gissoni Colégio Castelo Branco, Colégio Gissoni Junior, Universidade Castelo Branco

Rio de Janeiro: Amanhecendo Escola para Bebês e Crianças Ltda., Atchim Jardim Escola

Ltda., Baby Garden MCM Movimento Cultural, Centro Educacional da Lagoa, Centro Educacional Jean Piaget, Centro Educacional Miraflores, Colégio Anglo-Americano, Colégio da Cidade, Colégio Eduardo Guimarães, Colégio Israelita Brasileiro A. Liesin, Colégio Pedro II, Colégio Rio de Janeiro, Colégio São Pedro de Alcântara, Constructor Sui-Campus Internacional Montessori, Creche Criançando Ltda., Creche Terezinha Amorim do Tribunal de Justiça do Estado do RJ, Escola Parque – Gávea, Escola Vitória, Grupo Integrado Magdalena Kahn/ Colégio Chapeuzinho Vermelho, Jardim Escola Lestonnac, Jardim Escola Stockler, Les Petits Creche Escola Ltda., Meimei Escola Montessoriana, MOPI – Moderna Organização Pedagógica Inf. Ltda., Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura Colégio Hélio Alonso, Our Lady of Mercy School, Petra – Pequeno Trabalhador/Casa Escola Montessoriana, Piuii Creche Escola Ltda., Tic Tic Tac,

Santíssimo: Escola Municipal Evaristo de Moraes

São Gonçalo: Colégio de Aplicação Dom Hélder Câmara

Senador Camará: Escola Municipal 08-17-37 Presidente Wilson, Unidade Integrada Garriga de Menezes.

Vaz Lobo: Escola Municipal Pires e Albuquerque

Vila da Penha: Instituto Agras de Ensino

SÃO PAULO

Botucatu: Centro Educacional Professor Reinaldo Anderlini

Campo Limpo: Colégio EAG Tec

Cidade Dutra: Colégio Albert Einstein

Granja Julieta: Colégio Elvira Brandão

Itapira: Colégio Ementa Objetivo Itapira

Jardim Santo André: Colégio Arbos

Jundiaí: Lar Anália Franco

Parada de Taipas: Escola Prígule s/c Ltda. (Colégio Prígule)

Santa Cruz das Palmeiras: Associação de Proteção e Assistência à Infância

Santo André: Centro Educacional Paineira

Santos: Colégio do Carmo

São José dos Campos: Escola Monteiro Lobato, Escola Moppe Educação Infantil e Ensino Fundamental

São Paulo: Escola de Educação Infantil Bem Querer S/C Ltda., Nima Núcleo de Desenvolvimento Infantil Ltda., APMIT Casa da Criança, Associação Escola Graduada de São Paulo, Colégio Augusto Laranja, Colégio Benjamin Constant, Colégio EMECE, Colégio Floriano Peixoto S/C Ltda, Colégio Friburgo – Casinha Pequeninina, Colégio Gato Xadrez / Colégio Conde Domingos, Colégio Experimental Integrado, Colégio Guilherme Dumont Villares, Colégio Jardim Franca, Colégio Magno / Mágico de Oz, Colégio Mater Dei, Colégio Ofélia Fonseca, Colégio Paulo de Tarso, Colégio Rainha da Paz, Colégio Saint Hilaire, Colégio Sapiens, Colégio Stella Rodrigues, Colégio Vital Brazil, Colégios Integrados Oswaldo Cruz – Pais Leme, E.M.E.F. CAIC Ayrton Senna da Silva, Educati – Educação Infantil, Elo – Escola de Educação Infantil, Escola Americana e Colégio Mackenzie, Escola de Educação Infantil Geretti

Reis, Escola Jardim das Nações, Escola Paulista de Educação Especial, Escola Terra Matter, Escolinha do Tio Simão, Espaço Aberto Educação Infantil, Instituto de Ensino Barão de Mauá, IREP – Sociedade de Ensino S/Sltda., Prima Escola S/C Ltda., Radial – Faculdades e Colégios, Somai Educação e Tecnologia,

São Vicente: E.E.P.G. Profa. Maria Dulce Mendes, E.M.E.F. / NUMAA "Ana Lucia

Sorocaba: Colégio Uirapuru

Vila Monumento: Centro Educacional Von Martins

SANTA CATARINA

Florianópolis: Centro Educacional Menino Jesus

Lages: Colégio Sigma

SERGIPE

Aracaju: Universidade Tiradentes

LISTA DE SIGLAS

- ABC** • Associação Brasileira de Cooperação.
- ABIPTI** • Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa Tecnológica.
- ABM** • Associação Brasileira de Municípios.
- ABONG** • Associação Brasileira de ONGs.
- ABRANET** • Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet.
- AED** • Agência de Educação para o Desenvolvimento.
- AIDS** • Acquired Immune Deficiency Syndrome.
- ANA** • Agência Nacional de Águas.
- ANATEL** • Agência Nacional de Telecomunicações.
- ANCA** • Associação Nacional de Cooperação Agrícola.
- ANDI** • Agência de Notícias dos Direitos da Infância.
- APTA** • Associação para a Prevenção e o Tratamento da Aids.
- BSB** • Brasília
- CAPES** • Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior.
- CBN** • Central Brasileira de Notícias.
- CDI** • Comitê de Democratização da Informática.
- CDS-UnB** • Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.
- CEBELA** • Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.
- CEBRAP** • Centro Brasileiro da Análise e Planejamento.
- CECIP** • Centro de Correção de Imagem Popular.
- CECUP** • Centro de Educação e Cultura Popular.
- CEDECA** • Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.
- CEF** • Caixa Econômica Federal.
- CENPEC** • Centro de Estudos e Pesquisa em Educação e Cultura.
- CEPAL** • Comisión Económica para América Latina y el Caribe.
- CEPIA** • Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação.
- CESP** • Companhia Energética de São Paulo.
- CETAD** • Centro de Estudo e Terapia do Abuso de Drogas.
- CETREDE** • UFCe Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Universidade Federal do Ceará.
- CIET** • Centro Internacional para a Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia.
- CIPÓ/ANDI** • Projeto Cipó da Agência de Notícias dos Direitos da Infância.
- CNBB** • Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- CNI** • Confederação Nacional da Indústria.
- CNPd** • Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.
- CNPq** • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- COBRAMAB** • Comissão Brasileira para o Programa O Homem e a Biosfera.
- CONDER** • Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.
- CONFINTEA** • Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos.
- CONSED** • Conselho Nacional dos Secretários de Educação.

CONTAG • Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

CPI-AC • Comissão Pró-Índio do Acre.

CRUB • Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

CULT • Conferência Nacional de Cultura.

DATASUS • Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

DECIT • Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde.

DENATRAN • Departamento Nacional de Trânsito.

DST/AIDS • Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids.

EDISCA • Escola de Dança e Integração Social para a Criança e Adolescente.

EPAGRI • Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

ESALQ - USP • Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo.

ESCP • École Supérieur du Commerce du Paris.

FACE/MG • Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais.

FAO • Food and Agricultural Organization.

FAT • Fundo de Amparo ao Trabalhador.

FEMA/MT • Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso.

FESMPDFT • Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

FETAG • Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Bahia.

FINEP • Financiadora de Estudos e Projetos.

FIOCRUZ • Fundação Oswaldo Cruz.

FJP • Fundação João Pinheiro.

FLACSO • Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

FORÉTICA-BR • Fórum Brasileiro sobre Ética pelas Crianças e Adolescentes na Internet.

FUCAPI • Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica.

FUMDHAM • Fundação Museu do Homem Americano.

FUNAI • Fundação Nacional do Índio.

FUNARTE • Fundação Nacional de Arte.

FUNDEF • Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

GDF • Governo do Distrito Federal.

GIC • Grupo Intersetorial de Coordenação.

GIFE • Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.

HIV/AIDS • Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome

IAS • Instituto Ayrton Senna.

IBAM • Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

IBAMA • Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBE • International Bureau for Education of UNESCO.

IBGE • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH • Índice de Desenvolvimento Humano.

IEA • Instituto de Estudos Avançados.

IFSW • International Federation of Social Workers.

IICA • Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

IIFE • Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación.

ILANUD • Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente.

ILO • International Labor Organization

INCRA • Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INEP • Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

INFRAERO/BA • Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária na Bahia.

INSS • Instituto Nacional do Seguro Social.

IPAC • Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural.

IPEA • Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPHAN • Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPPAR • Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico.

ISC • Instituto de Saúde Coletiva.

ISER • Instituto de Estudos da Religião.

ITA • Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

JULAD • Juventude Latino-Americana pelo Desenvolvimento.

LAYD • Latin American Youth for Democracy.

MAB • Men And the Biosphere

MCT • Ministério de Ciência e Tecnologia.

MEC • Ministério da Educação.

MEC/SEE • Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação.

MEC/SEF • Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação.

MEC/SEMTEC • Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação.

MEC/SESu • Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Min. Justiça/DCA Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça.

MOST • Management of Social Transformations.

MST • Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

NEV • Núcleo de Estudos da Violência.

NGO • Non-governmental Organizations

OAB/BA • Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia.

OPAS • Organização Pan-Americana de Saúde

OREALC • Escritório Regional da UNESCO para a América Latina e o Caribe.

PAHO • Pan American Health Organization

PARLATINO • Parlamento Latino-Americano.

PEDST/AIDS • Programa Educacional sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis.

PHI • Programa Hidrológico Internacional.

PIB • Produto Interno Bruto.

PNAD • Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.

PNB • Produto Nacional Bruto.

PNEA • Programa Nacional de Educação Ambiental.

POLIS • Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

PROEM • Programa de Expansão do Ensino Médio.

PROEP • Programa de Expansão da Educação Profissional.

PROFAE • Suporte Técnico à Consolidação da Formação dos Trabalhadores de Enfermagem.

PRONERA • Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária.

PUC/RIO • Pontfícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RNDH • Rede Nacional de Direitos Humanos.

SBT • Sistema Brasileiro de Televisão.

SEBRAE • Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas.

SEI • Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia.

SENAI • Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SEPLANTEC • Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia.

SESC • Serviço Social do Comércio.

SESI • Serviço Social da Indústria.

SETUR • Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

SIBEA • O Sistema Brasileiro de Informações em Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis.

SIM • Sistema de Informações sobre Mortalidade.

SIPIA • Sistema Informatizado para Proteção da Infância e do Adolescente.

SND • Sistema Nacional de Debêntures.

SPE • Superintendência de Planejamento Estratégico.

SRH/MMA • Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

SUDHEVEA • Superintendência da Borracha.

SUIA • Projeto Sistema Unificado de Informações Ambientais Estratégicas.

TEZ • Trabalho e Estudo Zumbi.

UBES • União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

UF • Unidades da Federação.

UFBA • Universidade Federal da Bahia.

UFGO • Universidade Federal de Goiás.

UFMG • Universidade Federal de Minas Gerais.

UFMT • Universidade Federal do Mato Grosso.

UFPA • Universidade Federal do Pará.

UFPR • Universidade Federal do Paraná.

UFRJ • Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFSC • Universidade Federal de Santa Catarina.

UFTO • Universidade Federal de Tocantins.

ULBRA • Universidade Luterana do Brasil.

UN • United Nations

UNA • The United Nations Association.

UNAIDS • Programa Conjunto De Combate à AIDS.

UnB • Universidade de Brasília.

UNCDF • United Nations Capital Development Fund.

UNDCP • United Nations Drug Control Programme.

UNDIME • União dos Dirigentes Municipais de Educação.

UNDP • United Nations Development Programme.

UNEB • União Educacional de Brasília.

UNESCO • United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization

UNFPA • United Nations Population Fund

UNIC • United Nations Information Center.

UNICAMP • Universidade de Campinas.

UNICEF • United Nations Children's Fund.

UNIFEM • United Nations Development Fund for Women

UNIPAZ • Universidade Holística da Paz.

UNODCCP • United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention.

USAID • United States Agency for International Development.

USP • Universidade de São Paulo.

VIGISUS • Promoção à Saúde, Pesquisa Operacional e Estudos para o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde.

WBT • Web Based Training.

WHO • World Health Organization

WINSIS • The UNESCO micro CDS/ISIS Software for Windows.

Conselho Editorial

Jorge Werthein
Maria Dulce Almeida Borges
Célio da Cunha

Concepção e Coordenação:

Célio da Cunha
Matias Spektor

Consultor Técnico:

Luciano Milhomem

Texto:

Rafael Faria

Revisão:

Reinaldo Lima

Assistente Editorial:

Larissa Vieira Leite
Maria Luiza Monteiro Bueno e Silva

Capa:

Edson Fogaca

